

(re)birth

rCS

Plataforma para o **CRESCIMENTO
SUSTENTÁVEL**



Wilfried
Martens Centre
for European Studies



(re)birth

Desafios demográficos
colocados à sociedade portuguesa

COORDENAÇÃO

PLATAFORMA PARA O CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL

AUTORAS

TERESA FERREIRA RODRIGUES

FILIPA CASTRO HENRIQUES

Constituída em Outubro de 2011, a Plataforma para o Crescimento Sustentável (PCS) é uma associação independente, sem filiação partidária e sem fins lucrativos. Visa, num quadro de ampla participação pública e de articulação com centros de I&D e *think tanks* nacionais e internacionais, dar um contributo para a afirmação de um novo modelo de desenvolvimento sustentável.

A par do seu desempenho nacional, a PCS estabeleceu uma relação de parceria com os seguintes *think tanks* e fundações: BRUEGEL (Bélgica), Centre for European Policy Studies-CEPS (Bélgica), ASTRID (Itália), REFORM (Reino Unido), REPUBLICA (Reino Unido), the Wilfried Martens Centre for European Studies (Bélgica), ENTORNO (Espanha) e Konrad Adenauer Foundation (Alemanha). Os dirigentes destas instituições integram o Conselho Consultivo da PCS, presidido por Francisco Pinto Balsemão.

A PCS está organizada em 6 grupos de trabalho – Conhecimento, Solidariedade, Sustentabilidade, Competitividade, Desafios Globais e Estado e Cidadania – e em 31 subáreas, nas quais participam, de um modo muito ativo, cerca de 400 membros.

Para além dos trabalhos relativos à elaboração do Relatório para o Crescimento Sustentável e do Contrato para o Crescimento Sustentável, a PCS abriu um novo ciclo de atividades, numa abordagem transversal e mais específica, dando início a ciclos temáticos, trabalhos de investigação e produção de documentos a partir dos contributos dos seus membros.

A publicação *(re)birth: desafios demográficos colocados à sociedade portuguesa* é o quarto de uma série de projetos de investigação *in-house*. A investigação *in-house* consiste na produção de estudos originais por investigadores convidados, que permanecem na PCS durante a realização de cada projeto.

TERESA FERREIRA RODRIGUES

Professora no Departamento de Estudos Políticos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas e Professora Convidada da NOVA Information Management School da Universidade NOVA. Auditora de Defesa Nacional (IDN/08). Professora Associada com Agregação em Relações Internacionais pela Universidade NOVA de Lisboa. Coordenadora do Curso de Doutoramento em Relações Internacionais (FCSH-NOVA) e de três Pós-graduações: Estudos Estratégicos e de Segurança (parceria entre a NOVA e o IDN-Ministério da Defesa Nacional); Globalização, Diplomacia e Segurança (parceria entre a NOVA, o ID-Ministério dos Negócios Estrangeiros e IESM-Estado Maior General das Forças Armadas); Gestão de Informações e Segurança (parceria entre a NOVA, o IDN-Ministério da Defesa Nacional e o SIRP- Presidência do Conselho de Ministros). É membro da Direção do IPRI-Universidade NOVA de Lisboa, onde coordena a área dos Estudos Prospetivos. Membro de várias associações nacionais e internacionais no âmbito dos estudos demográficos, das relações internacionais. Responsável e membro de projetos de âmbito nacional e internacionais financiados, nomeadamente, pelo Ministério da Defesa Nacional, pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e por Fundos Comunitários, autora de centena e meia de artigos e nove livros publicados nas áreas das migrações, mortalidade, envelhecimento, saúde, análise prospetiva e planeamento, segurança.

FILIPA CASTRO HENRIQUES

Assessora no Gabinete do Vice-Presidente da Câmara Municipal de Cascais. É investigadora em Centros de Investigação como o CEPESE (Porto) e o Observatório de Estudos Políticos e tem livros, artigos e investigação publicada nacional e internacionalmente, na área dos Estudos da População e na evolução demográfica, especificamente do envelhecimento, e seu impacto na saúde, na educação e nos cenários prospetivos. Foi Investigadora Convidada da Plataforma para o Crescimento Sustentável (PCS), participando no Projeto *(re)birth: desafios demográficos colocados à sociedade portuguesa*, em colaboração com a Professora Teresa Ferreira Rodrigues. A sua experiência profissional passa por Gabinetes de Estudo, como o Gabinete de Estratégia e Estudo (GEE), do Ministério da Economia; na docência na Universidade Nova, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) e na NOVA IMS-Information Management School. Foi ainda bolseira de investigação em projetos da Comissão Europeia-FELICIE e da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT). No início da sua carreira, passou pelo setor privado onde exerceu funções de consultora e economista. Licenciou-se em Economia, pela Universidade Lusíada; concluiu Mestrado em Estatística e Gestão de Informação na NOVA IMS, da Universidade Nova de Lisboa com dissertação sob o título *Envelhecimento, Educação e Saúde: uma análise prospetiva 2001-2021.*, é Doutorada na FCSH da Universidade Nova de Lisboa, em Relações Internacionais, na área de Globalização e Prospetiva Demográfica com Tese defendida em: *Globalização da População: Modelo de Transformação Global – Que Portugal em 2051?*

SUMÁRIO EXECUTIVO

As mudanças demográficas dos países mais desenvolvidos, em geral, e da Europa em particular, representam um dos principais desafios sociais, com consequências ao nível social, económico e político.

O atual contexto demográfico da Europa é marcado por três fatores: uma taxa de fecundidade inferior à necessária para assegurar a reposição das gerações, conjugada com um aumento significativo da longevidade e com os quantitativos migratórios insuficientes, agravando o quadro de envelhecimento da população. Sendo que há alguns fenómenos – excecionais, pontuais e geograficamente limitados – de crescimento populacional que estão essencialmente ligados à imigração.

Portugal não escapa a esta tendência europeia e os desafios populacionais integram o leque dos maiores reptos colocados à sociedade portuguesa. Portugal encontra-se numa verdadeira encruzilhada demográfica, caracterizada pelo envelhecimento da estrutura etária da população residente, pela baixa taxa de natalidade e fecundidade e, consequentemente, pelo aumento do índice de dependência, associado a fluxos migratórios negativos e a fatores que não favorecem a tão desejada capacidade de renovação das populações. Perante esta realidade, a **Plataforma para o Crescimento Sustentável (PCS)** quis aprofundar a reflexão e o debate sobre os impactos das dinâmicas demográficas na economia, no emprego e na sociedade. O estudo *(re)birth: desafios demográficos colocados à sociedade portuguesa*, resultante de um projeto de investigação levado a cabo pelas investigadoras Teresa Ferreira Rodrigues e Filipa Castro Henriques, propõe-se alcançar três grandes objetivos:

1. efetuar o diagnóstico das características demográficas estruturantes da realidade nacional;
2. estimar a nossa futura situação demográfica, recorrendo a projeções por idade e sexo para os anos de 2021, 2031 e 2051;
3. propor recomendações de políticas públicas que permitam corrigir ou mitigar problemas identificados.

Os estudos demográficos são de grande relevância dado que as características da população condicionam o desenvolvimento social e económico dos Estados, assim como a definição das políticas públicas.

No que respeita às **grandes tendências da demografia, em Portugal**, vale a pena destacar algumas características e tendências identificadas neste Relatório:

- Portugal é o sexto país mais envelhecido do mundo;
- Somos desde 2010 um dos poucos países europeus com os dois saldos (natural e migratório) negativos – só comparável a alguns países da Europa de Leste e Bálticos;
- Existe um diferencial entre fecundidade real e desejada – as mães desejam em média mais um filho do que o que têm efetivamente. Estamos perante um país de filhos únicos.

Mas nem todos os indicadores são negativos, havendo outros que revelam um grande potencial:

- Bom acolhimento dos imigrantes (estamos em segundo lugar a nível mundial no ranking MIPEX de políticas de integração);
- Elevados progressos ao nível da saúde pública, fazendo de Portugal um dos países com melhores indicadores ao nível da mortalidade infantil e juvenil e da esperança média de vida;
- Evolução notável do nível de escolarização dos portugueses (aumento do número absoluto de estudantes universitários, redução para metade no abandono escolar nos últimos 5 anos e tendência de quase extinção do analfabetismo).

Neste trabalho desenvolve-se um modelo de projeção da população até meados do presente século (2051).

Neste estudo, constatámos que **até nos cenários mais otimistas de recuperação da taxa de fecundidade e/ou de saldo migratório positivo será difícil evitar o declínio da população**. O envelhecimento e a redução do número de residentes em Portugal será assim uma tendência estrutural: em 2051 estima-se que a população portuguesa seja 8,4 milhões, menos que em 1950. **Estamos, pois, perante um cenário muito exigente.**

Mas mais importante que a ordem de grandeza é a mudança de perfil socio-demográfico da população residente. Em 2051 seremos uma população substancialmente diferente: **mais envelhecida, mais instruída e mais saudável.**

O **aumento do número de idosos** é quase diretamente proporcional à diminuição de jovens. Em 2051 existirão três vezes mais idosos que jovens, a população adulta terá uma média de idade mais avançada e o grupo dos muito idosos (85 ou mais anos) será três vezes mais.

Outra mudança importante é a **redução da população ativa e disponível para trabalhar**: estima-se uma diminuição de 2,4 milhões. Se em 2011 existiam 7 milhões de portugueses em idade ativa para trabalhar, em 2051 prevê-se que serão cerca de 4,6 milhões, o que significa uma perda de 34% de adultos em idade ativa.

Mesmo admitindo um cenário otimista no que toca aos saldos migratórios, o número de ativos será em 2051 idêntico ao recenseado em 1940, caso não se registem alterações na estrutura do mercado de trabalho, na idade de reforma, nem no acolhimento de imigrantes.

Por outro lado, a população residente em Portugal será mais qualificada, mais instruída, com maior formação profissional, mais informada e com maior capacidade para optar por hábitos de vida mais ativos, saudáveis e sustentáveis. Os idosos do futuro também terão níveis de qualificação muito superiores aos idosos da atualidade.

Um dos principais desafios que teremos que gerir no futuro são os **efeitos negativos potenciados pela pressão que o grupo mais idoso (a atual população ativa)** poderá exercer a nível contributivo sobre a população jovem

(a próxima população ativa), dado o aumento significativo do ratio de dependência de idosos. Esta alteração, que parece inevitável, terá um efeito profundo no Sistema de Segurança Social, tanto ao nível das receitas (uma redução da população ativa conduz, inevitavelmente, a uma redução das contribuições), como ao nível das despesas (o aumento da esperança média de vida conduz a um incremento substancial da despesa com pensões de velhice e sobrevivência).

Mas se esta realidade coloca desafios e gera insegurança, também permite vislumbrar algumas oportunidades. Por um lado, com o aumento da esperança média de vida, o grupo etário com mais 65 anos estará em condições para, após a reforma, assim desejando, continuar a contribuir para a sociedade e para o desenvolvimento nacional.

Por outro, o facto de hoje existir **uma diferença – entre o número médio de filhos que se tem e o número de filhos desejados** – poderá vir a constituir uma oportunidade para a evolução positiva dos níveis de fecundidade, caso se concretizem políticas de família e de regulação do mercado de trabalho que permitam conciliar a vida profissional e familiar.

Importa, contudo, inserir a análise sobre as dinâmicas populacionais num contexto mais vasto de tendências futuras. Não se pode discutir as implicações das questões demográficas sem, por exemplo, equacionar o contexto de revolução tecnológica global e consequente evolução do mercado de trabalho. A revolução tecnológica e a crescente robotização e digitalização da economia alterarão radicalmente o mercado de trabalho, como sublinhámos no estudo da PCS *Game Changers – Surfing the wave of technological disruption*. Isto é, temos de ter em conta que, para além da redução da população ativa e empregada, o próprio contexto do mercado de trabalho sofrerá transformações significativas com impactos profundos para a organização das sociedades.

A combinação e cruzamento destas tendências demográficas e tecnológicas, além de gerarem mudanças sobre o trabalho e emprego, colocam em risco o futuro e a sustentabilidade do Estado Social e de um modelo de sociedade assente no sistema *pay as you go*, fortemente dependente das estruturas populacionais ativas. Este sistema terá de ser alterado e ajustado a uma nova realidade.

É neste contexto que o estudo “Re-Birth”, promovido pela PCS, além da antecipação das novas tendências demográficas, visa identificar políticas de **mitigação** das consequências negativas e de **adaptação** a essa nova realidade. O estudo formula um conjunto de recomendações para mitigar o declínio demográfico incidindo sobre as políticas migratórias e de acolhimento; as políticas de natalidade e família; e as políticas de emprego e educação.

Índice

INTRODUÇÃO	5
1. QUE PORTUGAL EM 2015?	8
1.1. Antecedentes demográficos que explicam a realidade atual	13
1.2. (Re)configuração da realidade nacional. Tendências de mudança	23
1.3. Quantos e como somos em 2015: estrutura demográfica	38
2. QUE PORTUGAL EM 2051?	41
2.1. Prospetiva, tendências e cenários futuros	42
2.2. Dinâmicas migratórias e cenários alternativos	44
2.3. Quantos e como seremos em 2051	50
3. SERÁ POSSÍVEL O (RE)BIRTH PARA PORTUGAL?	64
3.1. A situação atual	65
3.2. Estratégias de atuação prioritária	66
3.2.1. Mitigar o declínio demográfico através de políticas migratórias e de acolhimento	68
3.2.2. Mitigar o declínio demográfico através de políticas de fecundidade e família	71
3.2.3. Mitigar o declínio demográfico através de políticas de emprego e educação	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS	81

INTRODUÇÃO

“Demography must be considered a major driver of politics [...] political scientists cannot afford to ignore demography in seeking to understand patterns of political identities, conflict, and change”

KAUFMANN, E.; TOFT, M., *“Introduction” in Political Demography: How population changes are reshaping international security and national politics*

O estudo sobre os desafios demográficos colocados à sociedade portuguesa em 2015 é um estudo cronologicamente situado. O ano 2015 é tomado como ano de referência, por ser o ano civil imediatamente anterior ao estudo, permitindo assim a análise de dados de uma série anual completa.

O título do estudo *(re)birth: desafios demográficos colocados à sociedade portuguesa* refere-se ao renascimento da sociedade portuguesa, permitindo acomodar a ideia dual de perspetivar o futuro do nosso país com base no conhecimento da situação demográfica e o modo como ela pode ser usada na definição de políticas públicas, transformando em oportunidades o que se julgava serem fraquezas.

Um dos desafios estruturais com os quais a sociedade portuguesa se confronta na atualidade reside na incerteza sobre a evolução dos principais indicadores demográficos e o seu impacto em termos políticos, económicos e sociais. Entre eles, destacam-se os efeitos do envelhecimento da estrutura etária dos residentes e as baixas taxas de natalidade. Existem atualmente em Portugal (2015) mais de 160 idosos por cada 100 jovens e o número médio de filhos por mulher é o mais baixo de sempre (1,2), muito aquém do número necessário para garantir a renovação das gerações (2,1).

Os pontos de partida para o estudo que se apresenta são os de que a população pode constituir uma janela de oportunidade em termos de desenvolvimento (Global Strategic Trends, 2015); ao mesmo tempo, as dinâmicas populacionais devem ser lidas como um indicador, um recurso e um multiplicador, e a previsibilidade de tendências de evolução dos volumes demográficos permite adiantar cenários prospetivos com razoável grau de certeza (Rodrigues, 2012:210). As questões populacionais constam cada vez mais da agenda política e cabe à Demografia Política (Kaufman, Toft, 2011) avaliar as consequências das alterações populacionais e identificar os determinantes políticos das dinâmicas da população (Weiner, 2001).

Nas próximas décadas será necessário gerir os efeitos do envelhecimento demográfico sem precedentes nos países mais ricos e enfrentar o ainda rápido crescimento populacional e juventude das populações nos restantes países. Será também necessário gerir a mundialização das migrações, porque todas as regiões, independentemente do seu grau de desenvolvimento, serão obrigadas a lidar com o volume crescente de migrantes económicos ou forçados por crises ambientais locais, instabilidade ou conflito (Goldstone, 2015).

Também Portugal está a atravessar um período de grandes desafios demográficos, que se repercutirá a nível social e económico. A opção neste estudo é considerar o envelhecimento, fecundidade e migrações como os três vetores demográficos foco de debate, e definir a saúde, a educação e o emprego como os três vetores estratégicos de atuação prioritária. Mas o objetivo do estudo não se esgota na compreensão das dinâmicas populacionais. Estas são apenas a base para uma reflexão informada e um *roadmap* para o debate coletivo, com vista a apresentar propostas que garantam o tão desejado desenvolvimento económico e a melhoria dos níveis de bem-estar pessoal e coletivo de todos os residentes.

O projeto *(re)birth: desafios demográficos colocados à sociedade portuguesa* desenvolveu-se assim ao longo de um ano, baseado na recolha de informação documental e estatística e na revisão de literatura e análise da legislação em vigor. As opções metodológicas foram variando, de acordo com os objetivos específicos de cada uma das três partes em que esta publicação se divide.

O estudo propõe-se alcançar três grandes objetivos:

1. efetuar o diagnóstico das características demográficas estruturantes da atualidade nacional, numa ótica integrada e com referência a outros contextos sociais e políticos, sobretudo a nível europeu;
2. estimar como seremos no futuro, recorrendo a projeções por idade e sexo, para os anos de 2021, 2031 e 2051. A escolha destes anos segue o calendário europeu na definição da Estratégia Europa 2020 e no Projeto Europa 2030 do Conselho Europeu e da agenda das Nações Unidas projetando para 2051. O exercício permitirá identificar alternativas face ao futuro, tendo como inspiração boas práticas desenvolvidas a nível interno ou noutros contextos; a identificação desses vetores constitui o ponto de partida da terceira parte do estudo;
3. destacar o valor acrescentado do conhecimento das dinâmicas populacionais no apoio à tomada de decisão no setor das políticas públicas, permitindo corrigir ou mitigar problemas identificados como mais suscetíveis de influenciarem o futuro.

O ponto 1 descreve, caracterizando, a população portuguesa e explicando como chegámos aqui. Retrata a atual idade, utilizando dados retrospectivos; destaca as longas permanências e identifica os momentos e vetores de mudança, recorrendo a dados oficiais credíveis, garantindo assim bases sustentáveis para a avaliação sobre os futuros possíveis. Neste ponto, também se refere a ligação dinâmica entre o processo de envelhecimento etário e respetivo impacto em termos dos níveis de bem-estar à escala regional, e desenvolve-se alguns temas que a literatura considera pontos de articulação entre comportamentos demográficos, sociais e económicos, nomeadamente as trilogias família-fecundidade-educação e economia-emprego-migrações.

O ponto 2 tem como objetivo perceber que população teremos em 2051 e é baseado num exercício prospetivo (*cohort survival*). Quantos e como seremos em 2051, em termos de volume, distribuição por sexo? A partir daqui questionamos: qual o futuro dos jovens e dos idosos? Como será a “nova população ativa” e disponível para trabalhar? Seremos menos, mas mais instruídos, mais velhos e mais saudáveis? Debate-se a relação entre dinâmicas demográficas e fatores exógenos ao fator populacional, nomeadamente as transformações no setor económico que explicam a dependência atual face às migrações, as características do mercado de trabalho, o aumento dos níveis educativos da população do futuro. Este ponto termina com a formulação de hipóteses de trabalho para a terceira parte do estudo.

O ponto 3 tem por ponto de partida discutir a ideia de que devemos tentar contrariar o declínio demográfico e mitigar o fenómeno de envelhecimento das estruturas etárias da população residente, na maior parte das vezes considerado como um fator negativo para a dinâmica de desenvolvimento da sociedade portuguesa. Uma questão orientadora desta discussão coloca-se em torno de dois pólos: será preferível tentar mudar perfis demográficos não desejados ou recriar estratégias que permitem transformar em janelas de oportunidade as vulnerabilidades da população portuguesa necessariamente diferente?

Em termos metodológicos analisam-se sequencialmente e de forma crítica as alavancas que permitem contrariar as previsões de redução de efetivos demográficos.

Como devem ser definidas as prioridades no que respeita a políticas públicas geradoras de novas oportunidades de (re)nascimento para a sociedade portuguesa do futuro, é o que iremos discutir nas páginas seguintes.

A concretização deste projeto não teria sido possível sem a confiança, disponibilidade e apoio que os diferentes elementos da Plataforma para o Crescimento Sustentável deram às autoras: o ex-Presidente Carlos Pimenta, e o actual Presidente Jorge Moreira da Silva, os membros da direção e os responsáveis pela coordenação do projeto, com uma nota particular para Pedro Neves Ferreira, Dália Costa e Nilza de Sena. A todos agradecemos os contributos e sugestões.

1. QUE PORTUGAL EM 2015?

O século XX foi rico em acontecimentos e configura uma fase de modernização e mudança demográfica, social, económica e de qualidade de vida no mundo, na Europa e em Portugal. A noção generalizada de que as dinâmicas demográficas são indissociáveis dos fenómenos da era global é recente, mas existe uma cada vez maior consciência de que elas atuam como preditores de fenómenos diversos. Assim torna-se fundamental compreender o impacto do sistema demográfico no ambiente económico (riqueza, recursos naturais, equipamento, rendimento, produção e consumo), e não económico (cultura, religião, política, sociedade e comunidade), bem como avaliar o modo como estas duas dimensões do ambiente podem alterar comportamentos, como e quando (Santis, 1997).

As assimetrias de crescimento populacional, a internacionalização das migrações e a globalização do envelhecimento são os três grandes desafios demográficos ao sistema internacional e aplicam-se a todas as sociedades, independentemente do seu nível de desenvolvimento (Rodrigues, 2012: 206-7). No passado, todas as populações cresciam moderadamente, apresentavam uma estrutura etária semelhante (com muitas crianças e poucos idosos) e a produção económica concentrava-se maioritariamente em atividades ligadas ao setor primário. O processo industrial, que a partir da segunda metade do século XVIII atinge mais alguns países europeus e progressivamente se alastra, altera esta realidade. Nas sociedades contemporâneas são sobretudo as características dos recursos humanos (em termos de sexo, idade e competências) que influenciam a sociedade de consumo e de conhecimento, gerando desigualdades diversas entre sociedades e dentro de cada sociedade.

A sociedade contemporânea foi precedida de um século XX rico em eventos médico-sanitários, socioeconómicos e outros, que permitiram à população mundial transitar de um sistema milenar, caracterizado por uma mortalidade e natalidade elevadas, para níveis cada vez mais baixos em ambos os indicadores. Esta mudança explica a passagem gradual de um ciclo de vida curto e instável para um ciclo de vida longo e estável, onde a conquista de anos de vida foi acompanhada por uma melhoria do estado de saúde (Moreira e Veiga, 2005). A Europa liderou o processo de transição [Caixa 1], embora se assista à dificuldade hoje em manter o volume da população residente. Em mais de dois terços do seu território, o número de óbitos excede ou está prestes a exceder o de nascimentos, como efeito combinado de níveis de fecundidade baixos e do aumento da duração média de vida e a dependência face às migrações.

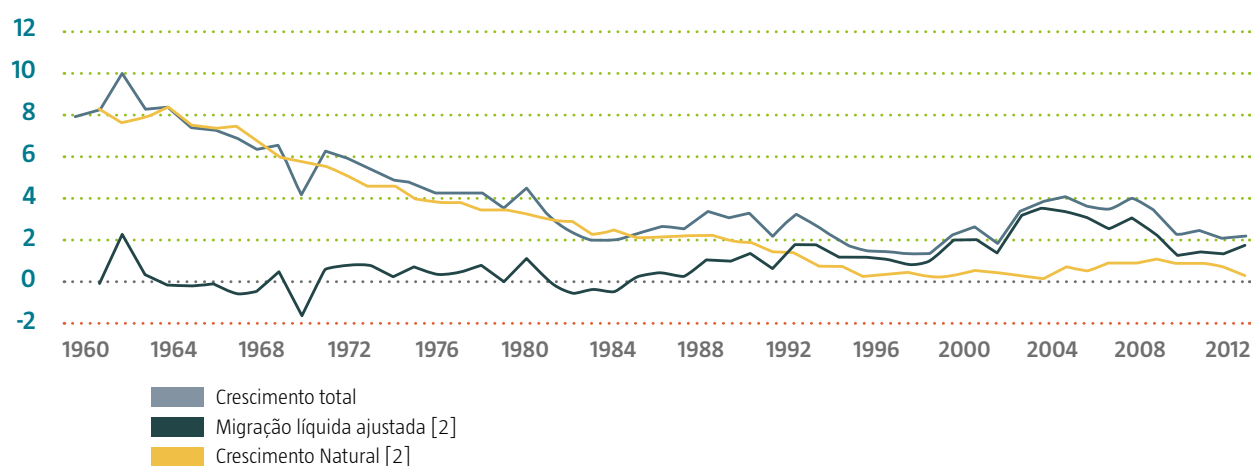
A partir da segunda metade do século XX, a UE sofre uma mudança de regime demográfico que alia a redução do crescimento natural (diferença entre total de nascimentos e óbitos) ao aumento da imigração (Bandeira, 2014: 55). Em 2013 as migrações são responsáveis por mais de 85,5% do aumento dos residentes na UE28 [Figura 1].

CAIXA 1

Numa primeira fase, que se inicia na 2ª metade do século XVIII em Inglaterra e alastra a outros Estados até finais do século XIX, os avanços observados nos cuidados de saúde e condições de higiene permitem a diminuição dos níveis de mortalidade. Até meados do século XIX, a diminuição da mortalidade ocorre sem mudanças nos comportamentos face à fecundidade. O aumento das probabilidades de sobrevivência dos mais jovens eleva o número de crianças e provoca um rápido crescimento populacional, fazendo ressurgir os receios expressos pelas teorias malthusianas de “explosão demográfica” e de consequente escassez de recursos naturais [1]. O aumento do número médio de anos de vida permite acompanhar as vitórias do homem sobre o meio. Em 1900, na Europa, um homem poderia aspirar viver 47 anos e uma mulher 50 (Bardet e Dupâquier, 1999:134). Hoje a esperança média de vida (número médio de anos que ao nascer uma pessoa pode esperar viver, atendendo aos níveis médios de mortalidade por idades observadas no momento de referência) dos homens europeus é

de 77 anos e das mulheres 83, um pouco menos na Europa de leste (2014 World Population Data Sheet). Verificou-se, porém, uma alteração gradual nos comportamentos face à fecundidade, na sequência de políticas favoráveis à redução do número de filhos e acesso a programas de planeamento familiar, à entrada da mulher no mercado de trabalho e subida dos níveis de qualificação académica e formativa superiores, a casamentos tardios e ao facto da criança passar gradualmente a ser encarada como um valor afetivo com custos inerentes e não como contribuinte para a economia familiar desde tenra idade (Mendes, 1992). Estas alterações contribuíram para que o número de nascimentos tenha deixado de assegurar a renovação das gerações. No início do século XXI, um europeu produzia dez vezes mais por hora que em 1900 e os bens e serviços disponíveis (alimentação, alojamento, lazer, saúde e educação) eram em média cinco vezes superiores, tal como o produto interno bruto *per capita* (Henriques e Rodrigues, 2008: 419).

Figura 1. UE28. Fatores de crescimento populacional (1960-2012)



[1] Quebra de série: 2001, 2007 e 2011-12.

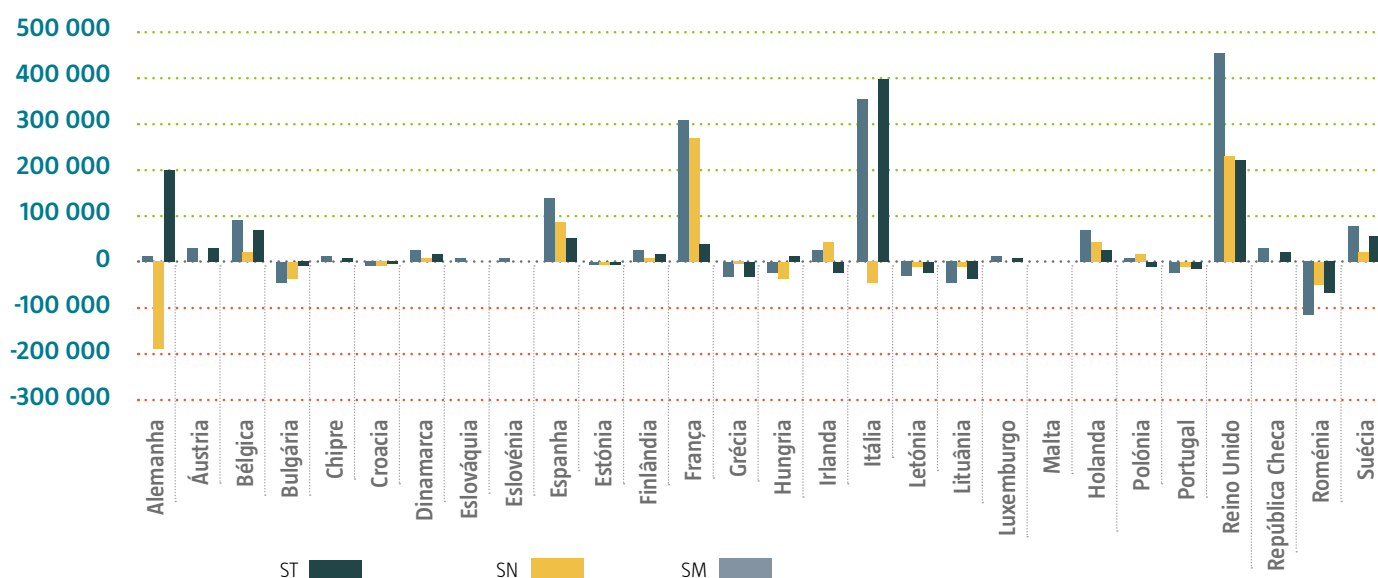
[2] 1960: indisponível.

Fonte: Eurostat, 2014:22

[1] No século XVIII, o crescimento populacional progressivamente acelerado introduz alterações nas formas de olhar a população e a sensação de mundo cheio: “a população cresce em progressão geométrica (1,2,4,8,16,32...) e as subsistências crescem em progressão aritmética (1,2,3,4,5,6...)”.

Portugal está em linha com o resto da Europa, mas a tendência de estagnação populacional já não corresponde à tendência geral, na medida em que muitos países da UE28 têm conseguido contrabalançar a diferença negativa ou nula entre nascimentos e óbitos (diferença em certos casos mais negativa do que no caso português, como na Alemanha), com saldos migratórios (diferença entre imigração e emigração) positivos [Figura 2]. A situação portuguesa é das mais preocupantes, só equiparável à vivida em alguns países bálticos (Letónia e Lituânia) e do leste europeu (Roménia e Bulgária). Mesmo os países do Sul (exceto a Grécia) apresentam um quadro menos sombrio. Portugal é um dos poucos a apresentar entre 2008-2013 saldos naturais e migratórios médios negativos, que ainda se mantêm em 2016.

Figura 2. UE28. Saldo total, natural e migratório, em número de habitantes (2008-2013)



Fonte: PORDATA, 2014.

Mas existem características comuns a toda a Europa comunitária, entre as quais o duplo envelhecimento – na base e no topo das estruturas etárias. Uma população está a envelhecer na base quando as percentagens de jovens estão a diminuir e está a envelhecer no topo quando as percentagens de idosos estão a aumentar. Este processo acentuou-se a partir dos anos 90 do século XX na UE28. O Índice de Envelhecimento, que mede a relação entre o total de indivíduos com 65 e mais anos e os de idade inferior a 15, regista uma subida de 90 para 118 idosos por cada 100 jovens, entre 1990 e 2013 (Bandeira, 2014: 59). Os países com políticas natalistas e contextos socio-económicos mais fortes conseguiram amenizar as perdas ao nível da natalidade [2]. Noutros casos foi possível manter saldos migratórios positivos apostando em políticas favoráveis à imigração (a Irlanda e o Luxemburgo, por exemplo). Para além disto,

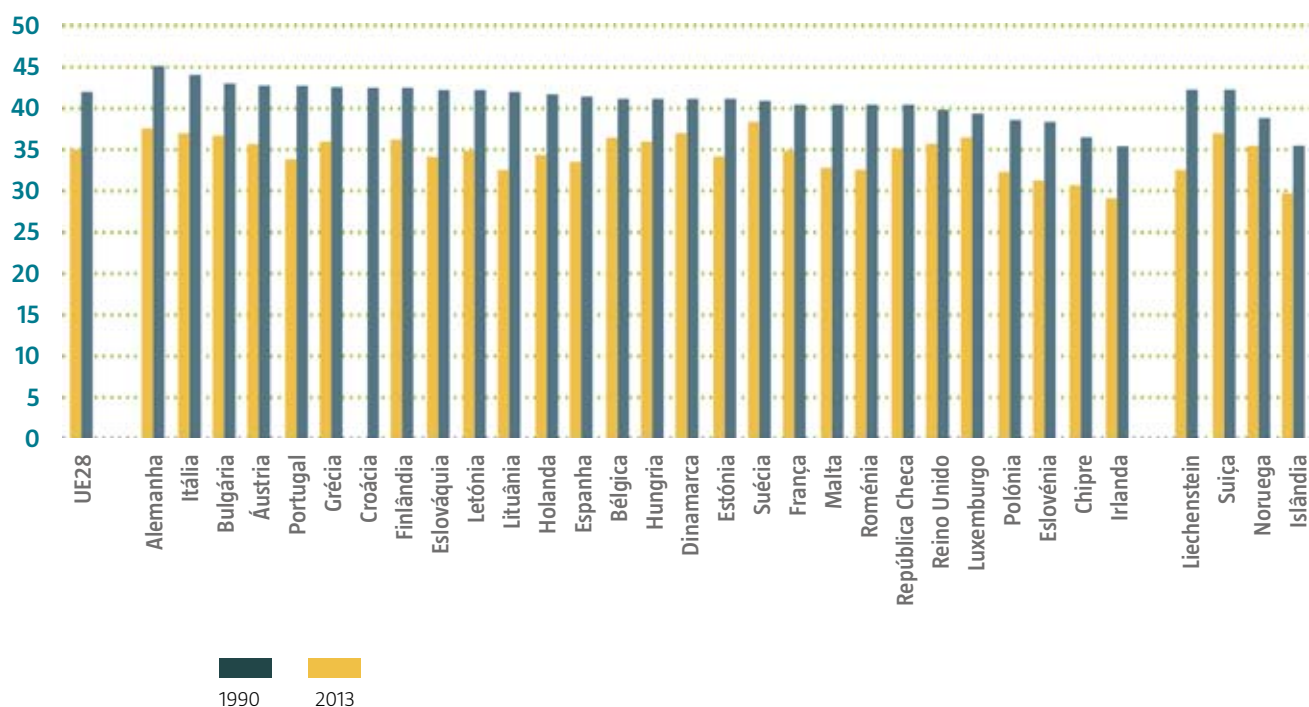
[2] Não devemos confundir Natalidade e Fecundidade. Natalidade corresponde ao número de nascimentos ocorridos numa determinada população e num determinado período temporal. Fecundidade é o modelo ou o modo como numa determinada população se distribuem os nascimentos entre as mulheres em idade fértil (dos 15 aos 49 anos).

as diferenças entre estados membros são também explicadas pela cronologia do processo de envelhecimento. Nos países do norte e ocidente da Europa, que envelheceram mais cedo (como França), o processo foi mais lento, ao contrário dos países do sul, que constituíram até aos anos 70 o que alguns chamaram “berço da Europa” e hoje são dos mais envelhecidos. Portugal possuía em 1970 o Índice de Envelhecimento mais baixo e hoje é o sexto país mais envelhecido do mundo (Bandeira, 2014: 55-63).

Na UE28, o número de idosos excede desde 2004 o de jovens. Dos 507 milhões de cidadãos, 169 milhões (33,3%) têm menos de 30 anos (2014), mas com grandes disparidades: na Irlanda e Chipre representam cerca de 40%; em Itália, Alemanha, Espanha e Portugal menos de 30%. Os cenários prospetivos são pouco animadores, prevendo uma redução constante do peso relativo dos adultos jovens em toda a UE28 até meados do século XXI (Eurostat, 2014:10). Por seu turno, na Europa (UE28), em 2014, a população com 65 e mais anos e com 80 e mais anos representava, respetivamente, 18,5 e 5,1% do total de residentes, sendo em Portugal, as percentagens ligeiramente superiores à média europeia (19,9% e 5,5%, respetivamente).

A redução progressiva do total de jovens e o aumento da esperança média de vida provocou a subida da idade média da população, que era de 35,2 anos em 1990 (UE27) e passa para 41,9 anos em 2014 (UE28). Alemanha e Itália têm as populações com idades médias mais altas e Irlanda e Chipre as mais jovens. A idade média da população portuguesa é de 41,8 anos (40,3 no sexo masculino, 43,3 no feminino) em 2014 (Eurostat, 2014:31) [Figura 3].

Figura 3. UE28. 1990-2013. Idade média da população residente

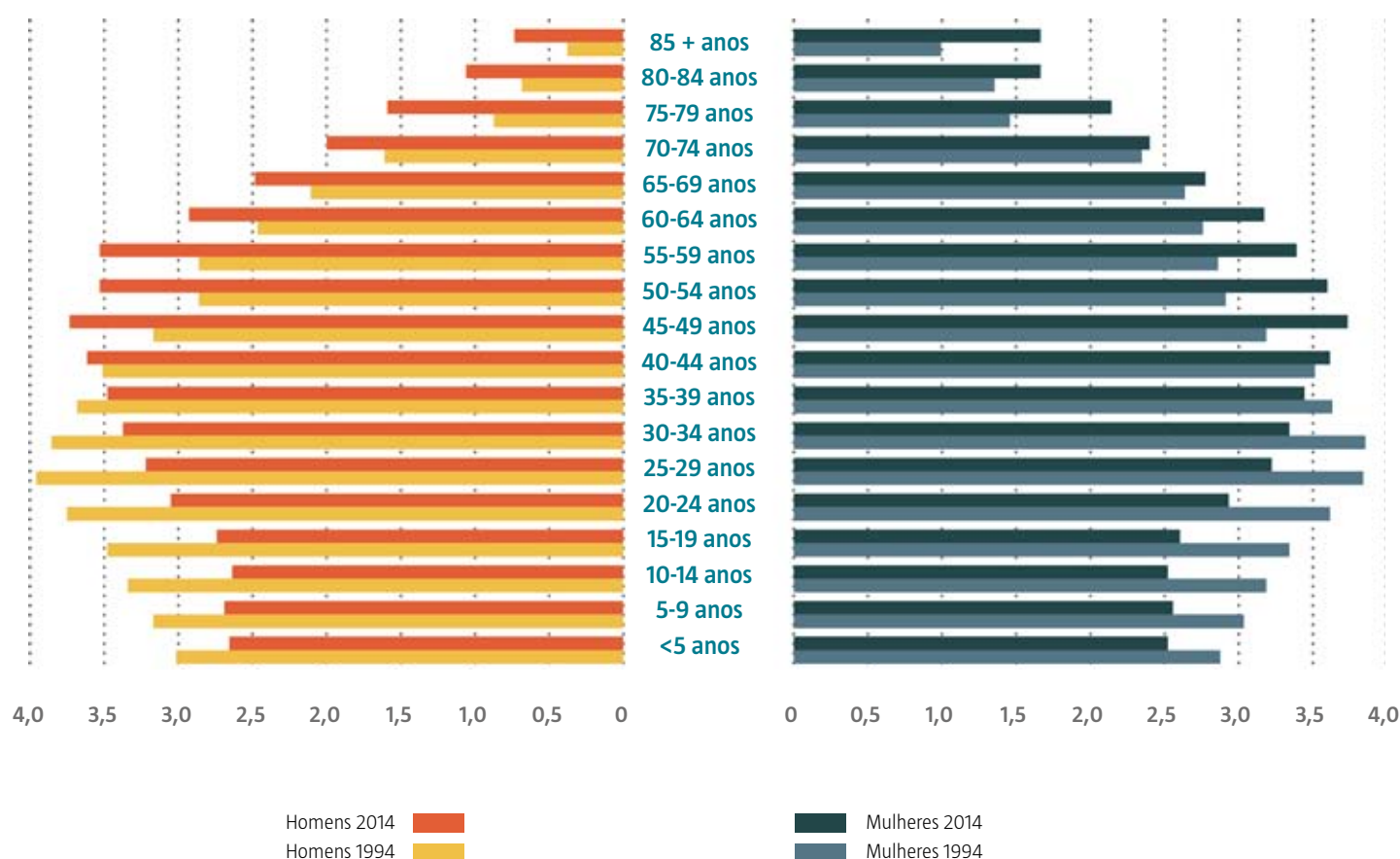


Fonte: Eurostat, 2014:31

A Europa tem uma população altamente envelhecida [Figura 4] e este é um processo difícil de reverter no atual contexto socioeconómico. As respostas a este previsível cenário futuro, sob a forma de políticas públicas, terão de ser aplicadas o quanto antes, pois os seus resultados não serão sentidos no curto prazo. O incontornável envelhecimento das estruturas nos próximos anos terá efeitos nos modelos de fecundidade, reafirmando a urgência de medidas adequadas de apoio à família. Tem ainda outras consequências imediatas, provocando a alteração dos volumes de ativos, a necessidade de criação de serviços de apoio à terceira idade, a reformulação do sistema de pensões e o repensar dos cuidados de saúde, direcionados para novos tipos de população, numa sociedade onde as famílias são reduzidas e instáveis e onde as redes familiares e comunitárias de solidariedade, que substituíam no passado recente os cuidados formais, se alteraram em termos de apoio de proximidade.

Muitos dos novos reptos da sociedade europeia terão no envelhecimento demográfico e nas migrações, o seu pano de fundo estruturante, designadamente nos setores da atividade económica, do mercado de trabalho e do universo de contribuintes, o que exige respostas urgentes em termos de políticas públicas subsectoriais. É neste contexto que o conhecimento das dinâmicas populacionais deve ser entendido como um instrumento de apoio à decisão política e estratégica.

Figura 4. UE28. 1993 e 2014. Estrutura etária por grupos de idade



[1] Dados referentes a 1 de Janeiro. Em 1993 dados UE27 em vez de UE28

Fonte: Eurostat, 2014:20

1.1.

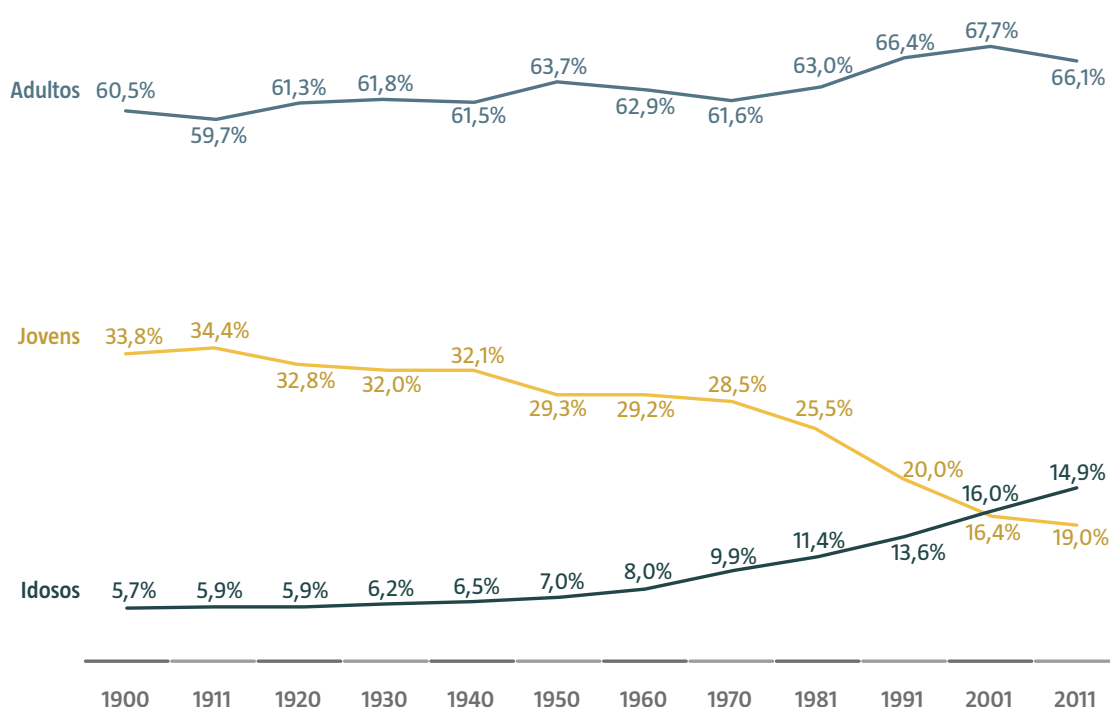
ANTECEDENTES DEMOGRÁFICOS QUE EXPLICAM A REALIDADE ATUAL

A sociedade portuguesa conheceu profundas alterações ao longo do século XX. Não tendo sido originais no contexto europeu, obedeceram a uma cronologia particular. Até aos anos 60 do século XX, em Portugal, os níveis de fecundidade e de mortalidade mantiveram-se superiores à média europeia e o aumento da população foi sustentado pela diferença positiva entre o total de nascimentos e de óbitos, diferença que teria garantido um aumento significativo da população não fosse o efeito negativo da emigração (Rodrigues e Moreira, 2010: 30). O crescimento dos residentes entre 1900 e 2015 (91,0%) foi lento em termos europeus e o total de residentes em Portugal diminuiu desde 2010: entre 2010 e 2014, a redução é estimada em 168 mil habitantes porque morreram mais 74 579 pessoas do que nasceram, e saíram do país mais 120 200 do que entraram (INE, 2014).

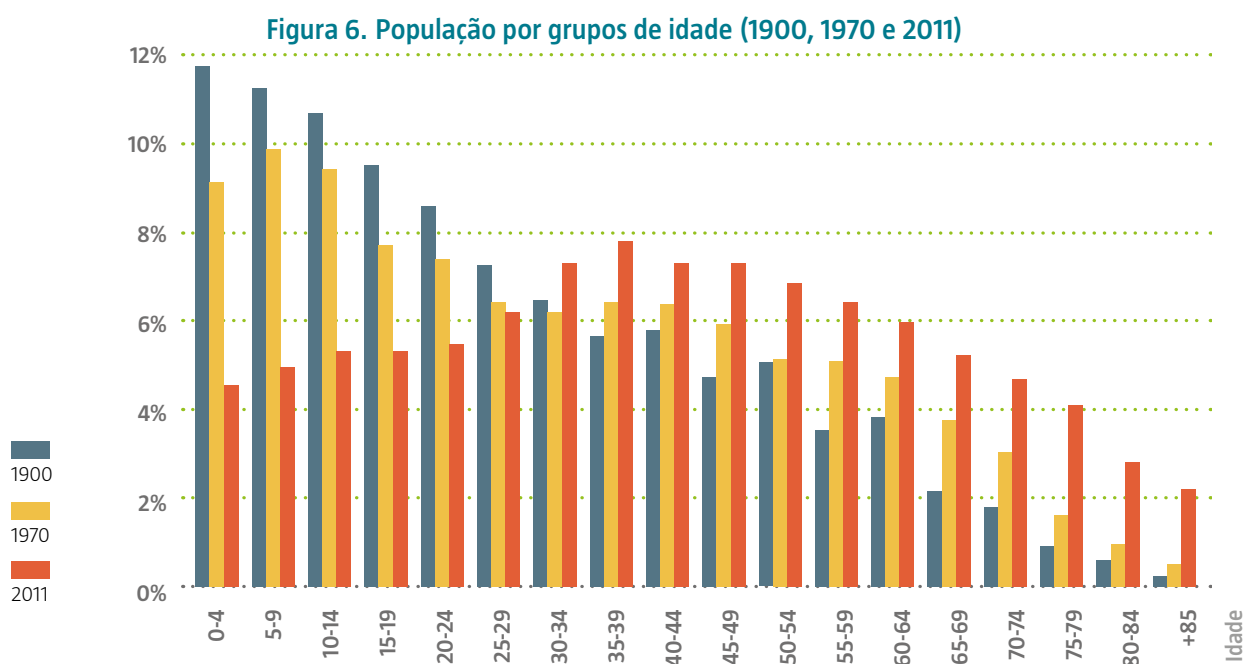
Em Portugal, no presente, morre-se menos, mas nasce-se ainda menos. A realidade atual enfrenta os desafios acumulados de uma sociedade desenvolvida e demograficamente envelhecida. Hoje, um português vive em média mais 14 anos que em 1970, mas cada mulher tem em média metade dos filhos que tinha em 1970. No ano 2015 continuam a não existir sinais de recuperação passíveis de alterar o envelhecimento da base da pirâmide etária, porque os níveis de fecundidade continuam muito baixos e os valores da descendência média das famílias (número médio de filhos por mulher) não assegura a substituição das gerações (para o que seria necessário em média por mulher 2,1 filhos).

O processo de envelhecimento demográfico instalou-se [Figura 5]. Um em cada cinco residentes tem mais de 65 anos e existem mais portugueses a soprarem 65 velas do que a soprar uma.

Figura 5. Evolução da população por grupos de idade (% , 1900-2011)



Fonte: Cálculos autoras a partir de INE, Recenseamentos Gerais da População, 1900 a 2011



Fonte: Cálculos autoras a partir de INE, Recenseamentos Gerais da População, 1900 a 2011

O número de idosos (1,9 milhões em 2011) supera desde 1999 o de jovens (1,6 milhões) (Rosa e Chitas, 2010: 20-21) [Tabela 1]. A população adulta também envelheceu: entre 1900 e 2011, o total de indivíduos com menos de 20 anos reduziu-se para metade e o total de adultos jovens (dos 20 aos 39 anos) não aumentou. O grupo com 65 e mais anos cresceu no século XX mais de 80 vezes e o grupo de 85 e mais anos, 50 vezes. Em cinco anos (2010-2014), o índice de envelhecimento passou de 123,9 para 141,3 idosos por cada cem jovens. A distribuição etária da população portuguesa inverteu-se [Figura 6], incitando que se questione: o que explica esta inversão?

Tabela 1. Indicadores da estrutura etária (1981-2011)

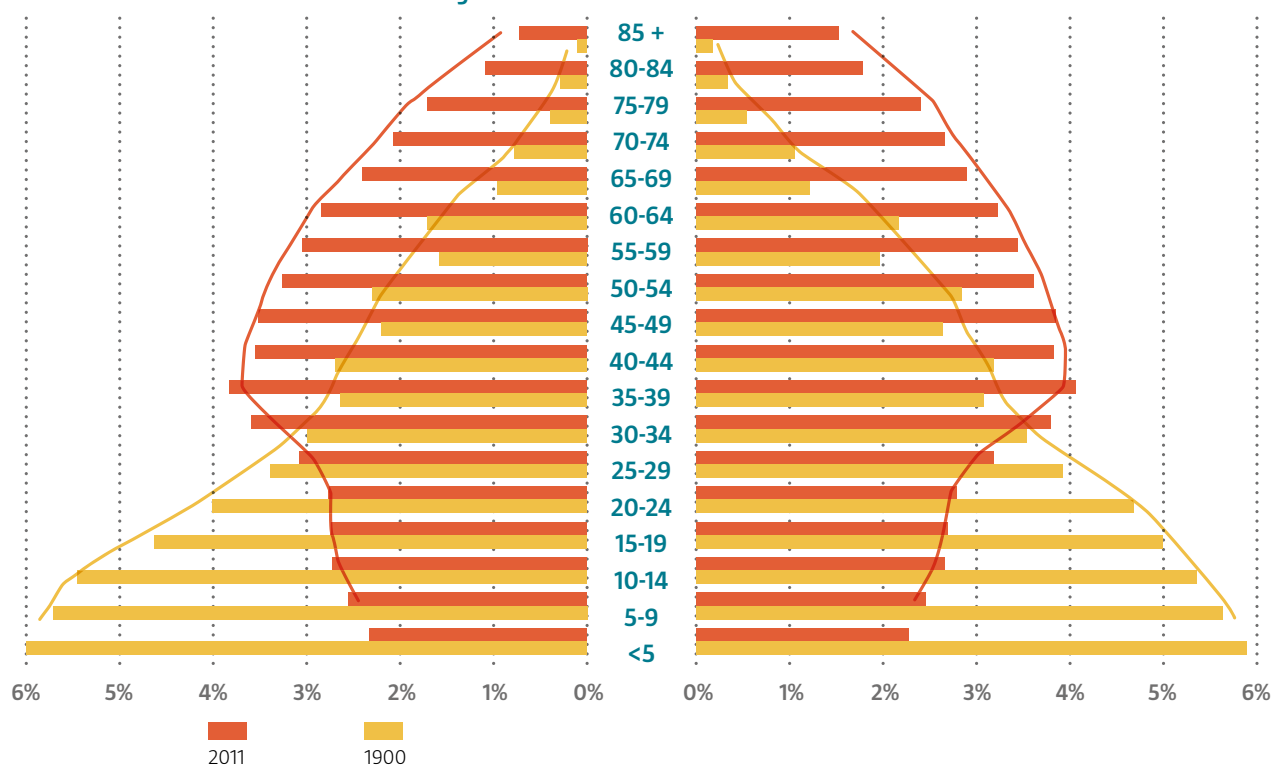
	1981	1991	1996	2001	2006	2011
% População 0-14	23,1	19,7	17,3	15,9	15,5	15,2
% População 15-64	64,8	66,6	67,5	67,6	67,3	67,0
% População ≥ 65	12,12	13,8	15,1	16,4	17,2	17,8
% População ≥ 80	2,1	2,7	3,1	3,5	4,1	4,5

Fonte: INE, 2011

Mudaram os comportamentos face à natalidade e à fecundidade [Figuras 8 e 9] devido à transformação do modo de vida, da estrutura das famílias, da mudança do papel da mulher no seio familiar e no trabalho, tal como os progressos da ciência médica, higiene e acesso a cuidados de saúde. Natalidade e mortalidade reveem-se em baixa. Em Portugal, vivemos em média mais 14 anos que em 1970, o equivalente a duas “vidas” dos nossos avôs. Somos o 8º país do mundo com maior esperança média de vida à nascença e com menor mortalidade infantil [3].

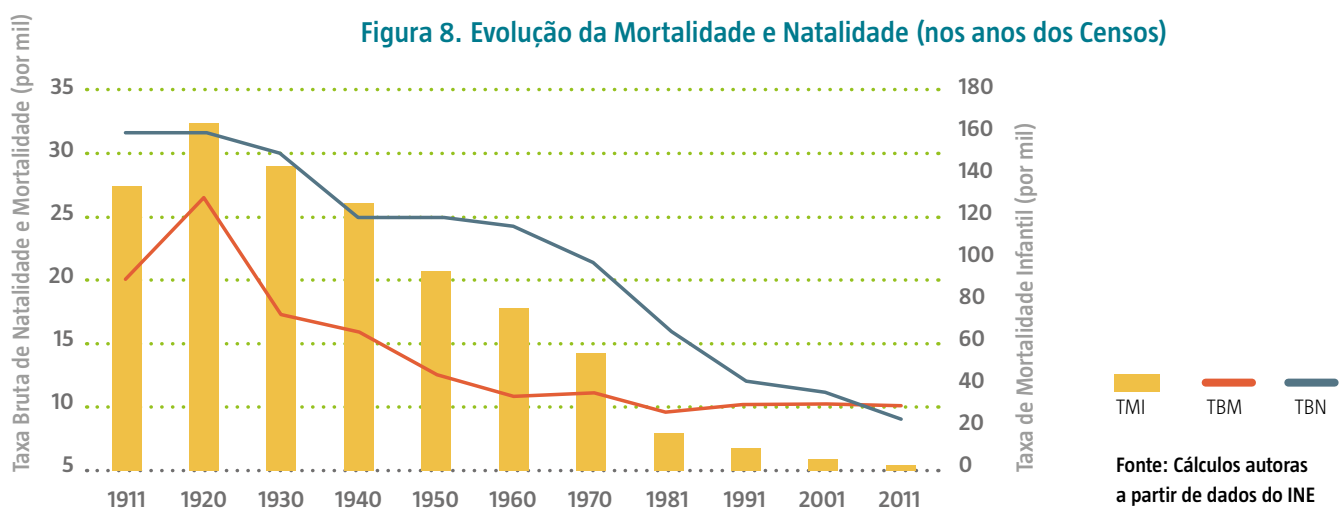
[3] O Japão lidera no *ranking* mundial (mortalidade infantil 2‰, esperança de vida 84,9 anos), o Chade tem a pior combinação destes indicadores (mortalidade infantil 96‰, esperança de vida 52,5). Fonte: PRB, 2016

Figura 7. Pirâmide de Idades 1900 e 2011



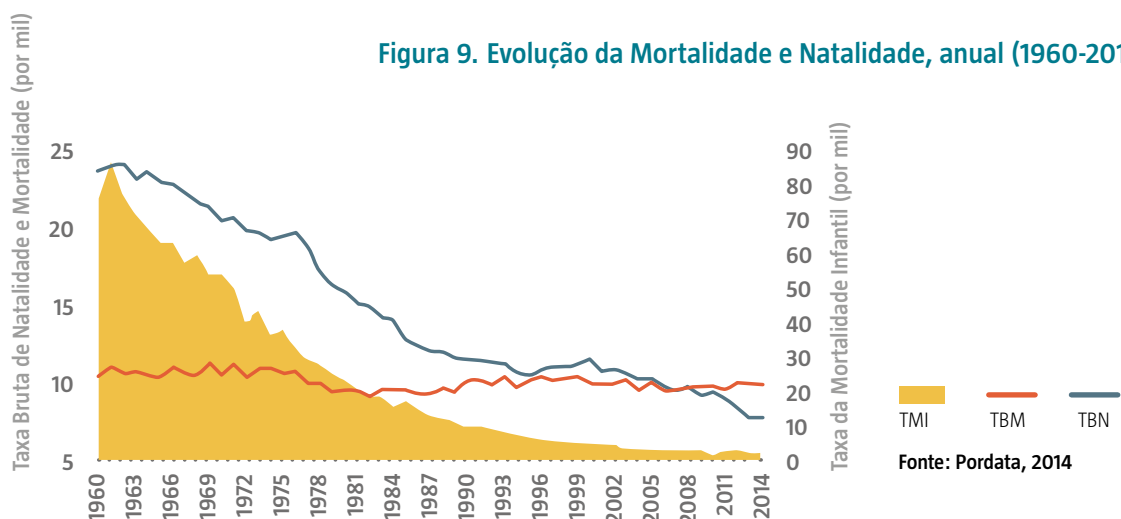
Fonte: Cálculos autoras a partir de dados do INE

Figura 8. Evolução da Mortalidade e Natalidade (nos anos dos Censos)



Fonte: Cálculos autoras a partir de dados do INE

Figura 9. Evolução da Mortalidade e Natalidade, anual (1960-2014)



Fonte: Pordata, 2014

Cada mulher tem em média metade dos filhos que tinha em 1970. O número de nascimentos tem vindo a diminuir desde a década de 70. Nasceram em 2014 menos 30,4 mil filhos que em 2001, o valor mais baixo de sempre, metade dos ocorridos em 1970 (INE). A tendência decrescente da natalidade foi interrompida entre 1996 e 2002 devido aos filhos de mães estrangeiras (a percentagem de crianças de mães de nacionalidade portuguesa diminuiu de 97,7 para 94,8% entre 1995 e 2013). A Taxa Bruta de Natalidade regista um forte decréscimo desde os anos 60, passando de 24 para 7,9‰ entre 1960 e 2015, levando a que em 1982 deixasse de estar assegurada a renovação das gerações, tendo-se registado em 2014 o número médio de filhos por mulher mais baixo de sempre (1,2), o que, como se disse, coloca Portugal entre os países europeus com a fecundidade mais baixa e contraria a tendência já invertida de alguns países da Europa ocidental e do Norte (França, Noruega, Suécia) [Figura 10].

Figura 10. Mulheres em Idade Fértil e Fecundidade (1900-2011)

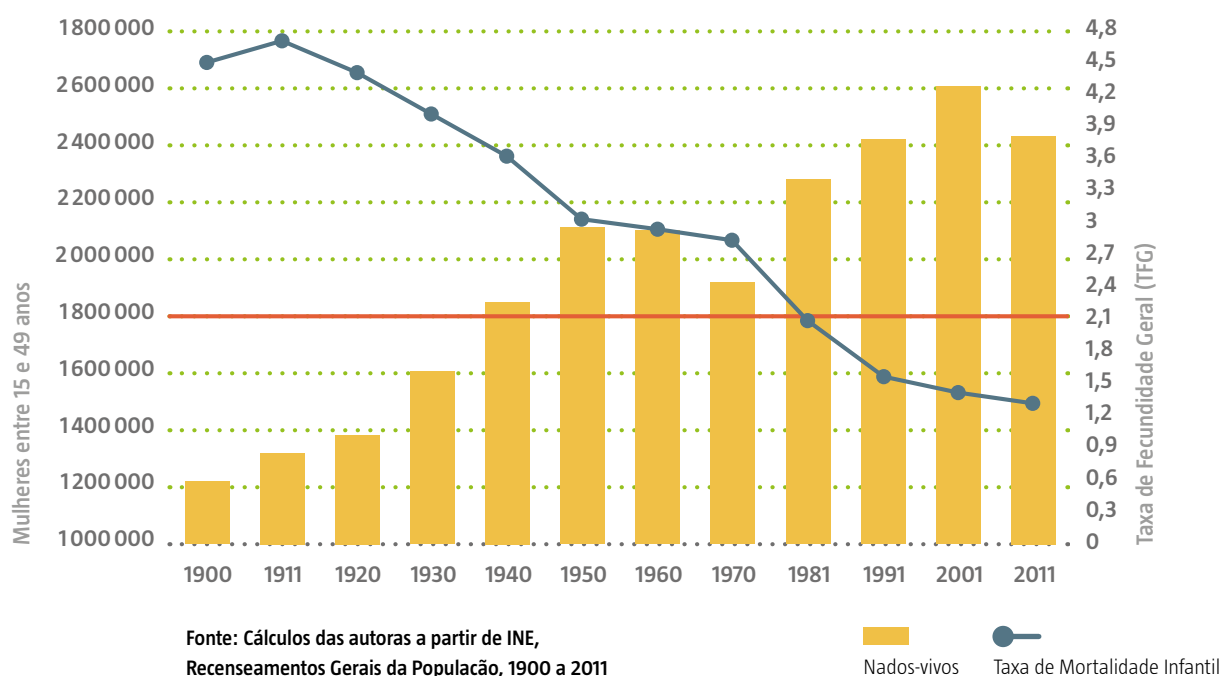
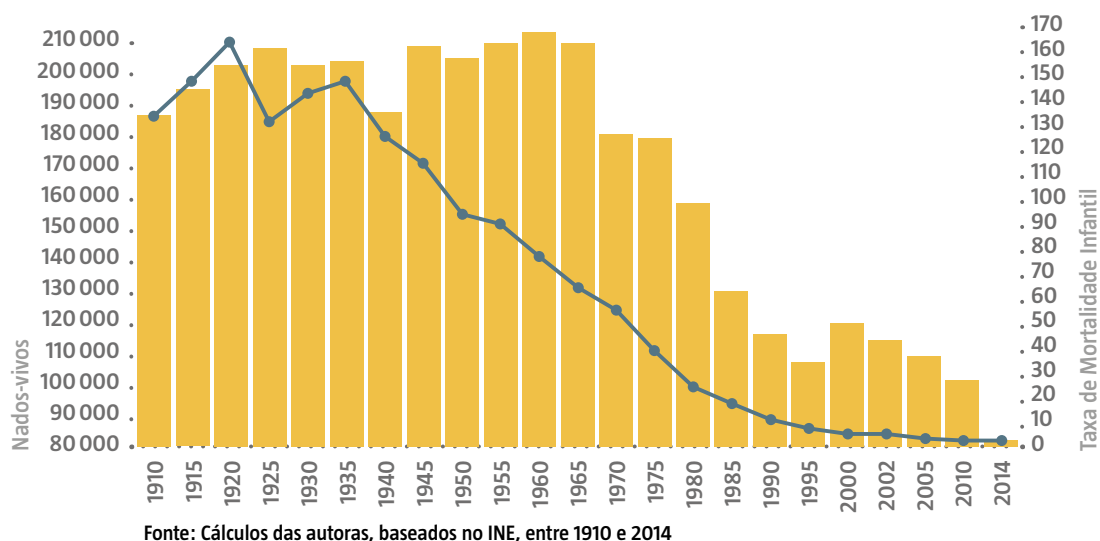
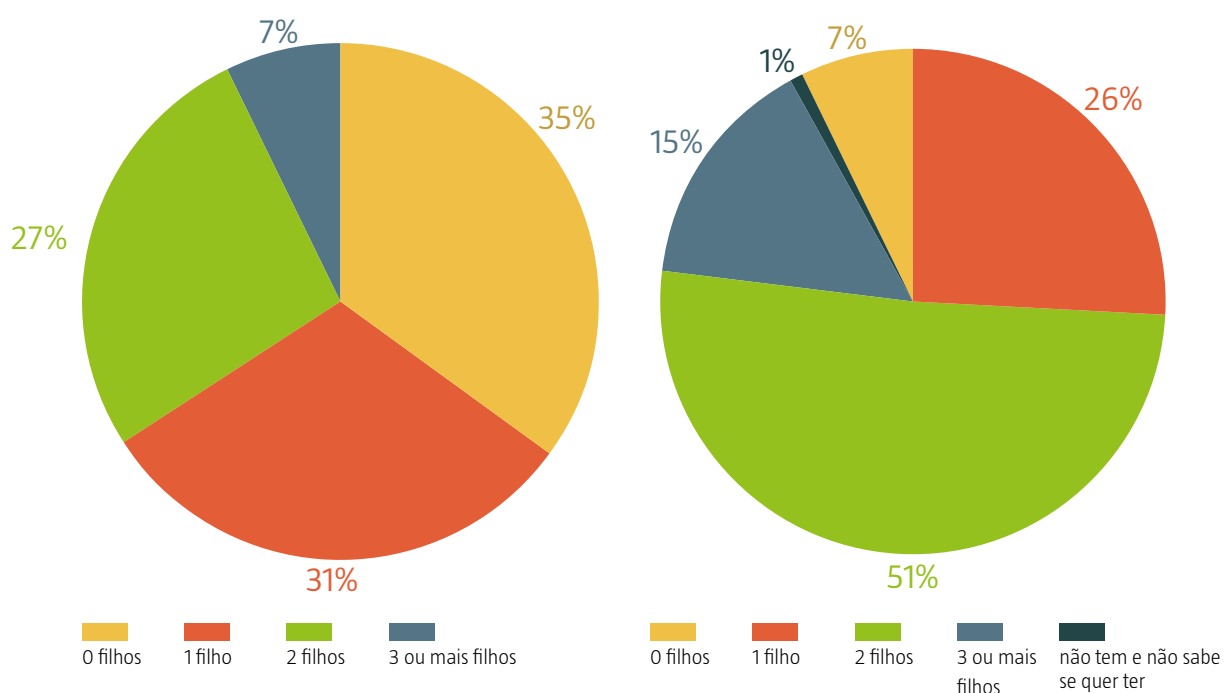


Figura 11. Nados vivos e Taxa de Mortalidade Infantil (1910-2014)



As crianças portuguesas têm mães mais velhas e metade delas nunca terão irmãos. Em 1960, o nascimento do primeiro filho ocorria antes dos 25 anos de idade da mãe, mas em 2014 concretizava-se aos 30 anos. A maioria das mulheres só exceccionalmente tem mais de dois filhos, embora esse facto não corresponda à vontade da maioria, mas sim à insegurança das famílias de classe média. O último *Inquérito à Fecundidade* (INE, 2013) confirma que as expectativas das famílias portuguesas se situam no patamar dos dois a três filhos, mais um do que acabam por ter (PORDATA, 2014). Os níveis futuros de fecundidade poderão ser condicionados pelo número de filhos desejados. Em 2011 existiam menos mulheres em idade fértil (15-49 anos) que em 2001 e menos mulheres que são mães. Em 1900 havia pouco mais de 1,2 milhões de mulheres em idade fértil e cada uma tinha em média 5 filhos, o que se traduzia em 190 mil nascimentos por ano. Atualmente, em termos absolutos verifica-se quase o dobro de mulheres em idade reprodutiva comparativamente a 1900, mas cada uma tem pouco mais de um filho, o que representa cerca de 80 mil nascimentos [Figura 12].

Figura 12. Portugal. Fecundidade realizada e Fecundidade esperada, 2013



Fonte: INE, *Inquérito à Fecundidade*, 2013

As famílias portuguesas mudaram em termos de dimensão e estrutura a partir do final da década de 70, porque aumentou a frequência das uniões de facto, o número de divórcios e o número de famílias monoparentais. Viver a dois continua a ser a situação maioritária, mas o ato do casamento deixou de representar uma condição indispensável para a formação do casal e para o nascimento de filhos/as. A redução sustentada da Taxa Bruta de Nupcialidade (total de casamentos por ano por cada mil habitantes) desde os anos 70 (de 9,4 para 3,0‰, em 1970 e 2014, respetivamente) é um dos sinais desta mudança (PORDATA, 2014). Reduziu-se para metade o total anual de casamentos (81 461 em 1970 e 32 393 em 2014, 350 dos quais entre pessoas do mesmo sexo) e os nubentes são em média seis anos mais velhos. As uniões de facto são ainda menos frequentes que na maioria dos países da UE, mas o seu número quase duplicou desde 1990, representando em 2011, 8,1% do total de casamentos (PORDATA, 2014).

A estrutura familiar em Portugal foi confrontada com o aumento rápido das taxas de divórcio (número de divórcios por ano por cada mil habitantes), que mais que triplicaram entre 1980 e 2013, embora com uma redução após 2010, a que não será estranha a crise económica. Também por esse facto, as famílias tradicionais convivem cada vez mais com as famílias ditas reconstituídas após separação ou divórcio, reerguidas após uma viuvez, compostas por casais homossexuais e monoparentais. Das 406 255 famílias registadas em 2014, 60% são constituídas por casais (sem e com filhos, respetivamente 24% e 36%); 10% são famílias monoparentais (9% constituídas pela mãe) e 9% diz respeito a outros casos de coabitação e agregados com um habitante, que têm aumentado desde 1990, representando em 2011 21% do total, na sua maioria (52,1%) constituídos por idosos, sobretudo viúvas (PORDATA, 2014).

A dimensão média dos agregados familiares é, em 2014, a mais pequena de sempre (3,3 em 1980; 2,6 em 2014) devido à diminuição do número de filhos por agregado e ao aumento dos agregados com 1 ou 2 elementos. O acréscimo do total de idosos no seio das famílias não compensa as perdas de 1% ao ano desde 1981 no que respeita à presença de jovens. A percentagem das famílias com 3 ou mais pessoas passou de 70 para 47%, e as com 5 ou mais elementos reduziu-se de 25 para 7% entre 1981 e 2011 (INE, Census 2011).

Analisando os factos favoráveis, Portugal possui um dos níveis mais baixos de mortalidade infantil do mundo (2,9‰ em 2013). A descida dos níveis de mortalidade geral e da mortalidade infantil (crianças menores de 1 ano) indicia melhorias substanciais da qualidade de vida e o sucesso de todo um conjunto de medidas facilitadoras do acesso a cuidados coletivos de saúde (Veiga *et al.*, 2004).

Tabela 2. Esperança média de vida saudável à nascença e aos 65 anos e Esperança de vida aos 65 anos

	E0 saudável		E65 saudável		E65 anos	
	H	M	H	M	H	M
1995	59,6	63,1	8,3	9,9	14,7	18,1
2001	59,5	62,7	8,2	8,7	15,7	18,9
2005	58,6	57,1	6,5	5,2	16,1	19,7
2010	59,3	56,6	7,1	5,7	17,2	21
2011	60,7	58,6	7,8	6,3	17,8	21,6
2013	63,9	62,2	9,6	9,3	17,8	21,6

Fonte: INE; Pordata, Eurostat; FERNANDES, *et al.* 2004, p.92. Os anos de vida saudável são calculados com base em quadros sobre a mortalidade na UE e em dados recolhidos em inquéritos sobre a perceção pessoal em matéria de incapacidade

A esperança média de vida à nascença apresenta progressos recentes muito significativos. Em 2001 era de 80,5 anos (mulheres) e de 73,7 anos (homens) (Carrilho e Patrício, 2003), um valor baixo a nível europeu (onde em média os homens viviam quase mais 3 anos e as mulheres mais 1); mas em 2013, as portuguesas viviam mais 1 ano que as europeias (84 anos) e os homens alcançaram a média de 77,6 anos.

As previsões (EUROSTAT) apontam para a diminuição continuada da mortalidade nas próximas décadas, embora a um ritmo mais moderado. No entanto, longevidade não é sinónimo de saúde, e viver muitos anos não significa necessariamente vivê-los com qualidade (Meslé e Vallin, 2002; Oeppen e Vaupel, 2002). Daqui, envelhecer saudável tornou-se um objetivo prioritário nas sociedades envelhecidas (Fernandes, 2007, Vaupel, 2010). O indicador *Esperança de Vida com Saúde*, que mede o número de anos que uma pessoa de uma determinada idade pode esperar viver sem problemas de saúde moderados ou severos [Tabela 2], refere que quando um português atinge a idade de reforma (65-66 anos) pode esperar viver ainda 18 anos e uma portuguesa 22 anos, no entanto, desde mais cedo com algum tipo de incapacidade (em 2013 a esperança de vida saudável era de 63,7 para os homens e 62,2 para as mulheres à nascença, e de 9,6 e 9,3 anos aos 65 anos).

Os movimentos migratórios são outro vetor explicativo da dinâmica de crescimento e das características da população. Até ao início de 1970, Portugal foi um país de emigrantes e a imigração, tal como nos restantes países da Europa do Sul, é uma realidade recente. Hoje possuímos de novo um saldo migratório negativo (INE). Entre 2010 e 2013, o número de saídas cresceu mais de 50% e, a partir de 2013, estabilizou em torno das 110 mil pessoas/ano, valor só comparável ao registado em 1973. A emigração permanente diminuiu em 2014, mas a temporária aumentou 14% face a 2013 (Observatório da Emigração, 2015). A emigração tem sido uma constante na história nacional. Até meados dos anos 60 do século XX foi predominantemente intercontinental (sobretudo para a América e as ex-colónias de África), de seguida europeia. Somos o país da UE com mais emigrantes em proporção à população residente (cerca de 2 milhões), o que significa que mais de 20% dos portugueses vive fora de Portugal: 67% na Europa, quase um terço na América do Norte e do Sul e 3% em outras partes do mundo (Pires *et al.*, 2010). O total de emigrantes aumentou continuamente desde a adesão de Portugal à UE, sendo que o que mudou no início do século XXI foi a intensidade, os destinos de emigração e a qualificação da população emigrante. Veja-se o retrato da emigração portuguesa atual na Tabela 3.

Em 2013, cerca de 4% do total de residentes eram estrangeiros (401 320) (Sefstat, 2014). Entre 2000 e 2013, o saldo migratório foi responsável por 92% do aumento total da população e o número de estrangeiros cresceu 70% (Rodrigues, 2012a: 205). Até início dos anos 90, as entradas no país eram explicadas por laços históricos, políticos e linguísticos e compostas sobretudo por homens em idade ativa, não qualificados e de origem africana, bem como por cidadãos da “Europa rica” (Pires, 2010). Quando o país se torna atrativo, acentua-se o peso da comunidade brasileira, facilitada pela assinatura de acordos bilaterais e alarga-se também o recrutamento a países sem ligações históricas a Portugal (leste europeu e Ásia) (Rodrigues, 2010, SEF, 2014). Daqui se afirma que a redução do número de estrangeiros em Portugal desde 2010 seja a resposta à recessão económica e financeira, a aquisição de nacionalidade portuguesa e as mudanças internas nos países de origem (Ataíde e Dias, 2012:16) [Tabela 4].

Sabemos quem são os imigrantes em Portugal [Tabela 5] e identificamos três perfis de estrangeiros: os oriundos de países desenvolvidos (UE, EUA, Canadá, Norte da Europa), com qualificações médias ou altas, que ocupam essencialmente cargos em áreas profissionais como a educação, a saúde e administração.

Tabela 3. Perfis da emigração portuguesa nos países da OCDE

Indicadores	Emigrantes
Relação de masculinidade	<ul style="list-style-type: none"> • Equilibrada, embora com leve tendência à feminização • 52% dos emigrantes é do sexo feminino em 2011 (51% em 2001)
Grupo de idade	<ul style="list-style-type: none"> • Predominam os adultos em idade ativa • 16% têm 65 ou + anos (eram 9% em 2001), o que significa que a idade média está a subir • As médias etárias mais elevadas registam-se nos países onde existem emigrantes com muitos anos de fixação • Os emigrantes mais velhos estão no Canadá; os mais jovens no Reino Unido
Nível de educação	<ul style="list-style-type: none"> • Predominam os indivíduos com baixas ou muito baixas qualificações • Observa-se uma subida das qualificações médias, em linha com a tendência do país • A percentagem dos emigrados com formação superior praticamente duplica entre 2001 e 2011 (passando de 6% para 11%) • Nos principais países de destino a situação é bastante contrastada: 38% dos emigrados no Reino Unido tem formação superior; em Espanha e no Luxemburgo, os emigrados com, no máximo, o ensino básico, representavam 74% e 73% do total
Situação face ao emprego	<ul style="list-style-type: none"> • Predominam os ativos empregados • Subiu a % dos inativos (de 29 para 31% entre 2001 e 2011), sobretudo devido ao envelhecimento acima referido • Aumentou a % de desempregados (de 5 para 6% entre 2001 e 2011), por efeito da crise financeira e económica que eclodiu em 2008
Atividade económica	<ul style="list-style-type: none"> • Ramos de atividade em linha com as qualificações, pelo que bastante variável • Distinção entre comunidades mais “antigas” e novas linhas de emigração • Trabalho não qualificado (construção civil, indústria, hotelaria e restauração, serviços, pequeno comércio) <i>versus</i> trabalho qualificado (setores da saúde, empresarial e banca, comunicação)

Fonte: Rodrigues, “Portugal. Dinâmicas migratorias e riscos de segurança”, *Cadernos IDN*, no. 2, IDN, Lisboa, 2010

Tabela 4. Principais nacionalidades presentes em Portugal (2013)

Nacionalidade	Total
Brasil	109 787
Cabo Verde	42 401
Ucrânia	41 091
Roménia	34 204
Angola	20 177
China	18 846
Reino Unido	16 471
São Tomé e Príncipe	10 304
Moldávia	9 971
Outros	98 098

Fonte: Elaboração própria a partir de www.SEF.pt

Tabela 5. Perfis dos imigrantes em Portugal

Indicadores	Portugal
Nacionalidade	<ul style="list-style-type: none"> • Principais países de origem: países de língua oficial portuguesa, Europa de Leste, UE • Principais nacionalidades: Brasil, Cabo Verde, Ucrânia e Angola
Relação de masculinidade	<ul style="list-style-type: none"> • Feminização das migrações • 52,3% da população estrangeira constituída por mulheres • Comunidade brasileira com maior percentagem de mulheres • Na comunidade ucraniana a percentagem de homens é superior
Grupo de idade	<ul style="list-style-type: none"> • Maioria tem entre 15 e 44 anos • Inativos: 12,7% crianças com menos de 15 anos; 8,5% estudantes, 6,5% reformados
Nível de educação	<ul style="list-style-type: none"> • Maioria tem nível de ensino secundário • Cidadãos dos países de expressão portuguesa (PALOPs) têm as qualificações mais baixas • Cidadãos espanhóis, britânicos e ucranianos têm as qualificações mais altas • Escolaridade superior à média nacional (nível secundário, não superior)
Situação face ao emprego	<ul style="list-style-type: none"> • 60% da população em idade ativa • Desempregados: 25,6% • Principais setores de atividade: serviços e construção civil • Comunidade chinesa: comércio retalhista e restauração • Comunidade brasileira: restauração • Comunidade espanhola: educação, saúde e medicina
Atividade económica	<ul style="list-style-type: none"> • Ramos de atividade: restauração, promoção imobiliária e construção civil, comércio a retalho
Distribuição geográfica	<ul style="list-style-type: none"> • Concentração nas zonas urbanas e na costa litoral • Regiões: Grande Lisboa, Norte, Centro e Algarve

Fonte: Rodrigues, "Portugal. Dinâmicas migratórias e riscos de segurança", *Cadernos IDN*, nº. 2, IDN, Lisboa, 2010

Seguem-se os originários de outros países europeus e da América do Sul, com qualificações médias (ensino secundário), que desempenham funções no setor dos serviços (comércio a retalho, restauração, turismo), chegando esporadicamente a ocupar postos de direção. Por último, os oriundos dos países africanos e asiáticos, com qualificações baixas (ensino básico) e que trabalham no setor dos serviços (limpeza, pequeno comércio, construção civil, agricultura) (Sefstat, 2015).

No cenário de crise económica e de saída de nacionais qualificados, Portugal tem apostado na imigração de indivíduos altamente qualificados e na atração de investimento estrangeiro. As entradas deste tipo de imigrantes foram as que menos diminuíram nos últimos anos, e entre 2000 e 2009, o seu número quadruplicou. Em 2010 atingem-se valores máximos de profissionais estrangeiros, a nível de contratação: 31,7%; incentivou-se o investimento estrangeiro, a concessão de nacionalidade e a regularização dos estrangeiros investidores (o que explica a criação de canais legais de imigração que facilitam a sua regularização, vulgo vistos GOLD) (Góis e Marques, 2014: 64-70).

As motivações económicas são um dos principais fatores da imigração, mas não o único, e a redução do número de entradas nos últimos anos é menor quando olhamos para as atribuídas com vista a reagrupamento familiar, saúde ou estudo. Portugal apostou nas migrações familiares (a principal razão da entrada desde 2010), enfatizando a figura do reagrupamento familiar nas suas leis de imigração, facto reconhecido a nível internacional e que coloca Portugal no primeiro lugar do *ranking* do MIPEX III. Em 2013 foram atribuídas 7 156 autorizações de residência ao abrigo do reagrupamento familiar e concedidos 3 896 vistos de residência a estudantes do ensino superior, a segunda razão para o pedido de residência (SEF, 2014: 11).

A população estrangeira em Portugal é na sua maioria do sexo feminino (52,3% do total) e em média 8 anos mais jovem que a população nacional (34,2 e 42,1 anos respetivamente em 2011). Britânicos, espanhóis e franceses têm idades mais avançadas e os romenos, santomenses, moldavos e brasileiros, as mais baixas (Rodrigues, Ferreira, 2014:149). Um grupo que merece análise à parte é o dos aposentados que vivem em Portugal. O baixo custo de vida e a qualidade dos sistemas de saúde pública têm feito aumentar este novo fluxo migratório. Em 2013 contavam-se 16 471 seniores britânicos e 8 581 alemães (SEF, 2014).

Os estrangeiros escolhem os grandes centros urbanos e zonas mais dinâmicas em termos de emprego menos qualificado, de indústria e/ou de turismo. Mais de metade (51,6%) reside na Grande Lisboa, seguindo-se as regiões Norte, Centro e Algarve. Deste subcapítulo vale a pena reter que, a partir de 1993, o saldo migratório torna-se determinante para garantir o aumento da população residente, designadamente em termos regionais, e assim se mantém hoje.

1.2. (RE)CONFIGURAÇÃO DA REALIDADE NACIONAL. TENDÊNCIAS DE MUDANÇA

As melhorias no bem-estar das populações, que vão ocorrendo em diferentes momentos, refletem a interdependência entre dinâmica demográfica, qualidade de vida e políticas públicas. Múltiplos fatores vão contribuindo para a (re)configuração da sociedade portuguesa que, sobretudo a partir dos anos 70, conhece um processo de modernização e mudança social progressivamente mais aproximado dos níveis de modernização social e condições de vida existentes em outros países da Europa.

As melhorias observadas decorrem de novos moldes de articulação entre dinâmica demográfica, qualidade de vida e as políticas públicas promulgadas em setores estruturantes essenciais, como a educação, saúde, segurança social, emprego e ordenamento do território. A Revolução de 1974 possibilitou uma maior abertura da sociedade e da economia às influências e investimentos estrangeiros e coincidiu com a melhoria das condições de vida das populações, o desenvolvimento do Estado Social, a criação do Serviço Nacional de Saúde e a generalização do sistema de ensino e consequente aumento gradual do nível da formação dos portugueses.

O desafio do bem-estar social tem sido o mote estruturante das medidas equacionadas pelos governantes políticos desde os anos 70 do século XX. O aumento do investimento nestas áreas marca as últimas décadas, mas a consolidação do Estado Providência – que se desenha na sequência da Revolução de Abril e está plasmado na Constituição de 1976 – não reduziu as desigualdades de rendimento, sobretudo na velhice, como acontece nos rendimentos de pensões de invalidez e sobrevivência. O aumento da desigualdade é explicado pela crescente assimetria salarial em função do nível de educação, e da penalização salarial de alguns setores tradicionais da economia, como a indústria têxtil ou o calçado. Estas desigualdades obedecem a uma geografia específica e ditam diferentes realidades regionais.

A organização dos sistemas de proteção social em Portugal compete ao Estado, o que distingue Portugal dos restantes países europeus, à exceção de Espanha (Paquy, 2004). Após 1974, as políticas sociais sofrem profundas alterações, ao serem assumidos os compromissos políticos de garantir a melhoria do nível de vida e das condições de vida da população. Existiam direitos sociais há muito consignados noutros países e que era preciso promover. Assim, a Constituição de 1976 consigna no Capítulo II, Artigo 63º, o direito à segurança social e “à proteção na doença, velhice, invalidez, viuvez e orfandade, bem como no desemprego e em todas as outras situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho.” Mas a percentagem do PIB *per capita* adstrita a esse tipo de gastos aumenta de forma constante mas modesta, principalmente se a cotejarmos com a média da UE mais rica (em 2012, as despesas totais em proteção social são estimadas em 26,9% contra 29,5% da UE28) (EUROSTAT, 2015b).

Quando se retrata a estrutura dos sistemas de proteção social não se pode descurar o papel que ainda hoje é protagonizado por formas tradicionais de solidariedade comunitária, de redes informais de apoio e, sobretudo, de suporte familiar. No Portugal do século XXI, a família continua a ser a base da organização social, inclusive no que se relaciona com o cuidado a prestar aos seus elementos mais vulneráveis na prestação de cuidados pessoais e apoio material. A atuação do Estado tem em conta esta

tradição e contexto, mas o problema é que a sociedade mudou, tal como mudaram as estruturas e dinâmicas familiares (Paquy, 2004). A família deixou de ter condições para ser a única promotora de bem-estar, mas as formas de distribuição dos benefícios sociais não têm colmatado o espaço vazio deixado por estas alterações. Os itens que compreendem os benefícios para as famílias (2012) são inferiores aos observados na UE28, sobretudo no referente ao apoio à família e à infância (EUROSTAT, 2015a, 2015b). O grosso do total investido em proteção social vai para os apoios à velhice e à sobrevivência, com foco no pagamento de pensões [Tabela 6].

Tabela 6. Proteção social por tipo, na UE e em Portugal (2012)

	Velhice/ sobrevivência		Doença/ Cuidados de saúde		Incapacidade		Família/ Infância		Desemprego		Habitação/ inclusão social	
	% TBS	% PIB	% TBS	% PIB	% TBS	% PIB	% TBS	% PIB	% TBS	% PIB	% TBS	% PIB
UE28	39,1	12,0	28,5	7,4	7,1	2,1	7,5	2,1	5,2	1,7	3,5	0,9
Portugal	47,2	11,0	30,4	7,1	10,4	2,4	5,3	1,2	5,7	1,3	1,0	0,2

TBS: Total de Benefícios Sociais

Fonte: EUROSTAT, 2015b

Não obstante as conquistas alcançadas nos últimos anos, Portugal continua a ser um país regionalmente pouco homogéneo a nível social e económico. Os graus diferenciados de desenvolvimento regional, de distribuição de riqueza e de equipamentos, de níveis de bem-estar, podem atuar como mais uma situação de desfavorecimento e vulnerabilidade nacional.

Existe uma coincidência entre vitalidade demográfica e qualidade de vida à escala regional desde a segunda metade do século XX (Pereira e Chorão, 2009: 136-145) sendo possível distinguir três grupos de concelhos [Tabela 7]:

1. os mais dinâmicos (3% do total), na sua maioria situados nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto;
2. os moderadamente dinâmicos (11%), que juntam concelhos da Grande Lisboa, do Grande Porto e do Algarve litoral;
3. o Portugal adormecido, correspondendo a 86% do total, com tendências recessivas, por norma zonas de emigração, interna e externa.

Daqui resulta que Portugal continua sem conseguir a convergência de indicadores de bem-estar, agravada no final do século XX, pela diminuição global do índice de bem-estar e o aumento da diferença entre concelhos pobres, que representam a imensa maioria, e ricos (Moreira, 2010; Rodrigues, 2010:411-426).

A par dos movimentos de emigração, a mobilidade interna contribuiu para a redistribuição da população no território, em função da capacidade de atração económica das regiões. O modelo de desenvolvimento que o país foi adotando a partir dos anos 60 do século XX ancorou-se numa organização territorial que privilegiou o litoral, onde se concentrou a maioria da população urbana, as atividades económicas com grande intensidade de mão-de-obra (obras públicas, indústria pesada, atividades portuárias) e os centros de decisão política, fomentando o abandono progressivo dos ativos jovens do interior rural.

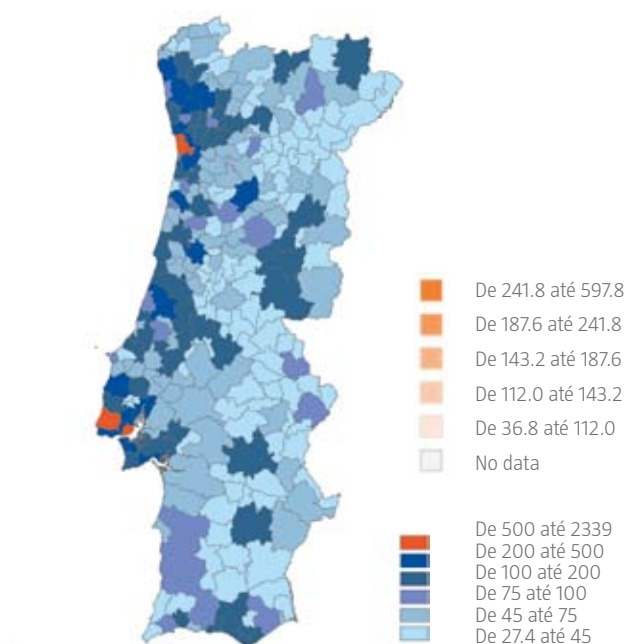
Tabela 7. Dinâmicas demográficas concelhias (1960-2001)

População residente (%)	CARACTERÍSTICAS DE COMPORTAMENTO
3,3	<ul style="list-style-type: none"> • Maior dinamismo e locais de destino interno preferencial nas décadas de 60 e 70 • Localizados na região envolvente de Lisboa e Porto, à exceção de Valongo • Mantém comportamento constante
10,9	<ul style="list-style-type: none"> • Concelhos da Grande Lisboa, à volta do Porto até Aveiro, e do Algarve (Albufeira e Portimão); • O crescimento natural explica o seu dinamismo, já que as médias do crescimento migratório são baixas (os níveis médios mais elevados de crescimento natural ocorrem entre 1960 e 1981, resultado de comportamentos favoráveis de fecundidade tardios em contexto nacional)
85,4	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentam valores médios negativos em quase todas as variáveis (em alguns casos as taxas de crescimento natural entre 1960 e 1981 conseguiram inverter a tendência depressiva). Os valores negativos dos saldos migratórios, especialmente na década de 60, indicam que foram locais de origem de migrantes que se deslocaram para outras zonas do país e para o estrangeiro

Fonte: Rodrigues e Moreira, 2009: 111.

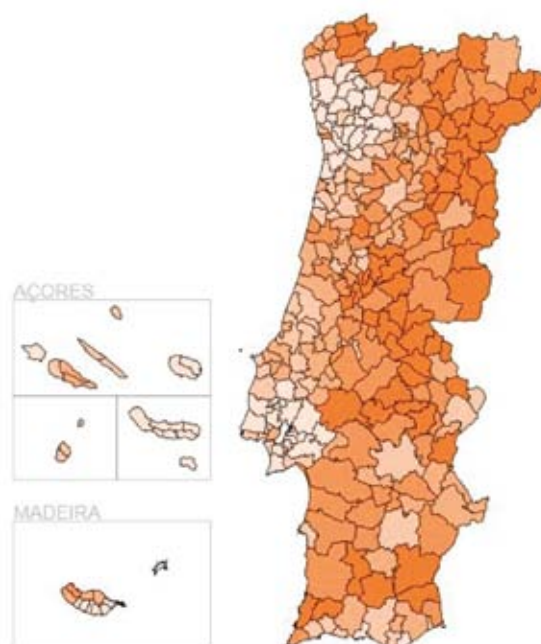
Apesar destas diferenças regionais, o envelhecimento é transversal, verificando-se a nível nacional. O processo de envelhecimento das estruturas etárias está consolidado em Portugal, tanto em termos médios nacionais, como a nível local. A análise das **Figuras 13 e 14** permite visualizar as diferenças concelhias em termos do grau de envelhecimento em 2011 e concluir que apenas 45 concelhos (16%) à volta de Lisboa e Porto, nas regiões autónomas e no Algarve (Albufeira) possuem mais jovens (0-14 anos) que idosos (65 e mais anos); é no interior que se localizam os concelhos mais envelhecidos, por vezes com mais de 40% dos residentes com 65 ou mais anos (Moreira *et al.*, 2010). A vantagem numérica dos mais idosos tenderá a acentuar-se no futuro próximo e os cenários prospetivos são unânimes ao considerá-la irreversível, pelo menos a médio prazo, com impactos inevitáveis em termos da população ativa e da sua relação com os inativos e dependentes.

Figura 13. Índice de Bem-estar (2004)



Fonte: Rodrigues, 2009, *Regionalidade Demográfica e Diversidade Social em Portugal*

Figura 14. Índice de Envelhecimento (2011)



Fonte: INE

Tendências de mudança: educação e saúde

Entre as mudanças que ocorreram na organização do Estado e nas suas funções sociais, também a educação conheceu alterações que refletem uma recomposição social, nomeadamente a nível da estrutura socioprofissional. As mudanças são sobretudo evidentes no que respeita às mulheres. Em 2014, 53% dos alunos que frequentavam o ensino superior eram mulheres (PORDATA). É unânime a constatação da importância e das profundas alterações que significaram a entrada das mulheres na esfera profissional (Almeida, Costa e Machado, 1994).

A década de 70 foi rica em progressos sociais e educacionais e permitiu a democratização do ensino. Nas últimas décadas do século XX assiste-se à quase erradicação do analfabetismo (em 1960 a taxa de analfabetismo rondava os 33%, em 2011 não superava os 9%) e ao aumento de efetivos com formação superior (em 1981 existiam 106 mil alunos matriculados no ensino superior, número que em 2011 triplicara, ascendendo a 384 mil).

Mantêm-se no entanto alguns problemas estruturais, como o abandono escolar precoce, que compromete a inserção no mercado de trabalho dos indivíduos pouco ou não qualificados e pode ser um fator potenciador de risco de exclusão social (PORDATA). Portugal continua a possuir um nível baixo de escolarização em termos comparativos europeus, com uma elevada percentagem da população com 15 e mais anos que não possui qualquer escolarização (cerca de 5,2%) ou que não ultrapassa os 6 anos de escolaridade (cerca de 43%) (Martins, Rodrigues e Rodrigues, 2014). Mas, em 2014, 78,5% dos que não sabem ler nem escrever têm mais de 65 anos, o que permite encarar o futuro com algum otimismo. Os últimos anos foram surpreendentes em termos de ensino superior. Em 1998, apenas 8 em cada cem portugueses entre os 25 e 64 anos tinha completado uma licenciatura; doze anos depois, a percentagem quase duplicara (15%), o que representa um ritmo de crescimento anual médio muito superior à média dos países da OCDE. No entanto continuamos a figurar no fim da tabela, com a Itália e a Turquia (com 13%). Se por um lado este indicador se revela constrangedor num cenário comparado, certo é que, no futuro, Portugal possui neste indicador um potencial de crescimento considerável.

A taxa real de escolarização (percentagem de alunos matriculados em cada ciclo de estudos) aumentou em todos os níveis desde finais da década de 60 [Figura 15]. Com exceção da educação pré-escolar, de frequência facultativa, a taxa de escolarização diminui à medida que avançamos no grau de escolaridade. Em 2011 ronda 100% no ensino primário, supera 95% no 2.º ciclo do ensino básico, 92% no 3.º ciclo e mais de 72% no ensino secundário. Devemos, no entanto, ter em conta que este indicador se reporta ao número de alunos matriculados e não àqueles que concluíram, de facto, o nível de ensino em questão e não traduz o efeito das retenções e desistências sobre a escolarização real. Por outro lado, sobretudo no 3º ciclo e secundário, existem alunos cuja idade se situa fora do intervalo considerado como normal para a frequência do ciclo e que não são contabilizados para determinar a escolarização nesse grau.

Mesmo considerando estes limites metodológicos, é claro que nas últimas décadas assistimos a dois fenómenos novos, o aumento da escolarização de portugueses em idade adulta (25-64 anos) e a diminuição da taxa de abandono precoce de educação e formação de indivíduos entre os 18 e os 24 anos. Embora ainda baixa, tem aumentado

a participação de adultos em “atividades de aprendizagem intencional ou não, desenvolvidas ao longo da vida, em contextos formais, não-formais ou informais, com o objetivo de adquirir, desenvolver ou melhorar conhecimentos, aptidões e competências, no quadro de uma perspetiva pessoal, cívica, social e/ou profissional” (INE). Ao mesmo tempo, a taxa de abandono precoce de educação e formação dos jovens adultos que não concluíram o ensino secundário e não estão inseridos em qualquer programa de educação ou formação reduziu-se de 50 para 20,8% entre 1992 e 2012 [Figura 16].

O aumento da escolarização acontece em todos os grupos etários, e em ambos os sexos existe uma proporção cada vez maior de indivíduos que concluem o ensino básico (57,1% em 1981, 89,7% em 2011) e a taxa de abandono escolar decresceu desde 1992 (ano em que afetava quase metade dos jovens entre os 18 e 24), para ser em 2014 a mais baixa de sempre (17,4%), embora superior no sexo masculino. Em 1991 só 2,9% da população em idade escolar concluía um curso superior; em 2011 são 11,7%. O número máximo de diplomados em instituições de Ensino Superior verificou-se em 2012/13 (98 481). A evolução do sistema de ensino reflete, pois, as mudanças sociais que vão reconfigurando a sociedade portuguesa, produzindo novas lógicas e condições sociais, bem como novos futuros possíveis (Almeida, Costa e Machado, 1994).

Figura 15. Taxa real de escolarização, por nível de ensino (1961-2013)

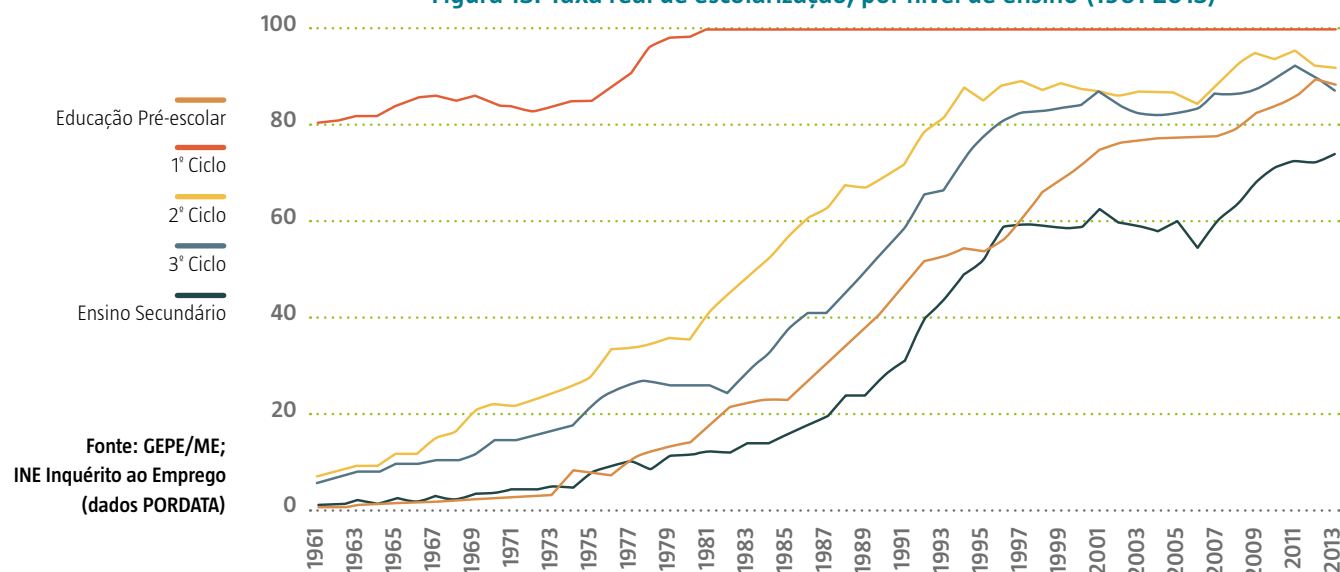


Figura 16. Abandono Escolar (1992-2014)

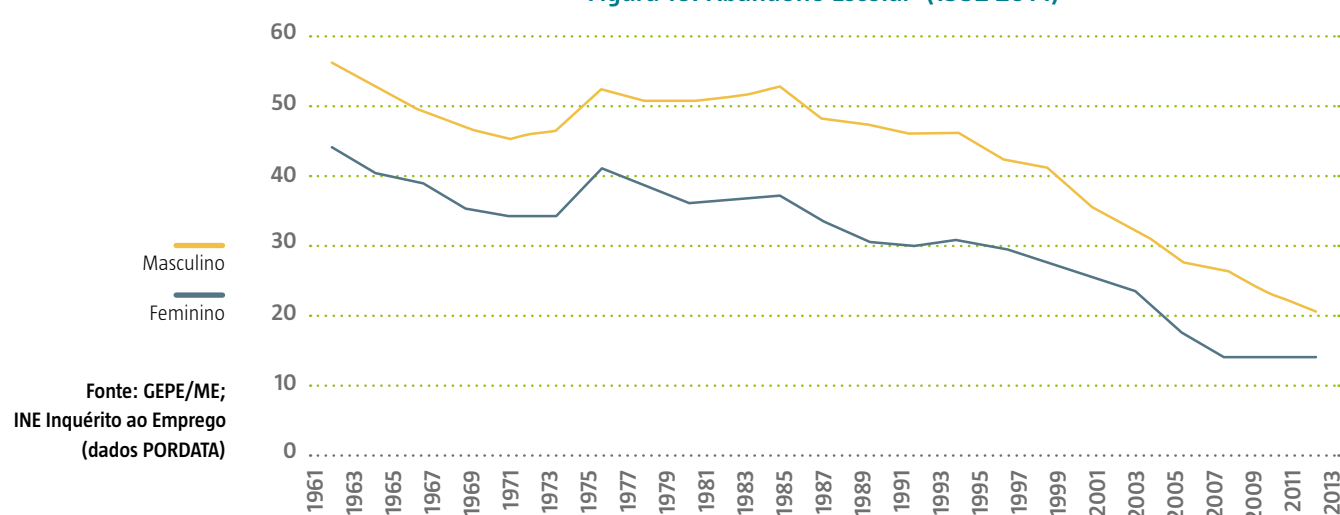
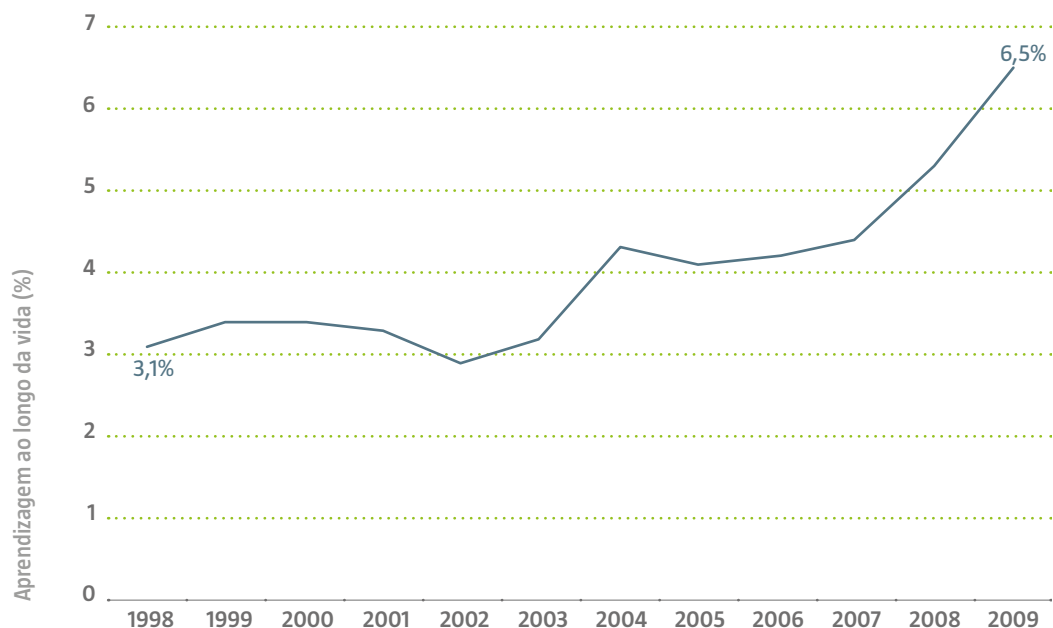
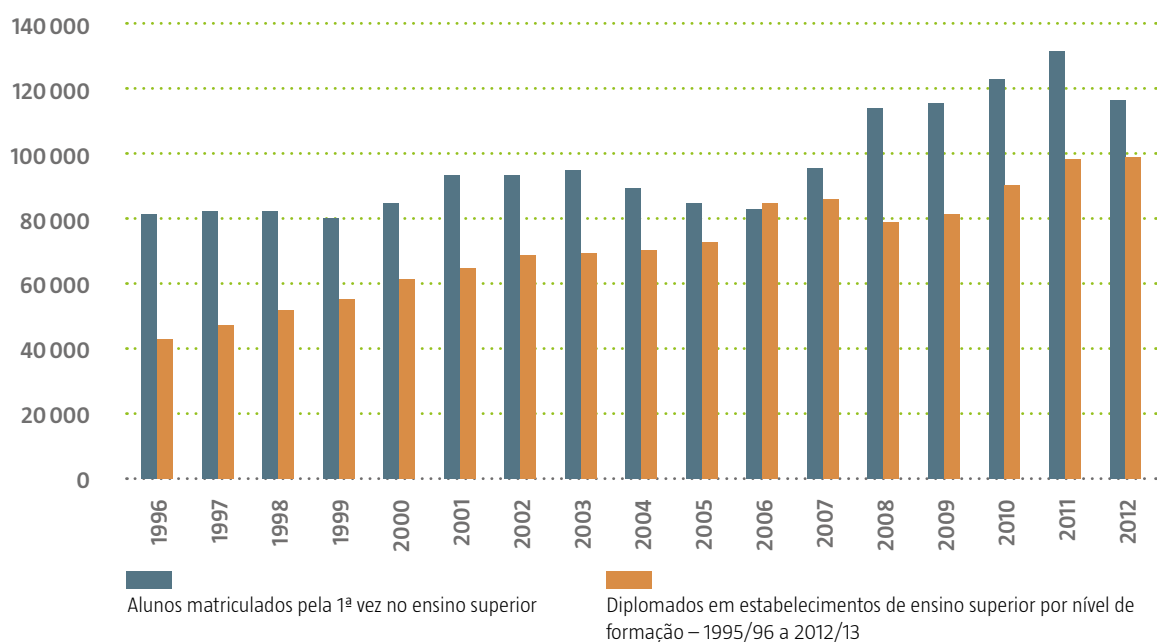


Figura 17. Aprendizagem ao longo da vida (1998-2009)



Fonte: Pordata

Figura 18. Inscritos e diplomados no Ensino Superior (1995-2012)



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego; Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (Ministério da Educação e Ciência)

Uma das mudanças tem a ver com o estado da saúde. A literatura é consensual ao considerar que a educação influencia os comportamentos demográficos e introduz mais-valias no estado de saúde das populações (Dustmann e Glitz, 2011; KC, *et al.*, 2010; Lutz e KC, 2010; Henriques e Rodrigues, 2010; Oliveira, 2009; Goujon, 2008; Fernandes, 2007). Torna-se assim do maior interesse que a análise dos impactos do envelhecimento demográfico sobre o perfil de saúde da população leve em consideração o estudo da composição populacional por nível de escolaridade. Porque esperamos uma população portuguesa mais envelhecida, mas mais escolarizada, é importante estudar a evolução simultânea destas duas variáveis.

O desenvolvimento do sistema nacional de saúde (SNS) como um direito de cidadania, financiado pelo Estado e consagrado na Constituição de 1976, permitiu o acesso universal dos portugueses a cuidados de saúde. A entrada de Portugal na UE

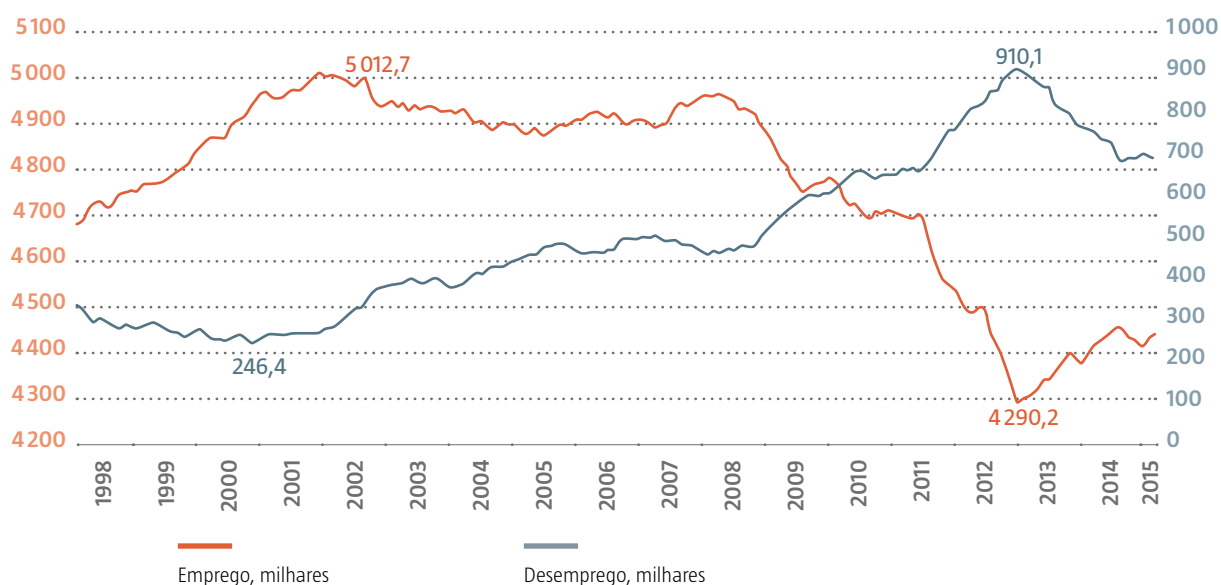
melhorou a qualidade das respostas e da prestação de cuidados de saúde primários e hospitalares. A rede hospitalar alargou-se a todo o país e foram construídas várias unidades hospitalares, proporcionando uma razoável cobertura das populações (Fernandes, Moreira e Veiga, 2004). As melhorias são confirmadas pela evolução positiva dos indicadores demográficos, pese embora o facto de estes também refletirem a melhoria material das condições de vida das famílias, em termos de rede de cobertura de saneamento, eletrificação e condições de habitabilidade dos agregados. O SNS enfrenta o repto de conseguir anular ou esbater as diferenças regionais e os desafios inerentes ao aumento da esperança de vida e à concentração da morte nos escalões etários mais velhos, garantindo o acesso igualitário a cuidados médicos, o aumento da eficácia do sistema de saúde e o acesso a informação por parte dos utentes.

Na adaptação de estudos internacionais à realidade nacional, Henriques (2005) e Henriques, Rodrigues, 2010 e Rodrigues, Rodrigues e Martins (2013) provaram que o aumento do nível de instrução contribuirá para uma melhor saúde da população futura portuguesa. Um dos grandes desafios está na resposta ao aumento da procura de cuidados de saúde por parte de cidadãos mais velhos, mais afetados por determinadas doenças crónicas e incapacitantes, mas também mais informados e capazes de manter modos de vida mais saudáveis e atitudes preventivas mais ativas, facilitando o diagnóstico precoce e reduzindo a carga orçamental com saúde.

Tendências de mudança: mercado de trabalho e crescimento económico

O envelhecimento da população tem também implicações no mercado de trabalho e no crescimento económico. As condições do mercado de trabalho estão a melhorar face ao período de crise, mas a retoma é lenta (OCDE, 2015). As taxas de desemprego em Portugal são em média inferiores aos restantes parceiros da UE28 e OCDE, exceto durante os períodos de crise mundial, com impacto negativo na economia. Nos últimos 40 anos, o emprego em Portugal tem apresentado uma trajetória ascendente, embora com períodos de retração associados a crises económicas (fim da década de 70, 1983/85, 1993, 2007/08). A **Figura 19** permite visualizar o volume de empregados e desempregados e a diferença entre ambos, e torna visível que a fase mais crítica ocorreu em 2013, após o que se inverte a tendência decrescente.

Figura 19. Evolução do emprego e desemprego (1998-2015)



Fonte: Banco de Portugal e INE

Figura 20. OCDE, UE28 e Portugal. Evolução da taxa de desemprego (1974-2014)

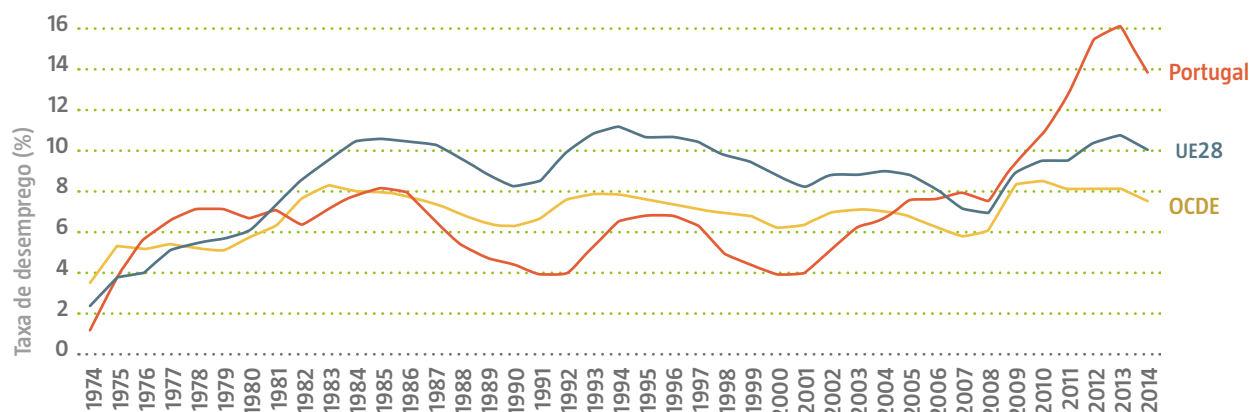


Figura 21. População empregada por nível de escolaridade completo, 1998 a 2014

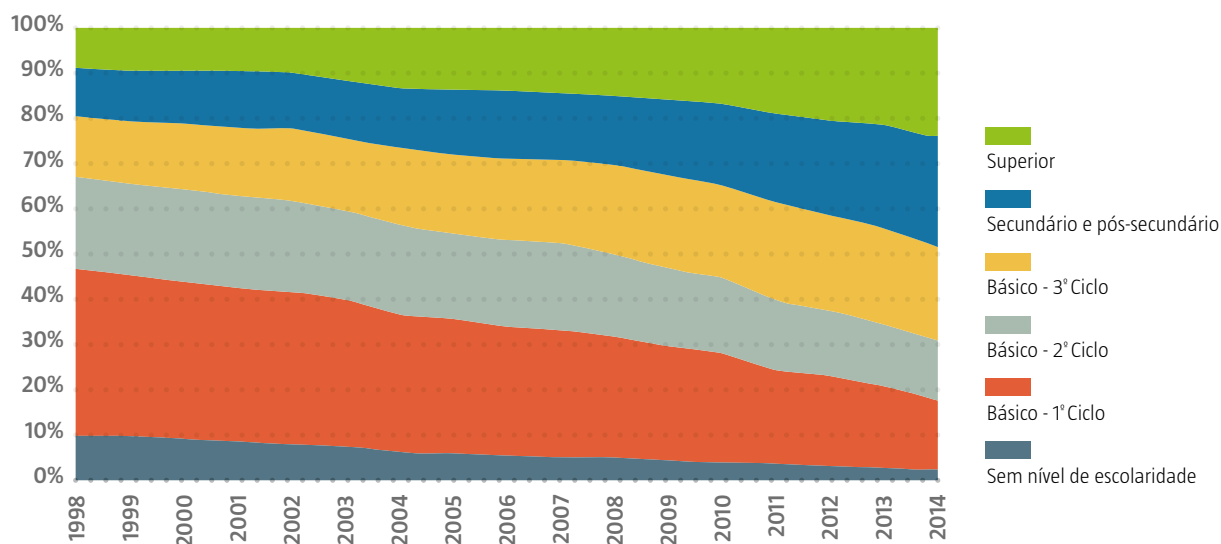
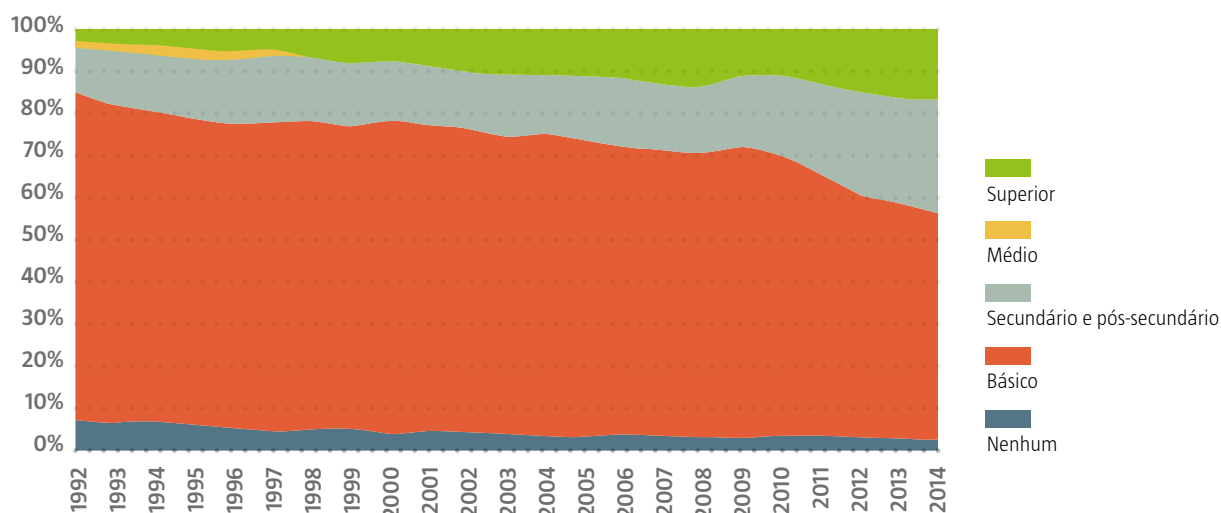


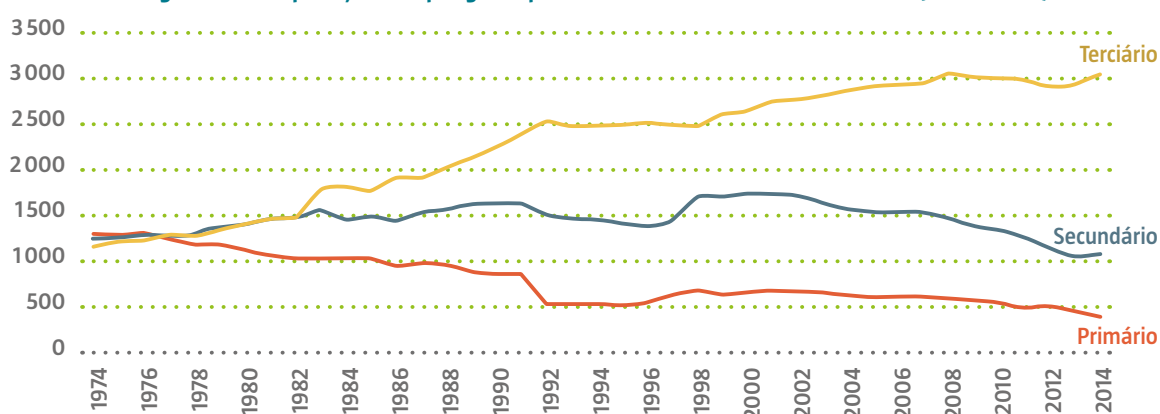
Figura 22. População desempregada por nível de escolaridade completo, 1998 a 2014



Nos últimos anos a oferta de emprego alterou-se, passando a ser menor, mais precária e temporária, nomeadamente em setores tradicionais e absorventes de muita mão-de-obra, como a indústria e a construção (OCDE, 2015). Este novo perfil do mercado de trabalho dificulta a recuperação do emprego. A OCDE e a Comissão Europeia [Figura 20] preveem que a recuperação seja relativamente lenta na generalidade dos países afetados pela crise, sobretudo na Grécia e em Espanha.

A população empregada alterou nos últimos anos o seu perfil, dado o aumento dos níveis de escolaridade das *coortes* mais jovens [Figura 21]. No final dos anos 90 apenas 1 em cada 10 empregados possuía uma licenciatura, mas em 2014 o rácio é de 1 em cada 4. A maioria dos desempregados possui níveis de ensino básico. Em 1998, por cada 100 potenciais trabalhadores (mão de obra disponível para trabalhar) estavam desempregados 3 sem escolaridade, 4 com ensino superior e 7 com outros graus de ensino; em 2014, por cada 100 potenciais trabalhadores estão desempregados 14 sem escolaridade, 10 com curso superior, 15 com nível de ensino básico ou secundário. Podemos assim afirmar que, ao contrário do que sucedia algumas décadas atrás, ter hoje uma licenciatura parece reduzir o risco de desemprego, talvez porque a terciarização do tecido económico crie oportunidades em áreas de atividade diferentes do passado recente [Figura 23]. Em Portugal aumentou o volume de profissionais intelectuais e técnicos, efeito da expansão dos serviços públicos ligados ao ensino, saúde e segurança social, a quadros técnicos das empresas e serviços da administração central e regional (Almeida, Costa e Machado, 1994).

Figura 23. População empregada por setor de atividade económica (1974-2014)



Fonte: Pordata

A investigação da pressão do envelhecimento nas populações é vista pela maioria dos investigadores (Nazareth, 2009; Sanderson e Scherbov, 2010) como resultado exclusivo dos índices de dependência de idosos (total de idosos por cada 100 adultos) e de jovens (total de jovens por cada 100 adultos), em contraposição à esperança média de vida e aos níveis de incapacidade na doença.

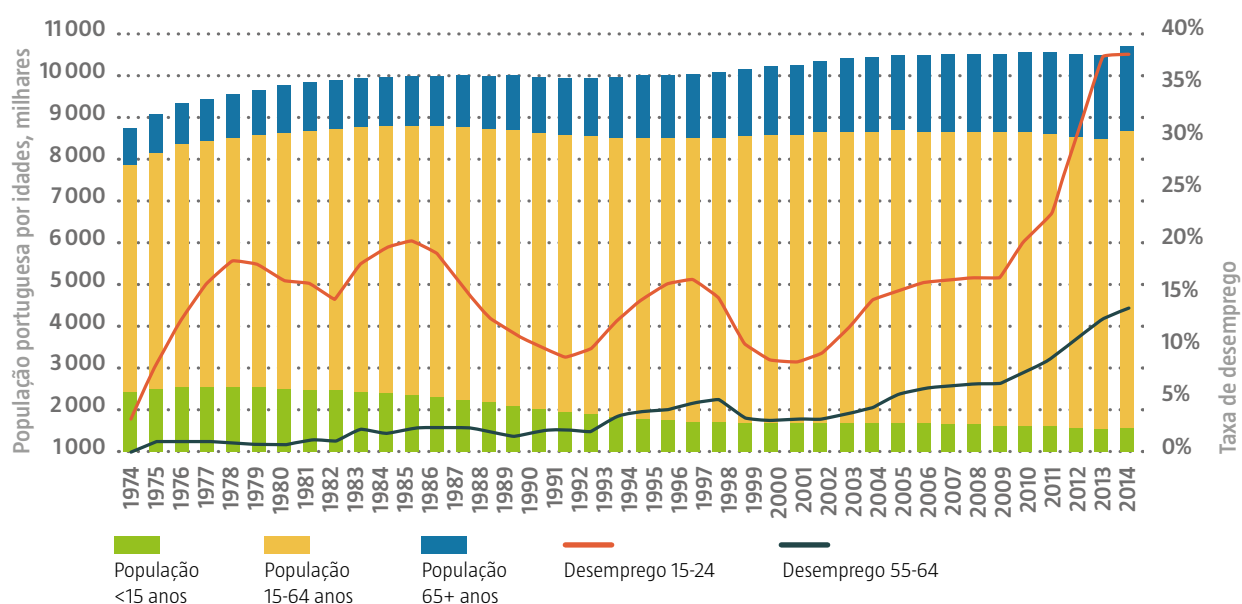
Como se analisou supra, hoje, cada português pode esperar viver mais do que alguma vez foi possível, o que obriga a preparar a sociedade para lidar com os desafios suscitados pelas mudanças na estrutura populacional. As necessidades e o comportamento das pessoas com mais de 60 anos são diferentes dos jovens. Os idosos tendencialmente trabalham e poupam menos e oferecem menos mão-de-obra e capital às economias, embora autores como Preston (1975) afirmem que historicamente as

sociedades com maior longevidade são também as que apresentam maior rendimento *per capita* e seja de lembrar que as *coortes* mais recentes são mais saudáveis devido às conquistas na educação (Caldwell, 2005; Henriques, 2005; Henriques, Rodrigues e Martins, 2010; Rodrigues, Rodrigues e Martins, 2013).

Caso se mantenha a tendência de gerações mais idosas mais saudáveis, poderá justificar-se que estas contribuam com uma vida ativa mais longa. Este é o verdadeiro desafio que os decisores políticos enfrentam. Conjunturalmente, confrontam-se com uma crise económica e financeira que provoca taxas de desemprego elevadas, em particular dos jovens; estruturalmente, confrontam-se com o impacto da pressão das gerações mais idosas e das suas expectativas face a um plano de reforma, com a emigração do capital humano jovem altamente qualificado e com a redução do número de crianças, que indicia uma incapacidade de recuperação dessa pressão no futuro próximo.

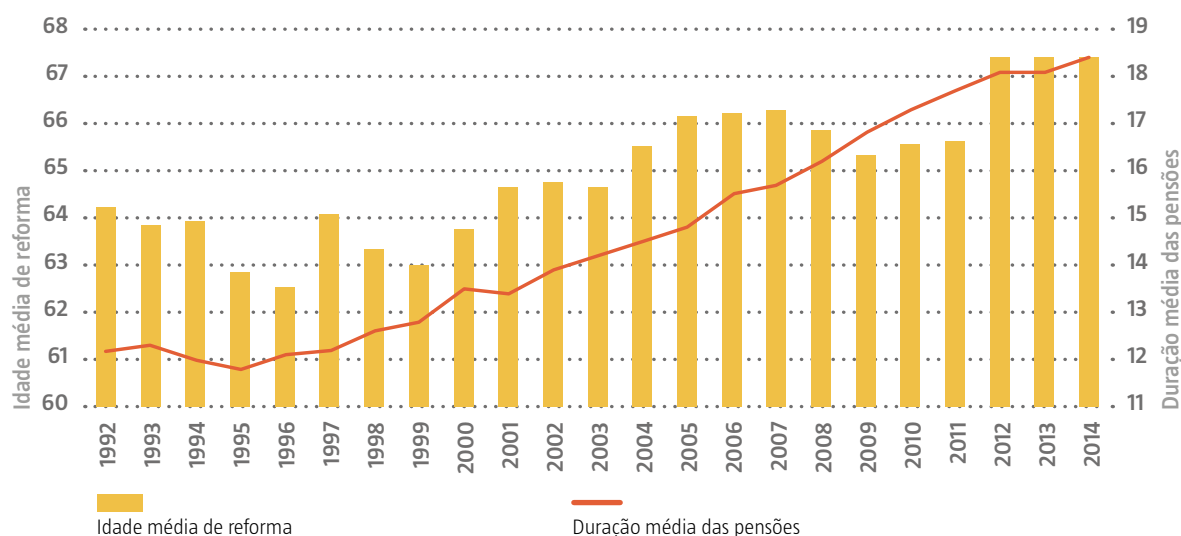
As tensões entre gerações estão colocadas. Muitos jovens acreditam que a alta taxa de desemprego é provocada pela permanência de adultos seniores no mercado de trabalho e sentem que a idade de reforma não deve aumentar para que mais cedo sejam libertados empregos. Porém, ao aumentar a proporção de pensionistas aumenta também a pressão sobre quem trabalha e é contribuinte ativo. Aplicámos à estrutura populacional portuguesa a evolução do desemprego jovem e do grupo de 55-64 anos [Figura 24] e concluímos que o desemprego jovem sofreu mais com a volatilidade do mercado de trabalho devido à sua rigidez e à elevada proteção de que gozavam os trabalhadores mais velhos. Em momentos de contração económica foram os jovens com contratos mais precários que a economia forçou a ajustar-se. Após 2007, a contração do emprego foi tão intensa que todas as estruturas etárias foram forçadas a um ajustamento, embora o aumento dos níveis de desemprego jovem fosse superior (Bloom *et al.*, 2010).

Figura 24. População por grandes grupos de idade e taxa de desemprego



Fonte: Cálculos das autoras, OCDE, database

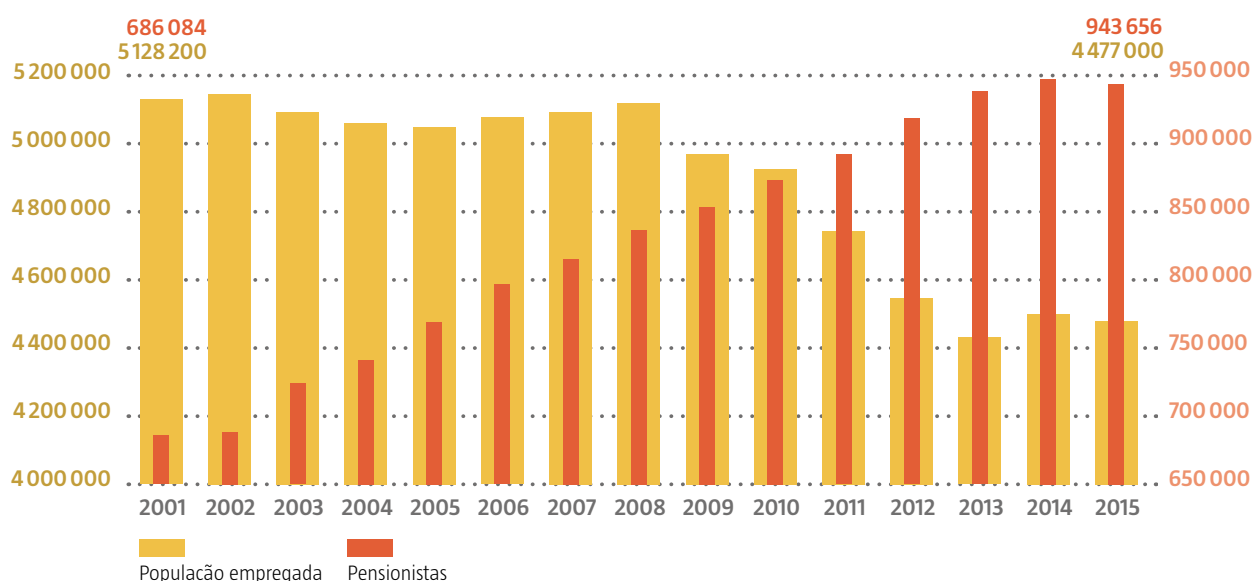
A duração média das pensões é a mais longa de sempre. Em 1992, um reformado podia esperar receber em média 12 anos de pensão; em 2014 são 18 anos. A idade da população ativa empregada tem sofrido poucas alterações desde 1980. Em 1983, um

Figura 25. Duração média das pensões e da idade média de reforma (1992-2014)

Fonte: Cálculos autoras, Pordata, OCDE

em cada cinco trabalhadores tinha menos de 25 anos, em 2015, apenas 5%, tantos quanto os maiores de 65 anos. O grupo etário que proporcionalmente ganhou mais trabalhadores entre 1980 e 2015 foi o de 45-54 anos, seguindo-se o de 55-64, embora o mais numeroso seja o dos adultos jovens (25-44 anos) [Figura 25].

Nos últimos 15 anos é possível avaliar o aumento da pressão sobre os contribuintes: em 2001, por cada pensionista havia 10 pessoas empregadas; em 2015 apenas cinco, o que significa que o número de pensionistas cresceu 2,5% ao ano. Em Portugal, nos últimos 40 anos, a idade de reforma não tem sido condicionada pelo aumento da esperança média de vida [Figura 26]. Bloom *et al.* (2011) estudaram a relação entre a esperança média de vida e a idade de reforma em 43 países entre 1965 e 2005 e concluíram que, em média, a esperança média de vida aumentou nove anos e a idade legal de reforma apenas seis meses. Procurámos aferir se efetivamente o aumento da esperança média de vida tinha forçado o aumento da idade de reforma

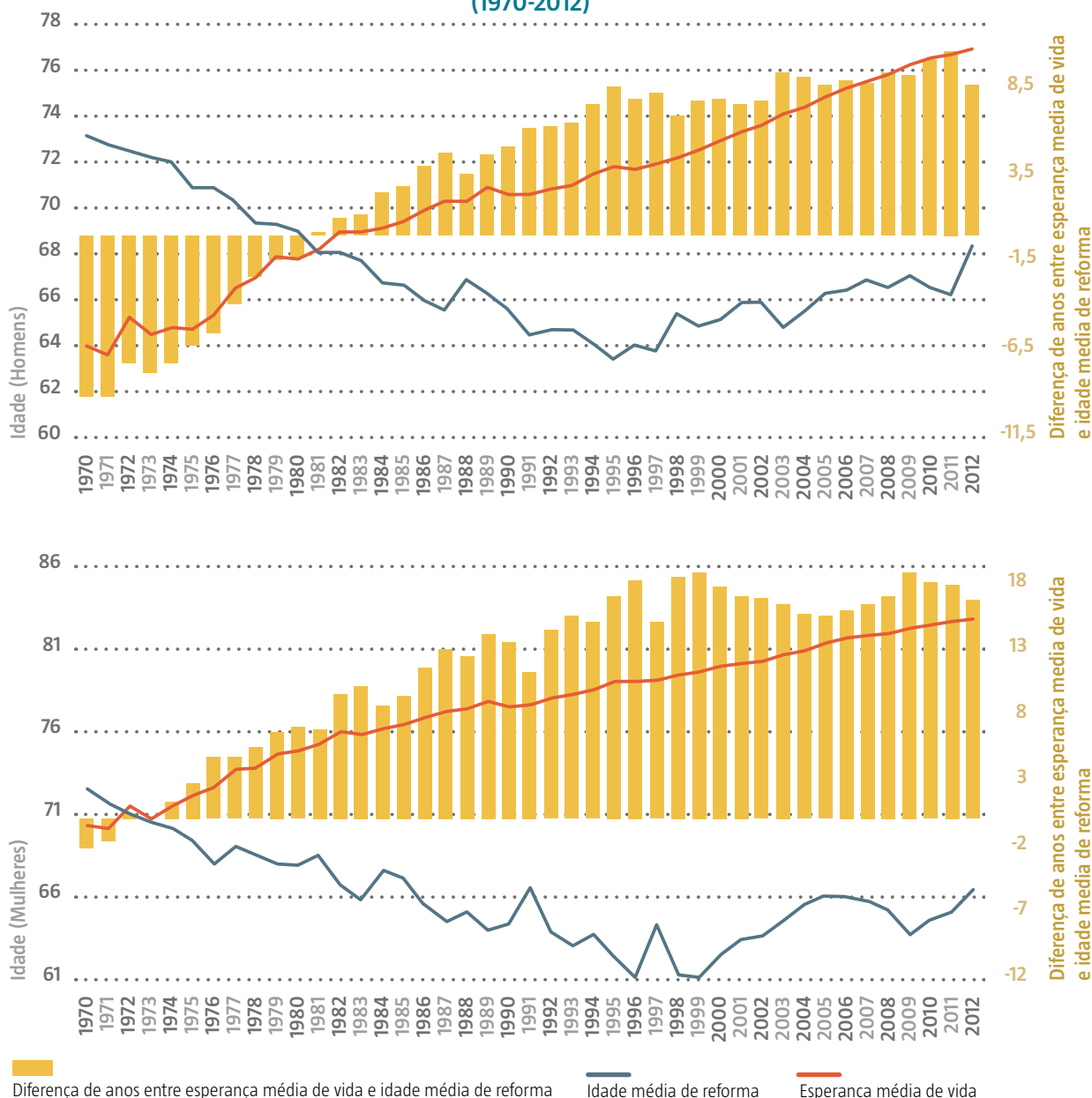
Figura 26. Pensionistas e população empregada (2001-2015)

Fonte: Cálculo das autoras com base nos dados da Segurança Social, mês de referência, janeiro, Pordata e GEE para 2015 (1º trimestre)

em Portugal entre 1970 e 2012 e concluímos que tal não sucede: comparativamente a 1970, homens e mulheres vivem mais 13 anos e reformam-se cinco e seis anos mais cedo, respetivamente. Em 2010, a Comissão Europeia alertou para esta discrepância e para a necessidade de medidas de aumento do período de atividade, propondo dois caminhos: a subida gradual da idade de reforma e o início da idade contributiva mais cedo; a maior igualdade entre homens e mulheres. Com efeito desde 2011, as idades de reforma e a esperança média de vida tendem a aproximar-se, mudança explicada pelas reformas impostas pela *Troika*, passando a componente demográfica a estar incluída no cálculo da idade de reforma.

Foi construído um mito em torno da idade de reforma e a generalidade dos cidadãos está convicta que esta é hoje a mais alta de sempre [Figura 27]. Em 1970 era elevada a probabilidade de um trabalhador nunca chegar a “gozar” a reforma, porque a esperança média de vida era inferior em nove anos à idade de reforma, mas, em 1980, a esperança média de vida (do homem) iguala a mesma,

Figura 27. Idade média de reforma e esperança média de vida à nascença, por sexos (1970-2012)



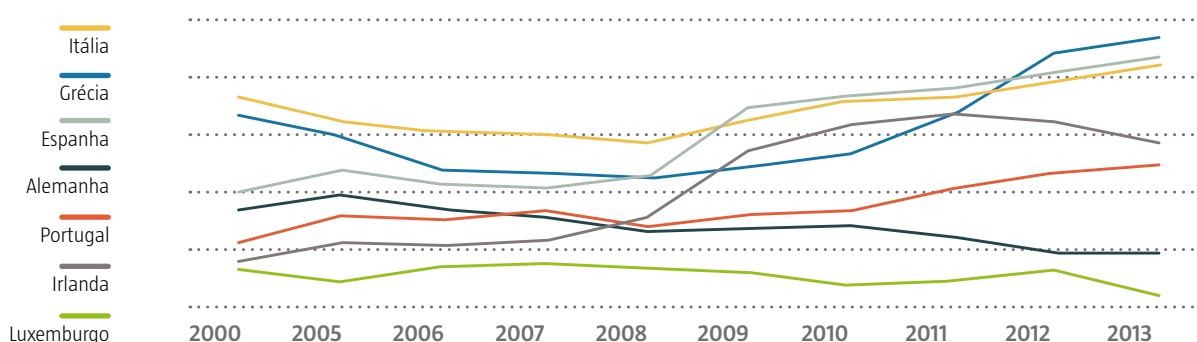
Fonte: Cálculos das autoras; OCDE, database; Pordata

no momento em que todos puderam gradualmente reformar-se mais cedo. Em meados dos anos 90, a idade de reforma atinge o mínimo de 63,4 anos (homens) e de 61,1 (mulheres). Entre 2009 e 2011 regista-se o maior diferencial e em 2012 o *gap* entre a idade de reforma (66,4 anos) e a esperança média de vida (82,8 anos) é de 16,4 anos (para as mulheres) e de 8,5 anos (para os homens).

NEET. Jovens que não estudam, não têm emprego e não participam em ações de formação. Este grupo da população jovem (16-29 anos) merece um particular destaque pela dimensão social e por ser um dos grupos mais afetados pelo impacto da crise económica e financeira (Carcillo *et al.*, 2015). A participação dos jovens no mercado de trabalho traz benefícios sociais que não devem ser desprezados numa abordagem integrada das condicionantes económicas, demográficas, educacionais e até de saúde (principalmente mental). É na fase da transição entre o “ser estudante” e “ser trabalhador” que os jovens conquistam a sua autonomia e independência. O sucesso na entrada no mercado de trabalho influencia a saída de casa dos pais, a decisão de casar e constituir família e o momento em que se escolhe ter filhos. O tipo de emprego afeta o indivíduo e também a sociedade (o mercado imobiliário, o consumo de bens). É quando se termina a escolaridade obrigatória que se decide continuar os estudos ou enveredar pelo mercado de trabalho. Também neste ponto o grupo está condicionado por fatores sociais (a capacidade financeira da família em apoiar a continuação de estudos, a existência de bolsas estatais que apoiem estas decisões, e até a facilidade em arranjar empregos em *part-time* que proporcionem a conjugação entre os estudos e a “angariação de fundos” para a sua sustentação).

Nos anos pós-crise, a população jovem desempregada e não inscrita em estabelecimentos de ensino ou em processo de formação (NEET) aumentou em todos os países da UE28, exceto no Luxemburgo, Alemanha e Áustria. Os mais fustigados por esta realidade foram a Grécia (passa de 16 para 28,5% entre 2008-2013), Espanha (de 16% para 26,8%), Itália (de 19% para 26%), Irlanda (12% para 19%) e Portugal (de 12% para 17%) [Figura 28]. O agravar do desemprego durante a crise afetou e gerou um círculo vicioso para estes jovens. Pelo contrário, os jovens ativos apresentam perfis diferentes. Em cerca de metade da UE28 (liderados pela Dinamarca e Holanda) estes jovens conjugam estudo e trabalho, com alta taxa de participação no mercado de trabalho.

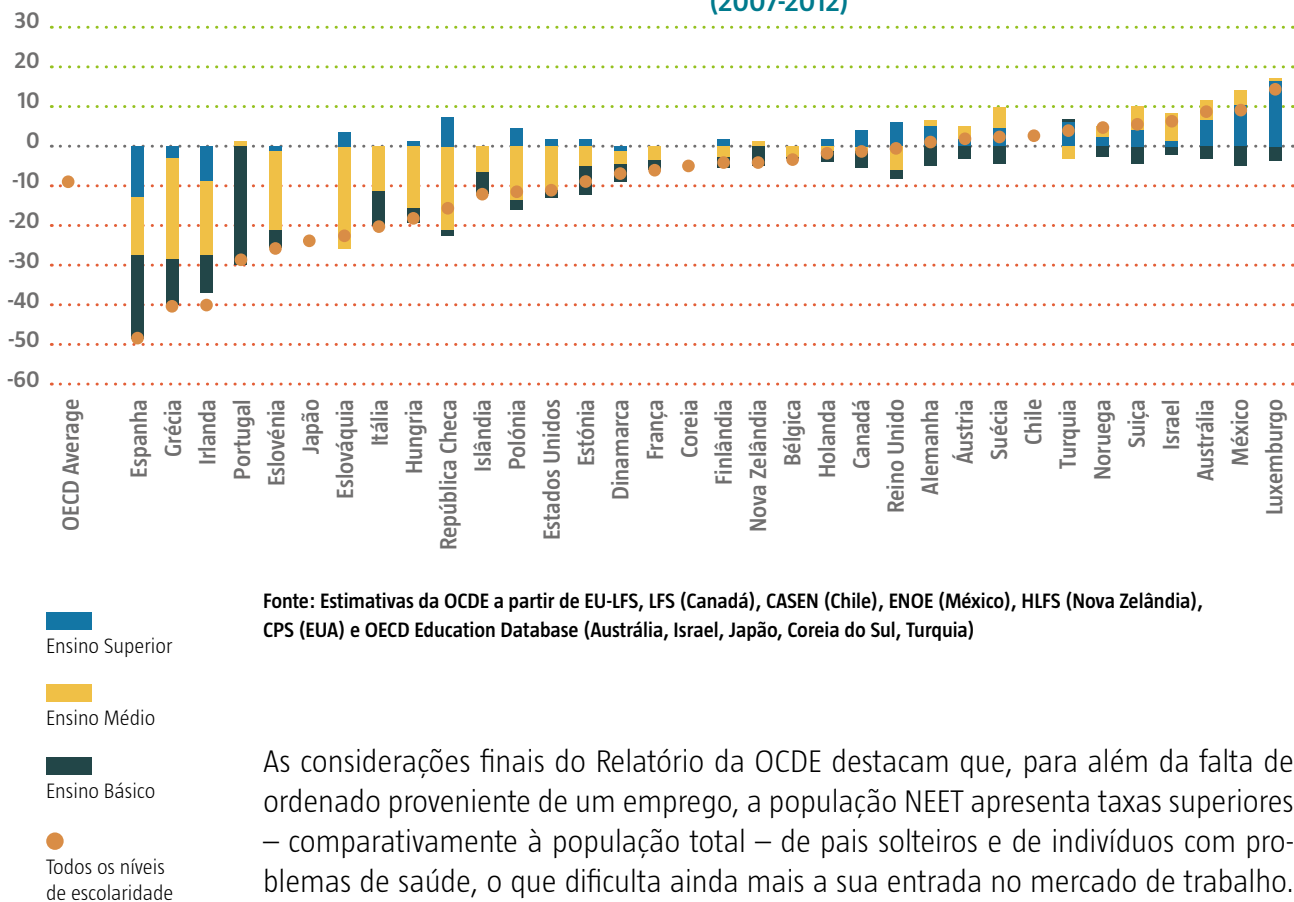
Figura 28. UE27. População jovem (15-29 anos) não inscrita no ensino ou formação (2000-2013)



Fonte: OCDE, database

Embora como vimos, mais instrução aumente as probabilidades de empregabilidade, resta avaliar a qualidade desse emprego. O decréscimo da empregabilidade dos jovens afetou mais o grupo dos menos qualificados, porque durante a crise os empregadores puderam contar com oferta de trabalhadores mais instruídos a melhor preço e na hora de contratar preferiram os mais instruídos (OECD, 2015) [Figura 29].

Figura 29. UE27. Variação do número de empregados jovens por nível de instrução (2007-2012)



As considerações finais do Relatório da OCDE destacam que, para além da falta de ordenado proveniente de um emprego, a população NEET apresenta taxas superiores – comparativamente à população total – de pais solteiros e de indivíduos com problemas de saúde, o que dificulta ainda mais a sua entrada no mercado de trabalho. O abandono precoce e o baixo nível de instrução fazem com que, mesmo empregados, mantenham baixos salários ao longo da vida ativa.

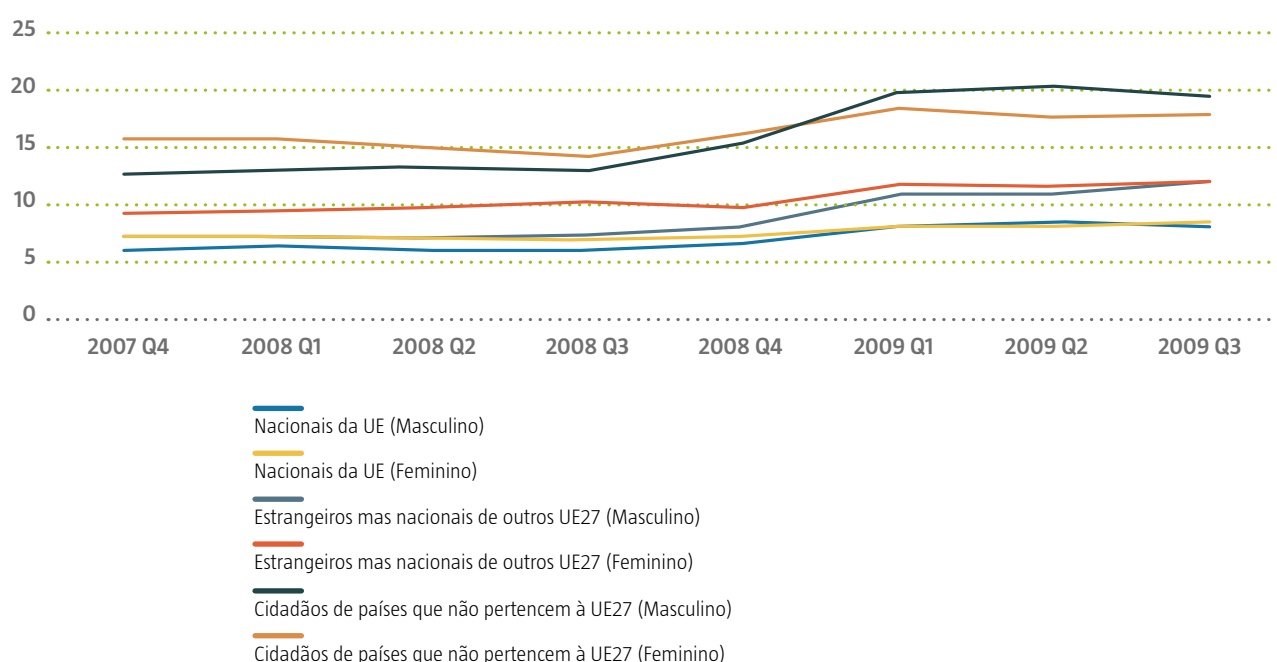
Outro dado importante nesta análise da estrutura do trabalho é o aumento das desigualdades na distribuição do rendimento. Nos últimos 30 anos, a desigualdade na distribuição do rendimento nos países da OCDE aumentou (Cingano, 2014). Na década de 80 os 10% mais ricos detinham em média um rendimento sete vezes superior aos 10% mais pobres e hoje essa diferença é de 9,5. Em Portugal, Itália e Japão é 10 vezes maior, na Grécia e EUA a disparidade de 13 e 16 vezes mais.

A desigualdade do rendimento é usada pela OCDE para medir o impacto negativo no crescimento económico, porque se considera que afeta a *performance* da economia, a educação de segmentos mais pobres, diminui o capital humano e reduz as oportunidades e disponibilidades de investimento, afectando até a estabilidade política (Aghion e Bolton, 1997, Piketty, 1997, OECD, 2014). É conhecido que as sociedades desiguais promovem o acesso desigual à educação, o que dificulta o acesso dos estratos mais pobres a empregos de qualidade e melhores salários, suscitando a reprodução da pobreza.

Assim, as políticas de emprego devem ser desenhadas não apenas com o foco na melhoria das condições sociais, mas com vista a garantir um crescimento sustentado. A redistribuição de rendimentos (via impostos e transferências) é a chave para combater a desigualdade, mas não deve impedir o crescimento. Em suma, é importante incentivar políticas promotoras do acesso a uma educação de qualidade, o que implica uma atenção especial às famílias jovens com filhos, pois é na fase em que as decisões relativas à educação futura são feitas, que se criam os grupos com desvantagem competitiva no mercado de trabalho (OECD, 2014).

As taxas de desemprego são um indicador da estabilidade socioeconómica e atingiram no final de 2012, níveis históricos. Sabemos que, à semelhança aliás, do que sucede noutros países [Figura 30], os imigrantes são os mais afetados por eventuais crises de emprego, dada a maior probabilidade de se encontrarem em situações mais precárias. Em finais de 2012 (INE, Inquérito ao Emprego), cerca de 42 mil imigrantes estavam desempregados (25,6% do total de imigrantes), embora a média total nacional fosse de 15,8% (Rodrigues e Ferreira, 2014: 149 e segs).

Figura 30. UE27. Desemprego por cidadania e género (%)



Fonte: Eurostat, 2009

1.3.

QUANTOS E COMO SOMOS EM 2015: ESTRUTURA DEMOGRÁFICA

Identificamos as grandes linhas de tendência demográfica e os setores onde são mais visíveis as mudanças sociodemográficas ocorridas em Portugal, a que não será estranho o processo de integração europeia, embora nele não se esgote. Privilegiámos os aspetos que entendemos serem, de *per si* e em articulação com os restantes, os motores da transformação a que foi sujeita a sociedade portuguesa: as novas dinâmicas demográficas, os níveis globais de distribuição de bem-estar social e qualidade de vida e a afirmação e as hesitações do Estado Social, nomeadamente nos setores da educação, da saúde e do emprego.

A **Tabela 8** elenca em 28 tópicos os elementos que retratam Portugal hoje e que podem condicionar a sua configuração demográfica e socioeconómica no futuro. Falamos de posicionamento no sistema demográfico e político internacional, da posição relativa do nosso país no contexto da UE, das características específicas da realidade nacional que permitem compreender algumas particularidades que a definem, designadamente em termos de indicadores que representam vantagem para Portugal (níveis da mortalidade infantil ou esperança média de vida).

Tabela 8. Portugal hoje

1	Portugal é 6º país mais envelhecido do mundo e o 5º mais envelhecido da Europa. Existem (2015) mais de 160 idosos por cada 100 jovens
2	No contexto da UE28, Portugal apresenta uma situação pouco favorável, dado o acentuado envelhecimento das suas estruturas etárias e o decréscimo do total de residentes
3	O total de residentes diminui desde 2010 e somos dos poucos países da UE28 com saldos naturais e migratórios negativos (junto com a Letónia, Lituânia, Roménia e Bulgária)
4	Em Portugal morre-se menos, mas nasce-se ainda menos desde 2009. O total de óbitos supera os nascimentos, no entanto os níveis de Mortalidade Infantil e Juvenil são muito baixos, mesmo em contexto europeu
5	Em 2015, um português vive em média mais 14 anos que em 1970 e o dobro do que no início do século XX, ou seja, mais 40 anos
6	Hoje cada mulher tem em média metade dos filhos que tinha em 1970. Portugal deixou de garantir a renovação das gerações em 1982 e hoje é o 3º país com menor número de filhos por mulher em idade fértil (o mais baixo de sempre: 1,2 em média)
7	As crianças portuguesas têm mães mais velhas e cerca de metade nunca terá irmãos
8	A precariedade e vulnerabilidade do mercado de trabalho condiciona o número de filhos que a mulher decide ter. O desemprego da mulher em idade fértil pode causar uma diminuição da fecundidade
9	Os movimentos migratórios são um vetor explicativo estrutural da dinâmica de crescimento e das características etárias da população portuguesa
10	Portugal é um país regionalmente pouco homogéneo a nível social, económico e também demográfico
11	Em Portugal existe uma distribuição demográfica assimétrica (46% da população reside nas áreas metropolitanas e na faixa litoral). O país divide-se em 3 grupos de concelhos

12	Existe à escala regional uma coincidência entre vitalidade demográfica e qualidade de vida, que se evidencia na segunda metade do século XX e persiste até hoje. As soluções tentadas não conseguiram ainda esbater essas diferenças
13	Os gastos com pensões, sistema público de saúde e educação não conseguiram resolver as assimetrias regionais de qualidade de vida e bem-estar
14	A iliteracia está a diminuir francamente (em 1960, 1 em cada 3 portugueses não sabia ler nem escrever; hoje apenas 1 em cada 20). Cerca de 80% dos que não sabem ler nem escrever têm mais de 65 anos
15	A taxa de abandono escolar é superior à média da UE28 (14,4%), embora tenda a reduzir-se. Em 1992 era estimada em 50%, em 2010 em 28,7%.
16	O abandono escolar é dos mais elevados da UE28. Portugal é o 3º país onde mais jovens (18-24 anos) abandonam precocemente a escola (17,4%), embora a evolução seja positiva nas últimas duas décadas (de 1 para 2 em 1992 para 1 para 6 em 2014). A média comunitária é de 11,1%
17	O aumento dos níveis de instrução contribui para melhorar o estado médio de saúde. Assim, o efeito do aumento de esperança de vida e dos riscos inerentes de maior incidência de determinadas doenças crónicas e incapacitantes não agrava tanto como esperado os gastos de saúde
18	Nos últimos 40 anos, Portugal apresenta taxas de desemprego inferiores à média dos estados-membros da UE e da OCDE, exceto em anos muito específicos, explicados pela reduzida dimensão da economia nacional
19	As alterações no equilíbrio numérico entre ativos e inativos torna urgente pensar o contrato entre ex-contribuintes (atuais pensionistas) e atuais contribuintes (futuros pensionistas)
20	A duração média das pensões é a mais longa de sempre (em 1992 cada pessoa podia esperar receber 12 anos de pensão; em 2014, 18 anos), embora o aumento da duração média das pensões não resulte apenas do aumento da esperança média de vida, mas também da diminuição de número de anos de carreira contributiva
21	As pessoas não trabalham até mais tarde do que algumas décadas atrás (em 1970 os homens reformavam-se em média aos 73 anos e as mulheres aos 72 anos, 5 e 6 anos mais tarde do que hoje)
22	O desemprego entre os adultos jovens (15-24 anos) é mais do dobro do desemprego entre os mais velhos (55-64 anos)
23	Ter o ensino básico aumenta a probabilidade de desemprego e ter uma licenciatura pode reduzir o risco de desemprego. Assim, o aumento do nível instrução aumenta as probabilidades de empregabilidade, mas resta-nos analisar a qualidade desse emprego
24	Hoje a população empregada é mais instruída (no final dos anos 90 apenas 1 em cada 10 empregados possuía uma licenciatura; em 2014 o rácio é de 1 em cada 4)
25	Em Portugal, os NEET (jovens que não estudam, não estão empregados nem em formação) são um grupo particularmente numeroso. Possuem instrução inferior à média, pais com instrução também inferior à média, apresentam em regra problemas de saúde e são dependentes dos progenitores em termos económicos
26	As sociedades desiguais promovem o acesso desigual à educação, o que torna mais difícil aos setores mais pobres da sociedade aceder a empregos de maior qualidade e com salários mais altos
27	É importante promover políticas que garantam o acesso a uma educação de qualidade. Esse desígnio implica uma atenção especial às famílias jovens, pois é nesta fase que as decisões relativas à educação futura e sobre o número de filhos são tomadas
28	Os estrangeiros em Portugal são mais jovens e têm mais um filho em média que os nacionais. Mais de 60% encontra-se em situação ativa, 3% têm menos de 15 anos, 9% são estudantes e 7% reformados. Os restantes são desempregados (a taxa de desemprego em finais de 2012 era 25,6%, face aos 15,8% da média europeia)

Portugal figura entre os 10 países do mundo que perderam mais população desde 2010 (Banco Mundial). Entre 2013 e 2015, o total de residentes reduziu-se em 112 mil efetivos, o que corresponde a uma descida de 1,2%. Estes números são ainda mais preocupantes porque não incluem os emigrantes temporários, que são contabilizados como residentes, mas que estão fora do país (INE, Destaque, 2016). O total de residentes no país diminuiu

- a. porque Portugal deixou de ser atrativo para a imigração,
- b. porque a emigração de cidadãos portugueses tem aumentado,
- c. porque a natalidade não dá sinais de subida.

De acordo com as estimativas elaboradas pelo INE seremos 8-9 milhões ou menos em 2060, não se prevendo a alteração significativa da situação atual.

Assim, o envelhecimento das estruturas de idade, a fecundidade e as migrações são os vetores estratégicos em que devem incidir, em nosso entender, as reflexões e propostas estratégicas de atuação em termos de políticas públicas, no sentido de agir sobre este cenário que parece sombrio. Melhoria nos níveis de acesso e na qualidade da educação e flexibilização do mercado de trabalho num contexto de economia global são dois focos a não perder de vista por parte dos decisores políticos e da sociedade civil.

Concluída esta parte dedicada a um diagnóstico da situação demográfica em Portugal e à identificação dos principais desafios demográficos colocados à sociedade portuguesa em 2015 apresenta-se, no capítulo seguinte o resultado de um exercício de prospetiva para 2051.

2. QUE PORTUGAL EM 2051?

No capítulo anterior identificamos algumas características que podem constituir fatores de risco para o desenvolvimento da sociedade portuguesa. O primeiro reside nos riscos potenciais decorrentes do duplo envelhecimento das estruturas etárias. O segundo, na manutenção espectral da fecundidade a níveis muito baixos. O terceiro, no acentuar da dependência face aos imigrantes económicos, mais jovens, com mais filhos e que por vezes se radicam em zonas menos povoadas, o que representa um benefício para mitigar o fenómeno de desertificação do interior e das áreas rurais (INE, Destaque, 2016).

A população representa um vetor estratégico nacional. Quantos e como seremos em 2051, em termos de volume, distribuição por sexo, como será a “nova população ativa” e disponível para trabalhar? Seremos menos mas mais instruídos, mais velhos e mais saudáveis? A par da melhoria das condições de acesso a cuidados de saúde, as características do mercado de trabalho e o aumento dos níveis educativos constituem três vetores estratégicos de atuação prioritária para os responsáveis políticos e demais atores da sociedade portuguesa. Qual será a evolução provável da população residente em Portugal até meados do século XXI? Como seremos em 2051?

2.1.

PROSPETIVA, TENDÊNCIAS E CENÁRIOS FUTUROS

Portugal tem em 2015, 10,3 milhões de residentes, o dobro do que tinha em 1900. O máximo populacional ocorreu em 2011, com 10,6 milhões.

(Rodrigues e Henriques, 2015)

Reconhecer os “factos portadores de futuro”, projetar os futuros possíveis e tomar iniciativas para que eles se concretizem, caso sejam desejáveis, passou a constituir um objetivo a atingir.

A atitude prospetiva obriga-nos a olhar a realidade de longe para reconstruir o futuro na sua complexidade, mobilidade e riscos inesperados. Nunca devemos esquecer que o exercício prospetivo é também preventivo, porque a divulgação dos resultados projetados pode influenciar a atuação dos agentes responsáveis e alterar o futuro.

O exercício prospetivo move-se em torno de três pontos essenciais: a tendência pesada, que se altera lentamente (caso da evolução da mortalidade e da natalidade); os factos portadores de futuro, de grande incerteza e pouco perceptíveis que podem vir a ser tendências pesadas no futuro (caso das migrações); e a tendência emergente que a dado momento parece emergir em função de um certo número de fatores, isto é, admitindo a sua ocorrência.

Na realização de projeções demográficas podemos fazer previsões, o que pressupõe criar cenários, com o objetivo de mostrar como será a população, caso se cumpram determinadas premissas. Nesse caso falamos de perspectivas de futuro, que não têm o objetivo de predizer, mas sim de construir “imagens” futuras de populações, a partir de hipóteses predefinidas. O rigor destes cenários assenta na coerência sequencial dos factos considerados e tem preocupações de orientação estratégica para o futuro das sociedades. Para a sua elaboração existem fundamentalmente dois tipos de metodologias: os métodos matemáticos e o método em componentes. Os primeiros são mais limitados, aplicando uma fórmula matemática ao crescimento da população. Embora mais complexo e moroso do que estes, o segundo método permite formular e avaliar a evolução de cada componente (fecundidade, mortalidade e migrações) em termos de população total, compreender a discussão prospetiva de cada uma das componentes e permite ainda introduzir caminhos de evolução alternativa e analisar o seu impacto, quer em relação às estruturas etárias, quer em relação ao crescimento populacional.

Neste estudo começamos por construir o cenário de tendência natural pesada, para, saber qual seria a evolução e a estrutura etária da população portuguesa até 2050 se ela fosse uma sociedade fechada, sem circulação de pessoas e só existissem alterações baseadas em nascimentos e óbitos [4]. No exercício prospetivo, a mortalidade

[4] A ordem de projeção não é arbitrária, inicia-se com a projeção da mortalidade, seguida da natalidade e por último, dos movimentos migratórios. São primeiro projetadas as mulheres e depois os homens, para que seja calculada a taxa de fecundidade geral e estimados os nascimentos ocorridos no período estipulado. O Anexo 4 resume o procedimento metodológico envolvido no exercício.

é a primeira componente a ser projetada. O objetivo é calcular os sobreviventes em cada grupo quinquenal de idade no horizonte temporal previamente estabelecido. Vários organismos (internacionais – Nações Unidas, Eurostat, *Population Reference Bureau* – e nacionais – INE) preveem a diminuição continuada da mortalidade nas próximas décadas, embora a um ritmo mais moderado. Em consonância com estas previsões, assumimos que até 2050 a esperança média de vida dos homens estabilizará nos 79 anos e as mulheres nos 85. O segundo segmento a ser projetado é a fecundidade. Uma vez que é necessário estabelecer para a construção de cenários as hipóteses de evolução da fecundidade a partir de dados reais, considerámos no nosso exercício um modelo de baixa fecundidade e assumimos que os níveis de fecundidade continuarão a diminuir até ao nível considerado mínimo: 40%o [5].

Considerando o cenário natural ou de tendência natural pesada, caracterizado até 2051 pela diminuição dos nascimentos, diminuição da população feminina e redução gradual dos níveis de fecundidade, caso não existissem movimentos migratórios, o decréscimo da população seria acentuado e rápido entre 2016 e 2051, visto a população nacional não conseguir repor os mínimos para a substituição de gerações. Este exercício assenta na premissa improvável de a sociedade portuguesa ser uma ‘sociedade fechada’. Considera-se agora um cenário mais realista com migrações.

[5] A origem da escolha deste valor limite ocorre na sequência de os demógrafos acreditarem que uma TFG de 40%o ser um nível suscetível de se manter no médio e longo prazo.

2.2.

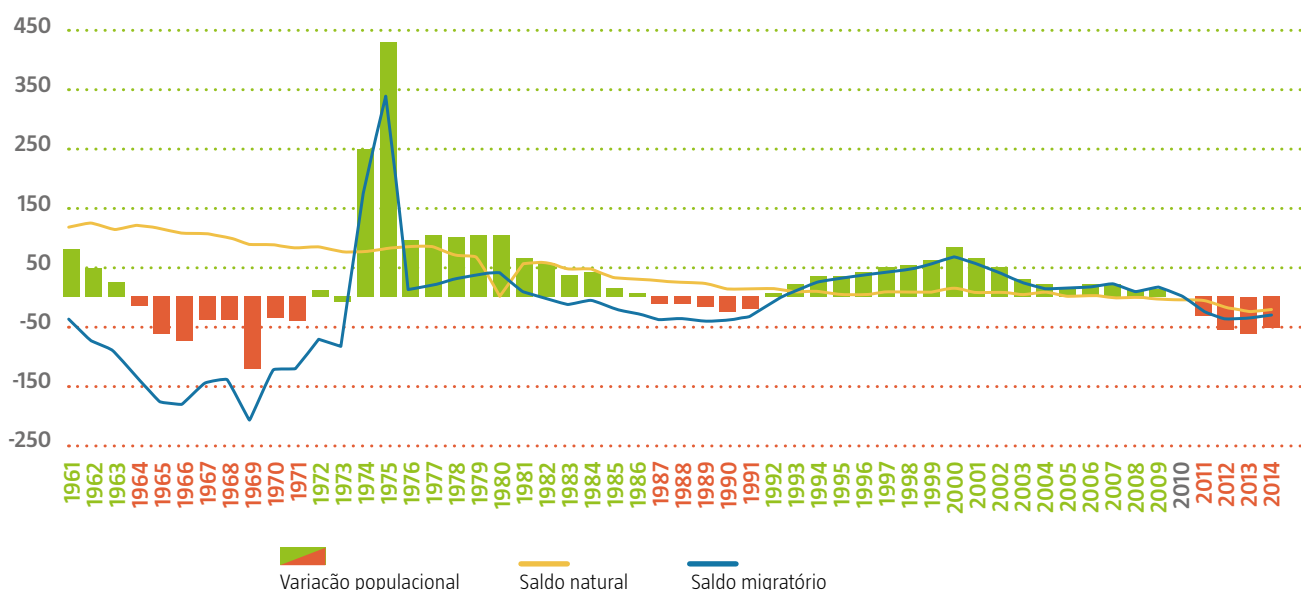
DINÂMICAS MIGRATÓRIAS E CENÁRIOS ALTERNATIVOS

É a primeira vez na história que Portugal apresenta saldos naturais e migratórios negativos.
(Rodrigues e Henriques, 2015)

Os saldos migratórios determinam a variação da dinâmica populacional, pelo que iremos dedicar neste estudo um espaço mais desenvolvido à caracterização das migrações e aos cenários migratórios alternativos.

Portugal tem conhecido nas últimas décadas equilíbrios variáveis entre emigração e imigração, embora tendencialmente seja pouco atrativo e apresente fluxos de emigração de amplitude média ou elevada, sendo em simultâneo ponto de partida de migrações para a Europa mais desenvolvida e destino de migrações com origem em África, América Latina e Leste europeu. Pela primeira vez na história, Portugal apresenta em simultâneo saldos naturais e saldos migratórios negativos [Figura 31]. Dados de 2014 revelam que a dinâmica migratória é recessiva, porque à diminuição das chegadas se soma o aumento das saídas.

Figura 31. Saldo natural, saldo migratório e variação do total de população (1960-2014)



Fonte: Rodrigues e Henriques

As projeções que permitem comparar Portugal com outros países da UE mostram diferenças consideráveis, embora sejam todas pouco otimistas. As Nações Unidas (2013) estimam uma redução consistente dos residentes a partir de 2025, assumindo-se que até 2050 o total de população regresse a valores de 1990. Preveem a inversão de tendência positiva em 2005-2010 e valores quase nulos entre 2020-2025. A realidade valida essas projeções e supera até mesmo as estimativas mais pessimistas, dado que os saldos migratórios são negativos desde 2010 [Tabela 9].

Tabela 9. População residente e taxas de migração líquida em milhões (1990-2030)

	População Residente	Migração Líquida (milhares)	Taxa de Migração Líquida (‰)
1990	9 925	30	3,0
1995	10 125	35	3,4
2000	10 336	36	3,4
2005	10 544	30	2,8
2010	10 676	20	1,9
2015	10 702	15	1,4
2020	10 623	10	0,9
2025	10 476	10	1,0
2030	10 309	10	1,0

Fonte: Cálculos das autoras a partir das Nações Unidas, 2013

A grande dúvida sobre a probabilidade destas previsões decorre da margem de erro devida à diferença de perfil entre os atuais imigrantes [6] e os que estão a pedir para entrar. Adivinham-se novos e mais variados perfis migratórios, mesmo considerando apenas o universo dos migrantes legais (Henriques e Rodrigues, 2010).

As observações anteriores introduzem neste exercício de índole qualitativa a incerteza de medida, que aumenta com o avançar dos anos. Como se irá comportar a imigração até 2051? De forma a minorar essas flutuações considerámos três cenários alternativos [Tabela 10]: o pessimista (repulsivo), que pressupõe a perda sistemática e contínua de população; o moderado, baseado na probabilidade de um aumento ligeiro dos fluxos de entrada após 2021; e o otimista (atrativo), que prevê a perda de população até 2015, ano após o qual Portugal retomará a atratividade dos anos 90. Apresentamos os três cenários no horizonte temporal para 2051, distinguindo os pressupostos considerados e os principais impactos previstos.

[6] Estrangeiros legalmente residentes, com autorização de residência ou visto de longa duração. Considerámos ainda neste exercício, os indivíduos ilegais e em situação de irregularidade, embora neste caso se tratem apenas de estimativas, baseadas em informação oficial e em fontes de carácter qualitativo.

Tabela 10. Cenários Prospetivos e respectivos Saldos de migração líquida (2011-2051)

Simulação Saldo Migratório	Cenário Pessimista	Cenário Moderado	Cenário Otimista
2011/16	-159 875	-137 900	-107 900
2016/21	-150 000	-50 000	50 000
2021/26	-100 000	10 000	100 000
2026/31	-80 000	30 000	200 000
2031/36	-80 000	30 000	200 000
2036/41	-80 000	30 000	200 000
2041/46	-80 000	30 000	200 000
2046/51	-80 000	30 000	200 000
Total	-809 875	-27 900	1 042 100

Fonte: Cálculos das autoras

Cenário Pessimista – Cenário Migratório Repulsivo

Pressupostos

- Alteração das posições relativas das comunidades em termos demográficos, com a provável redução dos imigrantes do Leste europeu e de economias emergentes de África e América Latina (Angola e Brasil);
- Manutenção das estratégias de fixação geográfica privilegiada de cada comunidade;
- Inexistência de imigração ilegal da UE e distribuição proporcional pelos restantes grupos, variável de acordo com as políticas de imigração nacional, bilateral e supranacional.

Principais consequências

- População residente mais envelhecida, apesar do contributo da população africana e da América Latina;
- Os indivíduos em situação ilegal virão sobretudo de África (norte e subsaariana) e menos da América do Sul;
- A imigração europeia poderá manter a sua representatividade, mas menos ativa. Os imigrantes escolhem o país para residir, o que fará aumentar a sua concentração no litoral sul.

Cenário Moderado

Pressupostos

- Manutenção do quadro legislativo em vigor;
- Perda mais acentuada no início do período devido ao contexto de crise;
- Após 2021, manutenção das percentagens de imigrantes do início de 2000;
- Manutenção dos destinos de fixação atual de cada nacionalidade;
- Inexistência de imigração ilegal da UE e distribuição proporcional pelos restantes grupos.

Principais consequências

- Cenário próximo do Cenário Base ou de tendência Natural Pesada após um início de perda acentuada pela saída massiva de emigrantes e baixa imigração, compensada após 2021 pela manutenção de quantitativos de entradas superiores aos de saída;

2. Os comportamentos face à fecundidade dos imigrantes não serão suficientes para evitar a perda de população;
3. Importância decisiva das políticas de integração, num contexto migratório de perfil económico pouco qualificado. Sublinha-se a importância do investimento em sectores chave: aposta na educação, formação profissional, combate às atividades económicas informais associadas à imigração ilegal.

Cenário Otimista – Cenário Migratório Atrativo

Pressupostos

- A. Número médio de entradas em aumento após 2015. O arranque económico mundial altera as posições relativas das nacionalidades residentes;
- B. Redireccionamento das políticas de imigração nacional, bilateral e supranacional, designadamente no que respeita a quotas, questões de asilo, acolhimento de refugiados e combate à imigração ilegal;
- C. Consideram-se duas condições: i) políticas favoráveis à imigração qualificada; ii) favorecimento da imigração extra europeia, menos qualificada;
- D. Manutenção dos destinos de fixação privilegiados por cada nacionalidade;
- E. Inexistência de migrantes em situação ilegal da UE e distribuição variável pelos restantes grupos, em função dos acordos estabelecidos em termos políticos.

Principais consequências

1. Descida da população, embora menos intensa e apenas no início, fruto da crise económica, mas que deixará marcas nos comportamentos da fecundidade e nas migrações difíceis de recuperar nas próximas décadas. Mesmo com um cenário atrativo semelhante à década de 90, a população irá decrescer em Portugal;
2. Aumento da representatividade dos cidadãos de países com maior dinâmica demográfica devido à recuperação económica feita em moldes tradicionais (ampliando a procura de mão-de-obra média ou pouco qualificada e potenciando situações de ilegalidade);
3. A fixação ajusta-se à oferta de emprego, embora passível de alguma elasticidade, o que esbate a pressão em torno da AML;
4. Os imigrantes com maior nível de integração serão os mais qualificados (cidadãos da UE e América do Norte). Reduzem-se os contingentes de leste.

Partindo destes três cenários concretizáveis, elaboramos a Matriz SWOT [7] [Tabela 11], que procura perspetivar o impacto futuro da imigração em Portugal. Foram identificadas forças e fraquezas, as primeiras reforçam o pendor positivo devido ao aumento da população ativa e da produtividade, aliado ao enriquecimento sociocultural e às vantagens da criação de uma superidentidade portuguesa. Ao invés, a redução das qualificações médias dos ativos e possíveis tensões de integração figuram como principais aspetos a considerar entre as fraquezas apontadas.

[7] O termo SWOT é uma sigla oriunda do idioma inglês, e é um acrónimo de (*Strengths*), Fraquezas (*Weaknesses*), Oportunidades (*Opportunities*) e Ameaças (*Threats*). A Análise SWOT pode ser utilizada para qualquer tipo de análise de cenário (neste caso específico o conjunto de indivíduos residentes em Portugal de nacionalidade não portuguesa). Alia uma atitude de previsão de eventuais desenvolvimentos futuros de âmbito externo (O e T), com a identificação de forças e fraquezas internas (S e W) e permite conhecer atempadamente e lidar com a mudança prevista (KOTLER, Philip, *Marketing, Management. Analysis, planning, implementation and control*, 9ª ed., International Edition, New Jersey, 1997, p.84; WEHRICH, H., *The Tows Matrix, A Tool for Situational analysis. Long Range Planning*, Pergamoon Press Ltd, 15 (2) Abril, 1982, p. 54. Consultado em: 5 Julho 2010. Disponível em: <http://129.3.20.41/eps/io/papers/0506/0506007.pdf>) As diferenças previstas nos 3 cenários não implicam variações nos fatores considerados na análise SWOT, pelo que optamos por realizar apenas uma matriz.

Tabela 11. População estrangeira em Portugal. Matriz SWOT

FORÇAS (S*)	FRAQUEZAS (W*)
<ul style="list-style-type: none"> • Atenuar do envelhecimento demográfico (no topo e na base) • Impactos positivos a nível da fecundidade • Aumento da população em idade ativa jovem • Desenvolvimento económico e aumento do consumo • Aumento da oferta de mão-de-obra mais barata, jovem e flexível, que fomenta ganhos de produtividade • Enriquecimento cultural da sociedade plural • Reforço da identidade nacional, entendida como “superidentidade” 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da /complexidade do perfil do imigrante • Descida dos níveis médios de instrução • Descida dos níveis médios de qualificação da população ativa (um terço dos imigrantes é designado trabalhador não qualificado) • Falta de cooperação e estratégia direcionada aos perfis de imigrantes no campo social/cultural • Dificuldade de acesso a determinados serviços (ex. crédito) • Alteração da estrutura social que potencia tensões • Incapacidade do mercado de trabalho de tirar vantagem dos recursos humanos imigrantes (<i>brain waste</i>) • Aumento das situações ilegais/irregulares que se reflete na estabilidade do mercado de trabalho e no consumo
OPPORTUNIDADES (O *)	AMEAÇAS (T *)
<ul style="list-style-type: none"> • Atenuar o decréscimo populacional em zonas de interior • Maior dinamismo demográfico • Reagrupamento e aquisição de nacionalidade entendido como garante de maior estabilidade e integração • Língua comum falada por 48% dos imigrantes potencia facilidade de informação/integração • Progresso e riqueza a nível científico e cultural • Integração plena da mão-de-obra com formação e conhecimento (<i>brain gain</i>) • Dinamização na população ativa (compensando a queda da população em idade ativa) • Contributos para as contas públicas do Estado • Os impostos pagos pelos imigrantes legais excedem os custos dos benefícios sociais a que têm acesso como a educação e saúde • Impactos positivos nas economias locais (trabalho e consumo) • Aumento da produtividade e competitividade 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da percentagem de ilegalidade, aumento da vulnerabilidade e diferenciação social, económica e cultural dificultando a integração social • Facilidade de inserção nas redes de trabalho informal que potencia aumento de trabalhadores ilegais • Integração económica inferior às expectativas para os mais qualificados (<i>skill waste effect</i>) • A existência de pessoas em situação clandestina e irregular tem impactos negativos nas finanças públicas • Fraca cultura de participação no sistema institucional • Tempos e níveis diferenciados de integração • Aumento do sentimento de insegurança e intolerância à diversidade • Pressão sobre sistemas de saúde, educação, emprego e segurança social • Reforço das assimetrias regionais de bem-estar, que poderão ser alargadas aos arredores das grandes cidades (AML, AMP) • Efeito polarizador da AML no que se refere aos ativos com melhores qualificações e níveis de escolaridade

Das oportunidades elencadas destacam-se o dinamismo demográfico e os ganhos económicos e de I&D, que potenciam o aumento da produtividade e da capacidade de consumo, com efeitos em termos económicos e de qualidade de vida. Quanto às ameaças identificadas, a maior preocupação está nos riscos suscitados pela variedade dos perfis de estrangeiros. Algumas tensões e o aumento de manifestações de intolerância podem decorrer desta nova realidade, sobretudo se coexistir com a permanência ou mesmo aumento das assimetrias de bem-estar, que continuam a ser regionalmente diferenciadas.

Estamos finalmente em condições de elaborar as hipóteses de evolução da mortalidade e fecundidade que irão nortear a projeção, cujos pressupostos constam na **Tabela 12**. Os cenários de evolução da população construídos pela “extrapolação” dos saldos migratórios abrem várias hipóteses futuras.

Tabela 12. Síntese dos Cenários Prospetivos

	Hoje		Cenários Prospetivos 2016 a 2051					
	2011	2016/2021	2021/2026	2026/2031	2031/2036	2036/2041	2041/2046	2046/2051
População Residentes em Portugal à data dos Censos	10 562 178 (2011)	Método das Componentes						
Mortalidade Esperança Média de Vida à nascença para Homens	77,2 (2013)	Tabelas de Princeton no cenário 27W - 79 anos						
Esperança Média de Vida à nascença para Mulheres	83 (2013)	Tabelas de Princeton no cenário 27W - 85 anos						
Taxa de Mortalidade Infantil	2,8 (2014)	Estabilização						
Natalidade e Fecundidade Taxa de Fecundidade Geral	34,3 (2014)	Aproxima-se de 40 por mil						
Migrações Saldo Migratório intercensitário	188 652							
Cenário Otimista		-107 900	50 000	100 000	200 000	200 000	200 000	200 000
Cenário Moderado		-137 900	-50 000	10 000	30 000	30 000	30 000	30 000
Cenário Pessimista		-159 875	-150 000	-100 000	-80 000	-80 000	-80 000	-80 000
Cenário Base (Natural)		0	0	0	0	0	0	0

2.3.

QUANTOS E COMO SEREMOS EM 2051

Independentemente do cenário que se trace, a população portuguesa irá sempre diminuir.
(Rodrigues e Henriques, 2015)

Quanto e como seremos em 2051

Hoje somos 7,3 mil milhões no planeta e em 2051 seremos 9,7 mil milhões. Na Europa somos 738 milhões e em 2051 seremos 734 milhões. Em Portugal somos 10,3 milhões e seremos 8,5 milhões em 2051, tantos quanto em 1950. O presente e o futuro de Portugal dependem, quase na sua totalidade, do comportamento das migrações, e o futuro não se avizinha animador. Desde início do século XXI, 92% do crescimento foi devido aos saldos migratórios positivos. Entre 2011 e 2014 'perdemos' 198 mil pessoas e dois terços desta perda ocorreu pela troca de país de residência, uma vez que saíram do país mais 128 mil do que entraram.

Todos os organismos que divulgam estimativas de população futura (Nações Unidas, Eurostat, *Population Reference Bureau*, INE) preveem que até meados do século XXI o número de residentes em Portugal irá diminuir e a sua idade média irá aumentar.

Em 110 anos (entre 1900 e 2011) a população portuguesa duplicou os seus efetivos populacionais, mas em 40 anos prevê-se que perca entre 10 a 30%. Consoante os cenários, em 2051, Portugal tanto poderá ter os residentes que tinha no período da Segunda Guerra Mundial como no momento da Adesão à CEE. Esta imagem crua destina-se precisamente a fazer-nos pensar não apenas em números, mas sim em contextos. Esses resultados representam todos os ganhos na saúde, na economia, na educação, na tecnologia, na democracia e na qualidade de vida, que possibilitaram o crescimento demográfico. Nos próximos anos, Portugal terá que se adaptar a uma população menor, mais envelhecida, menos atrativa, mais dependente, no plano da saúde, cuidados e rendimento [Figuras 32 e 33].

Figura 32. Portugal. Evolução da população, entre 1900 e 2051 (M – milhões)

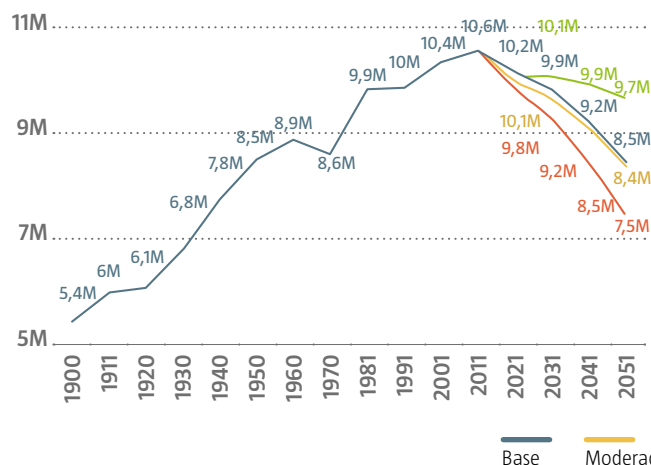
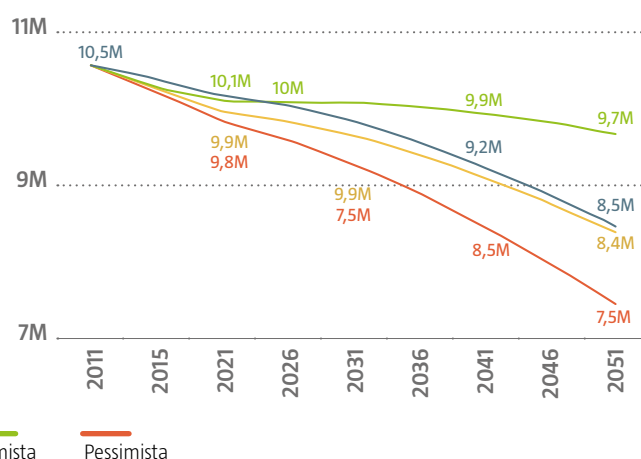


Figura 33. Portugal. Projeção da população, entre 2011 e 2051 (M – milhões)



Fonte: Cálculos das autoras com base em dados do INE, anos de 1900 a 2011

Estrutura da População: Projeção de Sexo e Idade para 2051

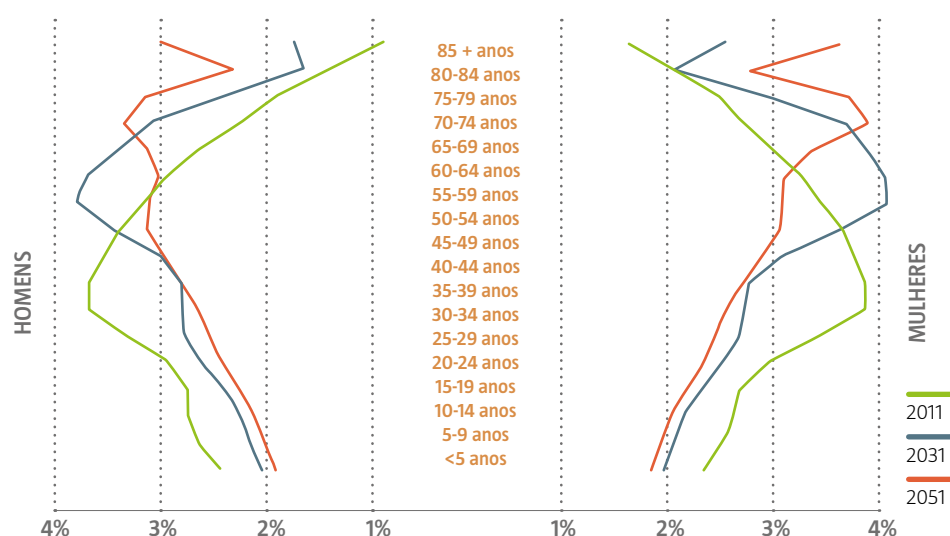
Em 2051, a sociedade será mais igualitária
no que se refere aos sobreviventes por sexo.
...E a pirâmide de idades estará formalmente invertida!
(Rodrigues e Henriques, 2015)

Em Portugal existem 108 mulheres por cada 100 homens. Como em todo o mundo, nascem mais homens que mulheres, mas também ocorrem mais mortes prematuras masculinas, pelo que nos primeiros anos de vida se esbate a diferença entre sexos. No início da idade reprodutiva, homens e mulheres equiparam-se em número. À medida que a idade avança, aumenta o peso percentual das mulheres e é no grupo dos 85+ que se verifica a maior desproporcionalidade, com 1 homem por cada 2 mulheres.

Analisando os últimos 110 anos verifica-se que 48% da população é do sexo masculino e 52% do sexo feminino, com duas descidas de um ponto percentual dos homens entre 1911 e 1931, período de forte emigração para o Brasil, e na década de 60, fase de emigração para a Europa e Américas. Para 2051, um novo fenómeno se desenha, com as melhorias na saúde, fruto dos avanços médicos, mas também civilizacionais e educacionais. Os homens tenderão a ser quase tantos quanto as mulheres, respetivamente 49% de homens e 51% de mulheres.

Se ao nível da distribuição entre homens e mulheres os números estão relativamente equilibrados e estáveis, o mesmo não se pode dizer da distribuição por idade. Durante toda a história, a Humanidade viveu em sociedades repletas de crianças. Avizinha-se uma sociedade diametralmente oposta. O grupo de idade mais numeroso tem mudado: em 1900 era o das crianças até 4 anos; em 1970, o grupo 5-9 anos; em 1981, os jovens dos 15-19 anos; em 2011, o grupo mais representativo era o dos 35-39 anos. À medida que a *coorte* vai envelhecendo, vai também avançando a idade mais representativa e assim, em 2051 será o grupo etário 85+ o mais numeroso. Representará 9% da população e contará com 779 mil efetivos. A **Figura 34** não deixa margem para dúvidas: em 2051 a pirâmide etária correspondente à população portuguesa estará invertida. A transição será gradual, mas sem retorno.

Figura 34. Portugal. Pirâmide de idades de 2011, 2031 e 2051



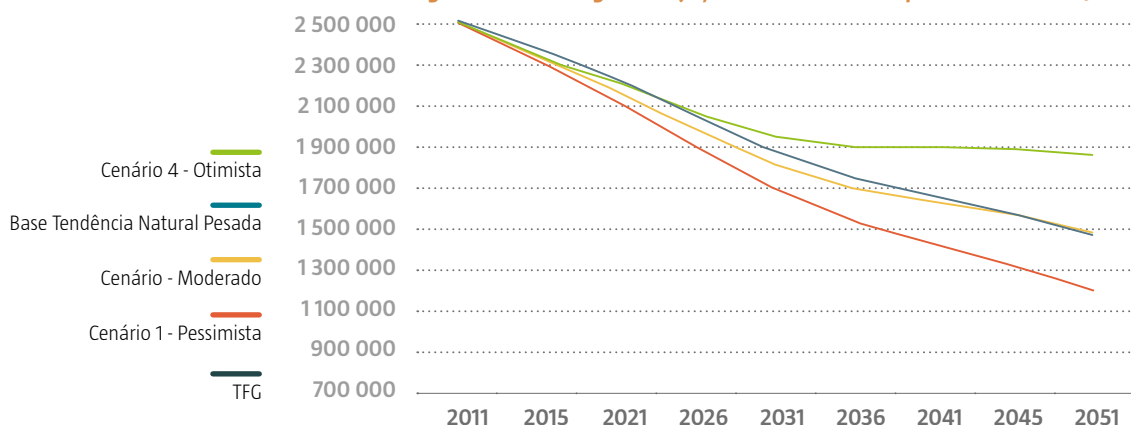
Estrutura da População: Projeção de Natalidade para 2051

Em 2051, haverá menos mães e menos filhos.
Se filhos esperados= filhos reais,
2x mais bebés!
(Rodrigues e Henriques, 2015)

Começemos por analisar o grupo das potenciais mães. O número de mulheres em idade fértil vai decrescer qualquer que seja o cenário considerado, o que distingue os cenários é a rapidez com que se processa a descida. Esta tendência resulta da emigração de início do século XXI, é intensificada em 2011 e condicionará todas as coortes de futuras mães. Se no cenário pessimista este grupo decresce mais acentuadamente, pelo reforço da perda de população por via dos saldos migratórios negativos, a verdade é que no cenário de tendência natural pesada, onde não há qualquer influência de migrações, este grupo também diminui exatamente pela condição de partida.

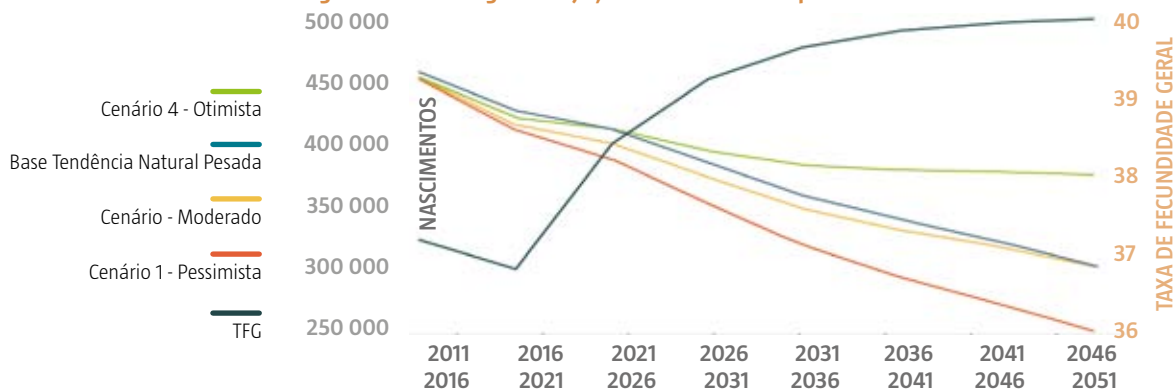
A única possibilidade de atenuar este efeito é Portugal passar a oferecer condições para que as mulheres concretizem o seu número de filhos ideal (2 em média). Se cada mulher conseguisse ter o número de filhos desejado, o total de nascimentos duplicaria. Em simultâneo deveria apostar-se em atrair jovens imigrantes que possam encontrar em Portugal um país que lhes permita concretizar o desejo de constituir família em segurança. O efeito das migrações é imediato, mas pode ser apenas conjuntural, bastando que se alterem as condições económico-financeiras (veja-se o que sucedeu entre 1993 e 2010 e após 2011). Vivemos um ciclo que vai gerando menos filhos e menos futuras mães [Figuras 35 e 36]. Mesmo assumindo no nosso exercício prospetivo um cenário de fecundidade mais otimista que o atual, não é possível evitar a diminuição de nascimentos. Se em 2014, houve apenas 82 mil nascimentos, em 2051, é possível que não ocorram mais de 50/60 mil partos por ano.

Figura 35. Portugal. Projeção das Mulheres por idade fértil (2011-2051)



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População entre 1900 e 2011. Cenários efetuados pelas autoras

Figura 36. Portugal. Projeção das Mulheres por idade fértil e dos nascimentos (2011-2051)



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População entre 1900 e 2011. Cenários efetuados pelas autoras

Estrutura da População: Projeção de População Jovem para 2051

Em 1991, 1 em cada 4 portugueses era jovem,
Em 2051, 1 em cada 8!
(Rodrigues e Henriques, 2015)

Existem atualmente 1,9 mil milhões de crianças no mundo, das quais 116 milhões vivem na Europa e 1,5 milhões em Portugal. Em 2051 o mundo terá 2,1 mil milhões de crianças, a Europa terá 107 milhões e Portugal cerca de 1 milhão. Na prática o mundo terá mais crianças, cerca de mais 8%, mas na Europa viverão menos 8% e em Portugal menos 26%. Na UE28, Portugal será o terceiro país a perder mais jovens, apenas ultrapassado pela Roménia e Polónia.

Em 1900 existiam 1,8 milhões de jovens e até 1940 este grupo foi ganhando peso e renovando o número dos seus efetivos, mas desde então reduz peso gradualmente e em 1991 o número real de jovens era igual ao registado em 1900 [Figura 38]. Em 2011 eram 1,6 milhões e estima-se que em 2051 existam praticamente metade de jovens recenseados em 1900. Em termos relativos, em 1900, 1 em cada 3 portugueses era jovem, em 1981 essa relação era de 1 em cada 5, em 1991 de 1 em cada 4 e em 2051 será de 1 em cada 8!

Figura 37. Portugal. Projeção dos jovens, 2011 a 2051

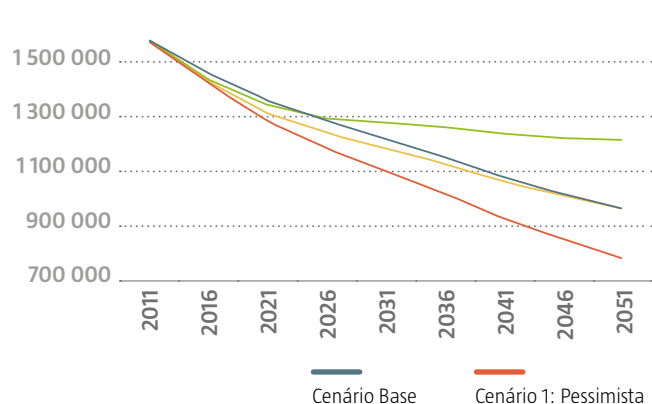
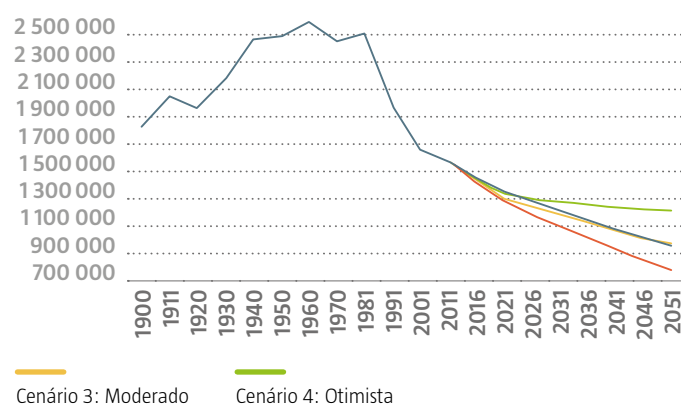


Figura 38. Portugal. Evolução dos jovens, 1900 a 2051



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População entre 1900 e 2011. Cenários efetuados pelas autoras

Estrutura da População: Projeção para a População Idosa e alterações nas Idades da Vida, em 2051

Em 1900, existiam 310 mil pessoas com 65+ anos, foram necessários 50 anos para duplicar, 80 anos para triplicar. Em 2011, havia 5 vezes mais idosos. Em 2051, haverá 8 vezes mais e a população idosa estabilizará perto dos 3 milhões.
(Rodrigues e Henriques, 2015)

Atualmente, no mundo, há 608 milhões de idosos e em Portugal são 2,2 milhões. Em 2051 o mundo terá 1,6 mil milhões de idosos, a China terá praticamente 25%, a Europa terá um oitavo e Portugal cerca de 3 milhões. Na prática, o mundo terá mais idosos, mais 250% do que em 2015. Na Europa, 3 em cada 10 europeus terá mais de 65 anos e 1 em cada 3 serão portugueses!

É importante lembrar que o perfil sociodemográfico de uma população apresenta um caráter dinâmico e, consequentemente, mutável. O perfil dos idosos de hoje não é semelhante ao perfil dos idosos de há trinta anos e não será, seguramente, semelhante ao dos idosos que existirão daqui a quarenta anos. Esta afirmação introduz a relevância de políticas públicas flexíveis, na medida em que as respostas para hoje podem ser respostas desadequadas nas próximas décadas.

Figura 39. Portugal. Evolução dos idosos, 1900 a 2051

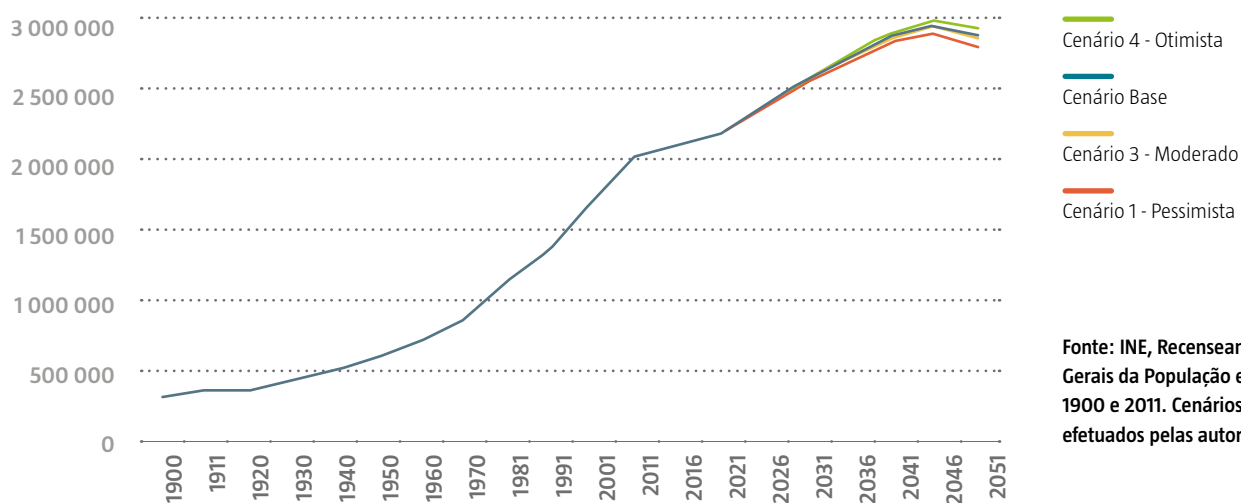


Figura 40. Portugal. Projeção dos idosos, 1900 a 2051

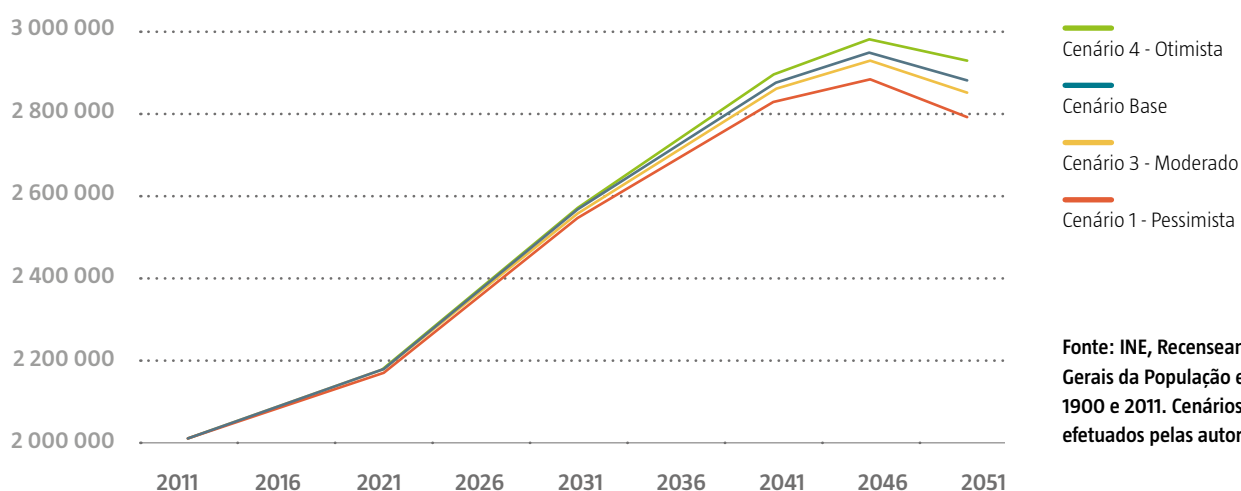
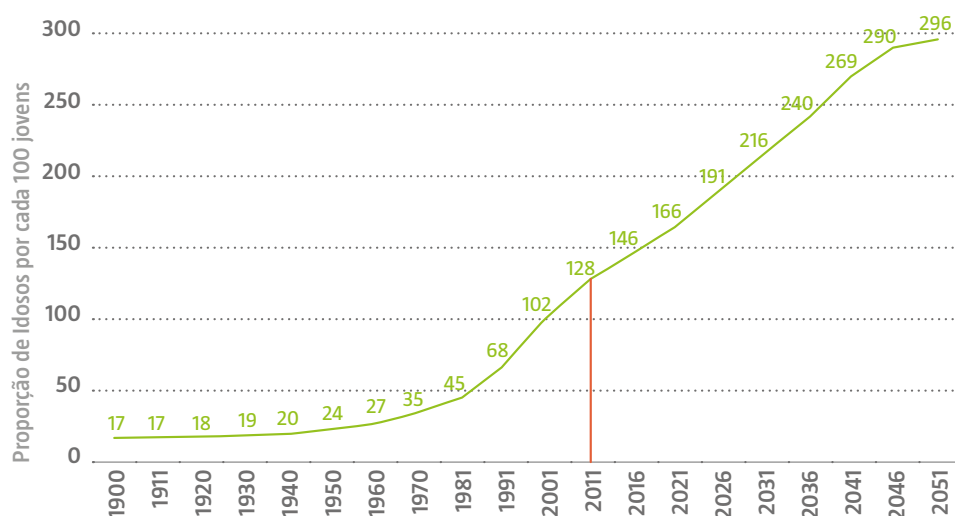
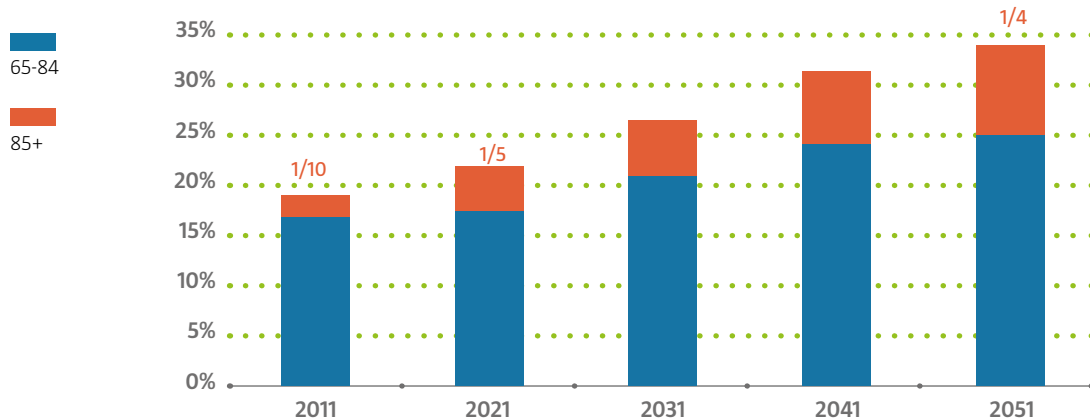


Figura 41. Evolução do índice de envelhecimento (1900-2051)



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População entre 1900 e 2011. Cenários efetuados pelas autoras

Figura 42. População idosa por grupos (% 65-84 anos e 85+) e projeção dos 85+



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População entre 1900 e 2011. Cenários efetuados pelas autoras

Recuperando dados de 1900 verifica-se que nesse ano existiam 310 mil idosos e foram necessários 50 anos para este número duplicar, 80 para triplicar, 90 para quadruplicar e 110 para que o fossem cinco vezes mais. Mas desde 2011, a cada 10 anos acresce o total de idosos que existia em 1900, isto é, de 10 em 10 anos surgem 300 mil novos idosos. Prevê-se que até 2051 a população idosa octuplique, atingindo perto de 3 milhões de efetivos [Figura 39]. O aumento da esperança média de vida e o novo contexto social criaram um espaço na sociedade para os ativos com mais de 65 anos, que pode ser usado a favor do desenvolvimento nacional. Atualmente, a fase de incapacidade física e psicológica surge cada vez mais tarde, a partir dos 75 anos de idade, fazendo reconhecer a existência de um novo grupo etário entre a fase da reforma e o estado de velhice.

A Figura 41 permite constatar que a taxa de crescimento é sempre positiva e vai aumentando de intensidade. O aumento dos idosos é quase diretamente proporcional à diminuição de jovens. Em 2051 por cada 100 jovens haverá 3 vezes mais idosos. Dentro do grupo 65+ há que distinguir os indivíduos com 65 a 84 anos e os com 85+ anos. Em 2011 apenas 1 em cada 10 idosos tinha 85 ou mais anos, em 2021 será 1 em cada 5 e em 2051, 1 em cada 4 idosos.

Estrutura da População: Projeção da População Ativa e disponível para trabalhar, em 2051

Em 1900, havia 3,3 milhões de pessoas entre os 15 e 64 anos.
Em 1991, eram o dobro.
Em 2051 haverá 4,6 milhões, tantos ativos tantos quantos em 1940!
(Rodrigues e Henriques, 2015)

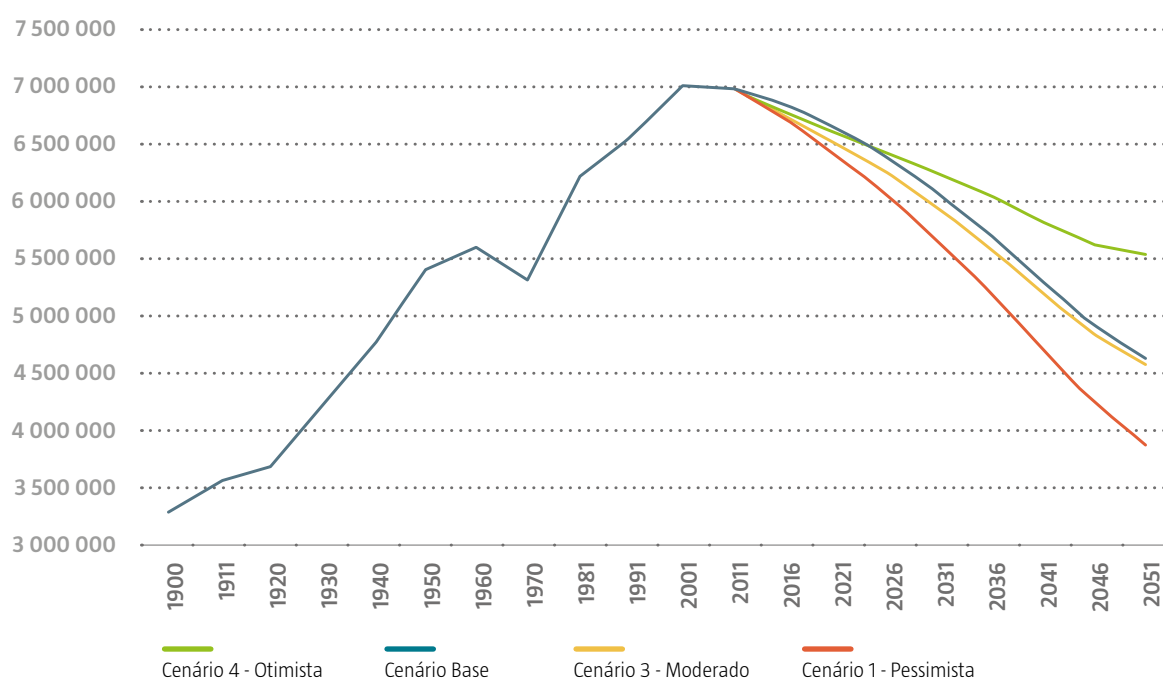
Em 2001 existiam 7 milhões de portugueses em idade ativa. Este foi o ano em que se registou o valor máximo e o ano de transição para uma nova realidade, marcada pela perda de efetivos em idade de trabalhar. Até 2051 serão perdidos 2,5 milhões de residentes entre os 15 e os 64 anos. Se apenas considerarmos aqueles cuja probabilidade de estarem disponíveis para trabalhar é maior (25 a 64 anos), a perda será de 1,7 milhões.

Entre 1900 e 2051 a população ativa apresenta um comportamento de tendência em forma de “U” invertido. Em termos relativos a percentagem de ativos oscilou entre 60 e 66%, mas prevê-se uma redução a partir de 2011 e em 2050 prevê-se que deverá estabilizar em torno de 55%. Optámos por analisar com maior detalhe o grupo específico dos adultos em idade ativa. A **Figura 43** apresenta as tendências da estrutura ativa: em 1900 por cada 100 portugueses, 61 estavam em idade ativa, dos quais 33 eram jovens e 6 idosos. Em 2011, 66 são ativos, dos quais 15 jovens e 19 idosos. A questão que se impõe é: como será a dinâmica da sociedade portuguesa em 2051, com 55% de potenciais ativos, dos quais 12% jovens e 34% idosos? Que constrangimentos, desafios e oportunidades se colocam?

O grupo de idades entre os 25 e 64 anos representa atualmente 55% da população total, mas apenas 46% dentro de 40 anos **[Figura 45]**. Caso se mantenham os atuais padrões de ciclo de vida profissional, tal significa que 55% da população portuguesa (inativa) dependeria dos restantes 45% (ativos). Mas em 2009 mais de 210 mil indivíduos com 65+ anos estão empregados e 2 em cada 3 jovens com 15-24 anos está inativo (embora 729 mil a estudar) (INE, Inquérito ao Emprego, 2014). Estes jovens serão contribuintes no futuro próximo e o seu perfil face aos estudos, ao emprego, à emigração, ao número de filhos condicionarão o futuro e sustentabilidade de um modelo assente na redistribuição. No inquérito ao emprego, do INE, o módulo de questões sobre a *Entrada dos jovens no Mercado de Trabalho* **[8]** permitiu conhecer o processo de transição entre a escola e a vida ativa **[Figura 47]**. Em Portugal, em média, os jovens saem da escola aos 18-19 anos; 13% dos jovens deixou a escola entre os 15 e os 19 anos e 63% após completar a escolaridade obrigatória (3º ciclo). O tempo médio entre a saída da escola e o primeiro trabalho (com duração superior a 3 meses) era 20,4 meses, exceto no caso dos que seguiram a via vocacional orientada para o mercado de trabalho (situando-se neste caso nos 12,7 meses). Os mais jovens e os que possuem maiores níveis de escolaridade demoram menos tempo a arranjar emprego.

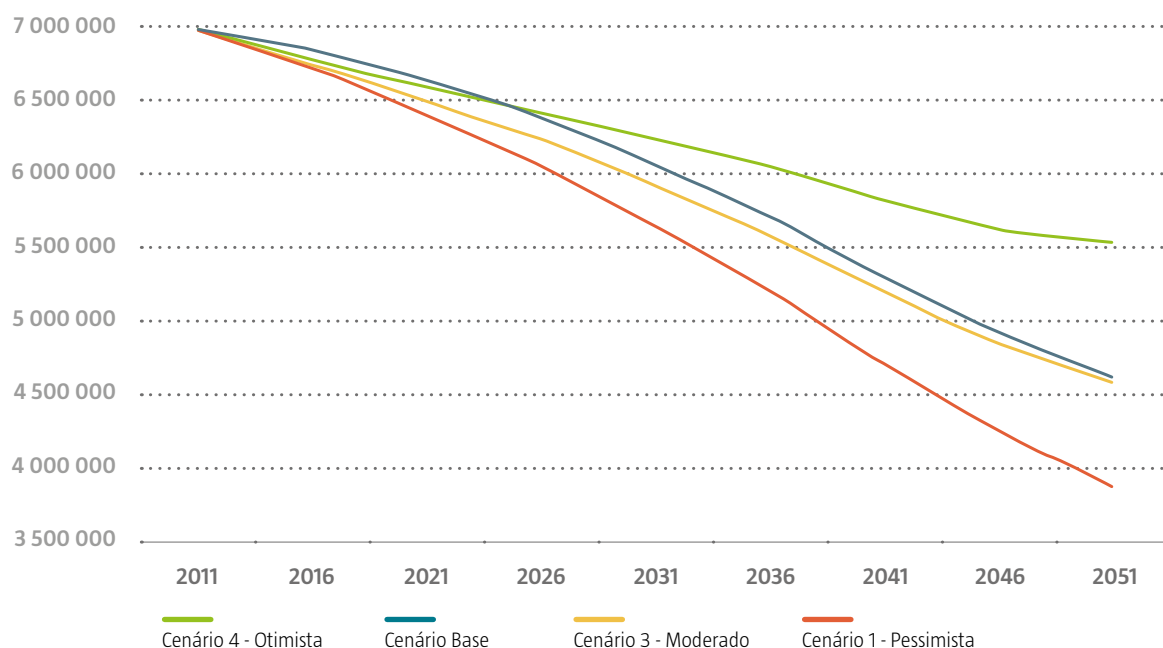
[8] Cit INE: Este inquérito comunitário foi realizado pelo INE no segundo trimestre de 2009 juntamente com o Inquérito ao Emprego e seguiu as recomendações metodológicas do Eurostat. Visava recolher informação harmonizada e comparável sobre os moldes em que se realiza o processo de transição da vida escolar para a vida ativa. Pretendeu-se, em particular, analisar as características do primeiro emprego dos indivíduos entre os 15 e os 34 anos, os fatores que afetam a sua entrada no mercado de trabalho e as ligações entre nível de escolaridade e mercado de trabalho.

Figura 43. Evolução da População Ativa (15-64 anos)



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População entre 1900 e 2011. Cenários efetuados pelas autoras

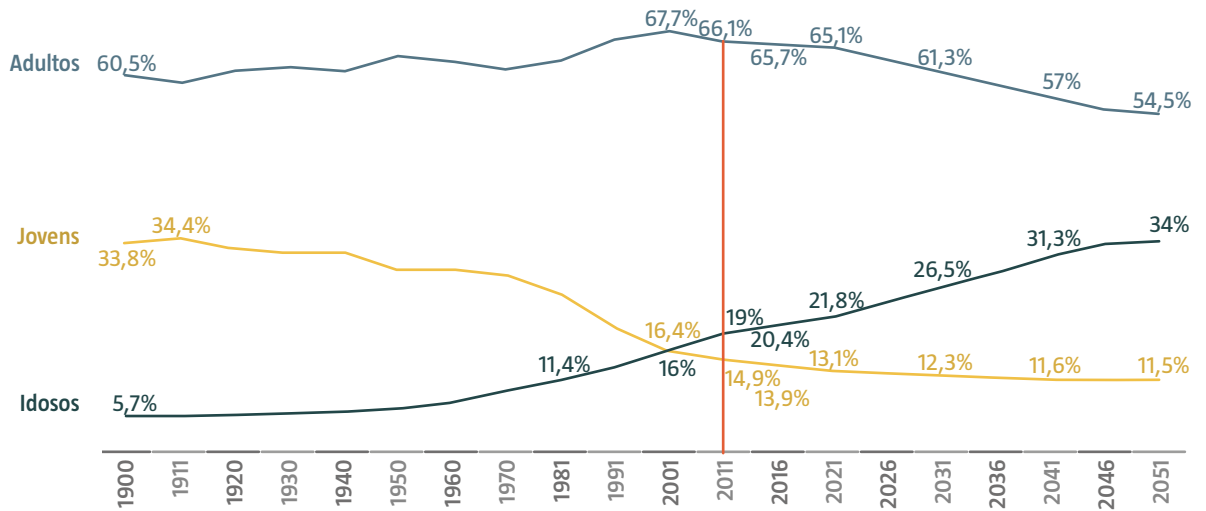
Figura 44. Projeção da População Ativa (15-64 anos)



Fonte: Cenários efetuados pelas autoras

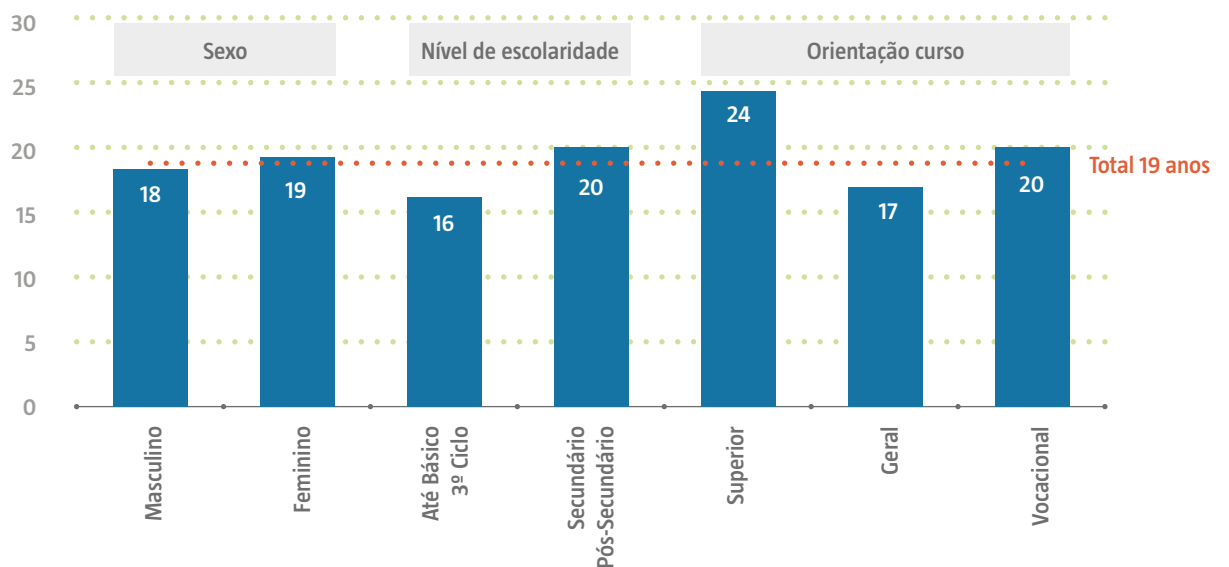
A **Figura 48** compara a renovação da população ativa, ou seja, o grupo de população entre 55 e 64 anos que sustentou o sistema e que em breve sai do sistema, com o 'sangue novo' que entra para 'alimentar' a estrutura. Todos os ativos tendem a diminuir, exceto o grupo dos 85+ anos, que poderá triplicar entre 2011 e 2050. O grupo dos 65+ anos atingirá 3 milhões. Caso a idade de reforma se mantenha, tal significa que estarão no grupo dos potencialmente ativos 4,5 milhões de pessoas. Na atualidade existem 2 milhões na reforma e 7 milhões são potencialmente ativos.

Figura 45. Evolução da população e projeções, por grupos de idade (2011 a 2051)



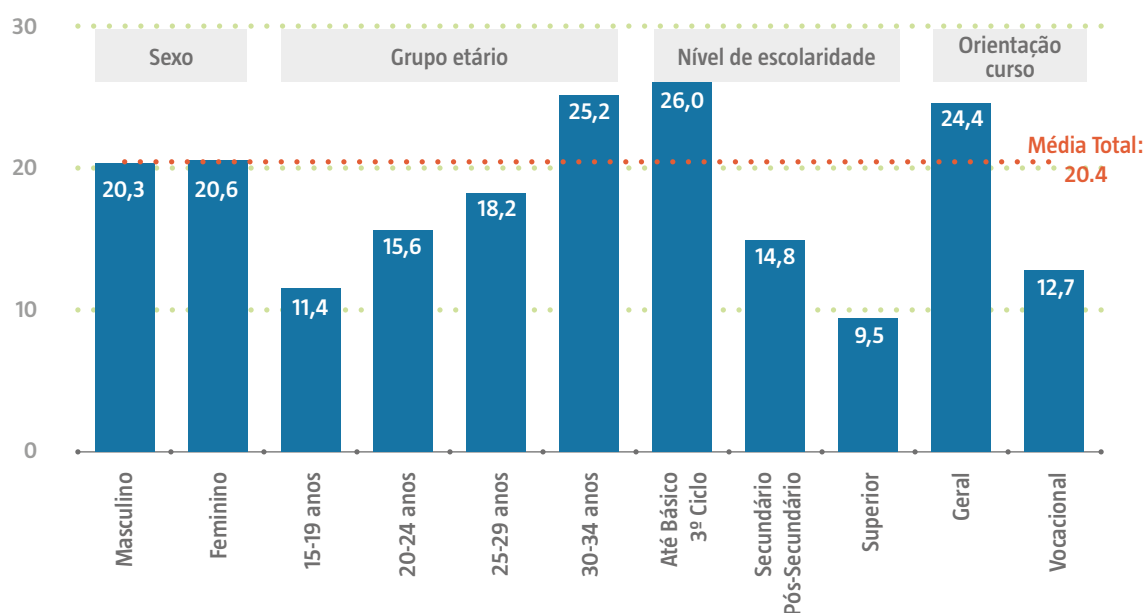
Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População entre 1900 e 2011. Cenários efetuados pelas autoras

Figura 46. População com 15-34 anos.
Idade média de saída da escola por sexo, nível de escolaridade
e orientação do programa de estudos



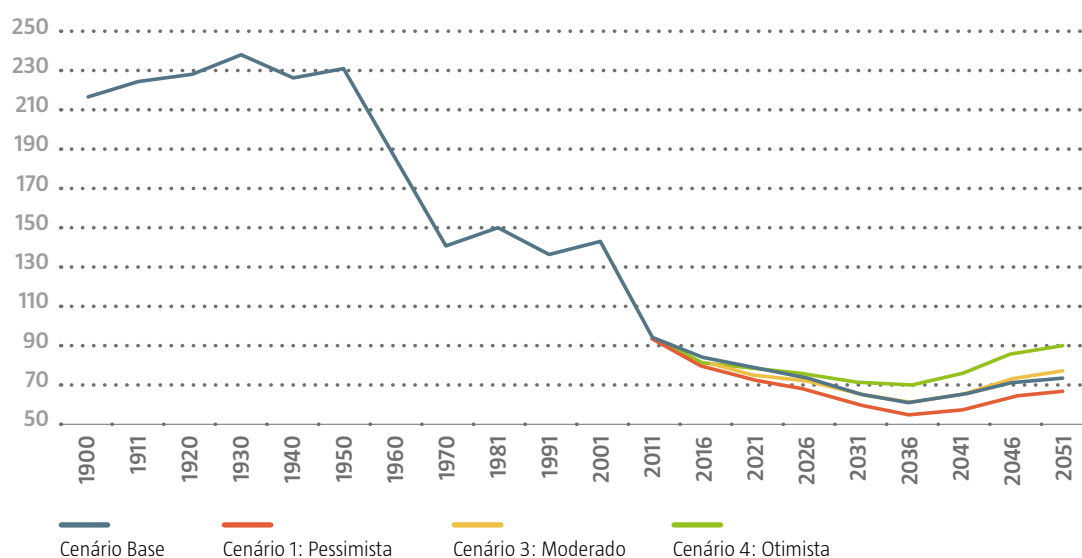
Fonte: Entrada dos Jovens no Mercado de Trabalho, Inquérito ao Emprego, INE - 2009

Figura 47. População com 15-34 anos.
Duração média (meses) entre a saída da escola e o 1º trabalho de mais de 3 meses
por sexo, nível de escolaridade e orientação do programa de estudos



Fonte: Entrada dos Jovens no Mercado de Trabalho, Inquérito ao Emprego, INE - 2009

Figura 48. Evolução do índice de renovação da população ativa (1900-2051)



Fonte: INE Recenseamentos Gerais da População e Cenários efetuados pelas autoras

Estrutura da População: Projeção dos níveis de escolaridade em 2051

Seremos menos, mas o que perdemos em número, ganhamos em qualidade, informação e competências.
(Rodrigues e Henriques, 2015)

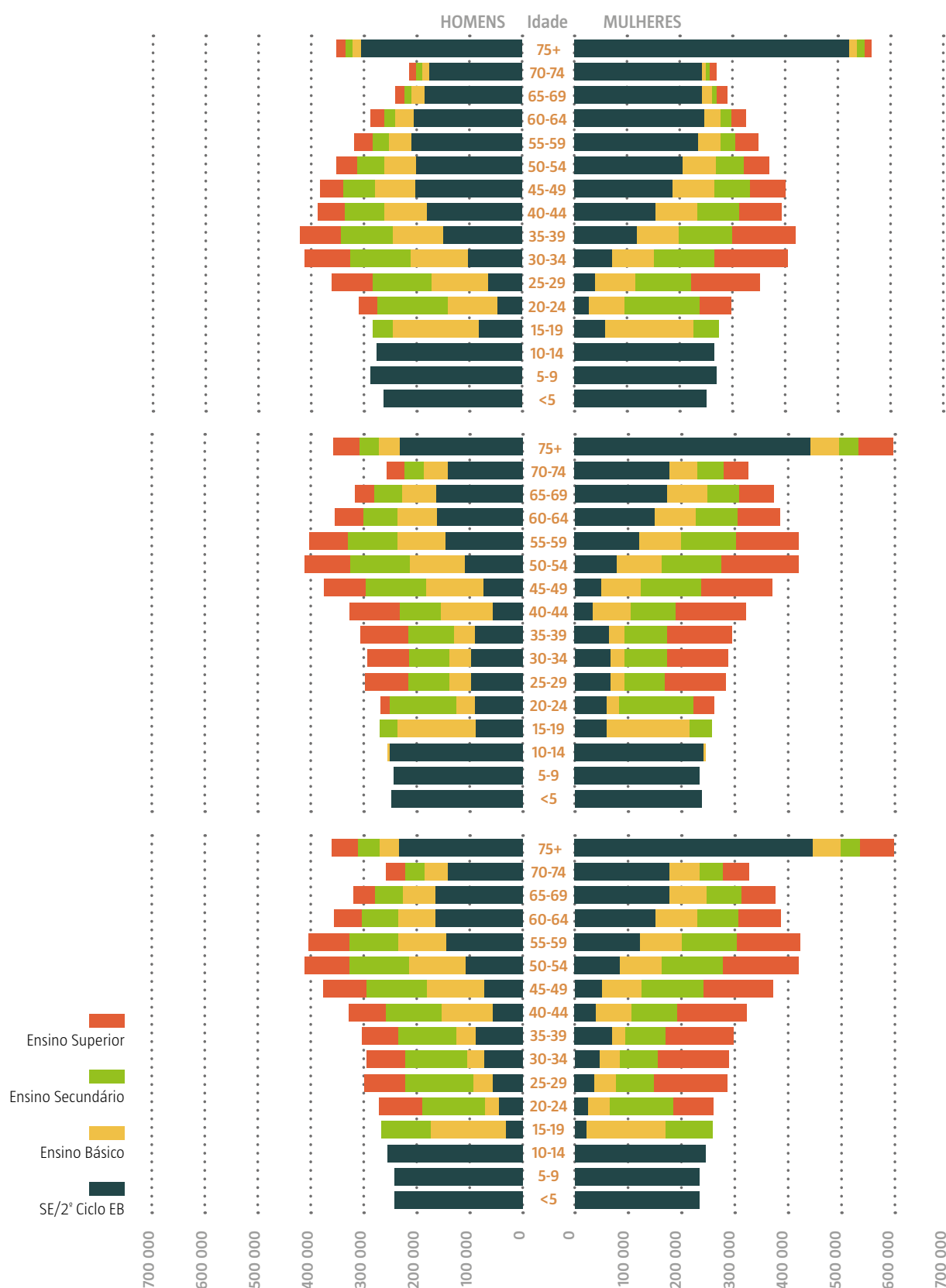
A população será cada vez mais escolarizada. A ligação entre escolaridade e processo de envelhecimento é conhecido e foram já realizadas projeções demográficas multies-tado por nível de escolaridade em Portugal, no horizonte temporal de 2030 (Martins, Rodrigues, Rodrigues, 2014). Considerando a estrutura do sistema educativo, a população foi dividida por sexo e grupos de idade em quatro categorias, consoante o nível de escolaridade mais elevado completo (Sem escolaridade/2.º Ciclo Ensino Básico; Ensino Básico; Ensino Secundário; Ensino Superior) e foram considerados dois cenários: o Cenário Constante, que admitia a manutenção da realidade atual ao longo do período de projeção e o de Tendência, que assumia a subida dos níveis de escolarização ao ritmo verificado nos últimos anos.

A proporção dos que completam pelo menos o Ensino Básico continuará a aumentar nas duas próximas décadas e, em 2030, mais de metade da população terá concluído este nível de ensino (56% no Cenário Constante ou 59% no de Tendência). Mesmo no cenário menos otimista, a escolarização tenderá a aumentar, à medida que as *coortes* mais jovens e mais escolarizadas substituem as mais velhas. Nas próximas décadas assistiremos à valorização do capital humano no grupo ativo adulto (15-64 anos), cuja evolução e características em termos de formação terão inevitáveis impactos no desenvolvimento desejado da sociedade portuguesa. A proporção dos que não completaram o Ensino Básico irá reduzir-se de 39,4% para 25% entre 2011 e 2031 e a percentagem de diplomados com um curso de Ensino Superior deverá atingir valores próximos dos 25% em 2031, face aos atuais 16,4%.

Os idosos do futuro serão bem diferentes dos atuais, em termos de nível de escolaridade. Em 2031, mais de 40,3% terá completado pelo menos o 3.º Ciclo do Ensino Básico, o que representa um aumento de 27 pontos percentuais relativamente a 2011 e a percentagem dos detentores de um curso superior passará de 4,6% (2011) para 13% (23,4% das mulheres, 15,5% dos homens), qualquer que seja o cenário considerado. A distribuição dos residentes pelo conjunto das três variáveis (sexo, grupo etário e nível de escolaridade) pode ser visualizada na **Figura 49**. A proporção de indivíduos que completam níveis de escolaridade mais elevados deverá aumentar em todos os grupos etários e sexos, em ambos os cenários, embora também no futuro a escolarização feminina seja superior, sobretudo entre os mais jovens. Como a passagem a um nível de escolaridade mais elevado é um evento irreversível, a proporção de idosos que em Portugal possuem níveis de instrução superiores continuará a aumentar.

Considerando a influência conjunta que o sexo, a idade e o nível de escolaridade exercem sobre a saúde (Denton *et al.*, 2004; Vintém, 2008; Pita Barros, 2003), o estudo prospetivo da estrutura populacional por grau de escolarização permite concluir que no futuro seremos menos, mas os portugueses do futuro, independentemente do sexo e idade, terão uma vantagem essencial em termos de saber e conseguir fazer melhores e mais bem fundamentadas escolhas: serão cidadãos mais informados.

Figura 49. População portuguesa por grupo etário, sexo e nível de escolaridade, 1 de janeiro de 2011 e 2031 Cenário Constante (esquerda) e Cenário Tendência (direita)



Fonte: Martins, Rodrigues, Rodrigues, 2014

Estrutura da População: Projeção de Condições de Saúde em 2051

“O aumento de esperança de vida e dos riscos de maior incidência de determinadas doenças crónicas e incapacitantes pode ser contrabalançado pelo aumento do nível educacional da população.”

(Rodrigues e Henriques, 2015)

Existem teorias divergentes sobre a relação entre aumento da esperança média de vida e prevalência de níveis de incapacidade e de mau estado de saúde. Para alguns, o envelhecimento incontornável das estruturas da população irá fazer subir os níveis de morbilidade e da incapacidade. Defendem outros que a incapacidade e o mau estado de saúde serão adiados para o fim da vida, pelo que no futuro viveremos mais tempo e com melhor estado de saúde. Outros ainda sugerem que se verificará um efeito balanceado entre a redução da prevalência de doenças crónicas e das taxas de fatalidade das doenças (Henriques, Rodrigues e Martins, 2009; Rodrigues, Martins e Rodrigues, 2014).

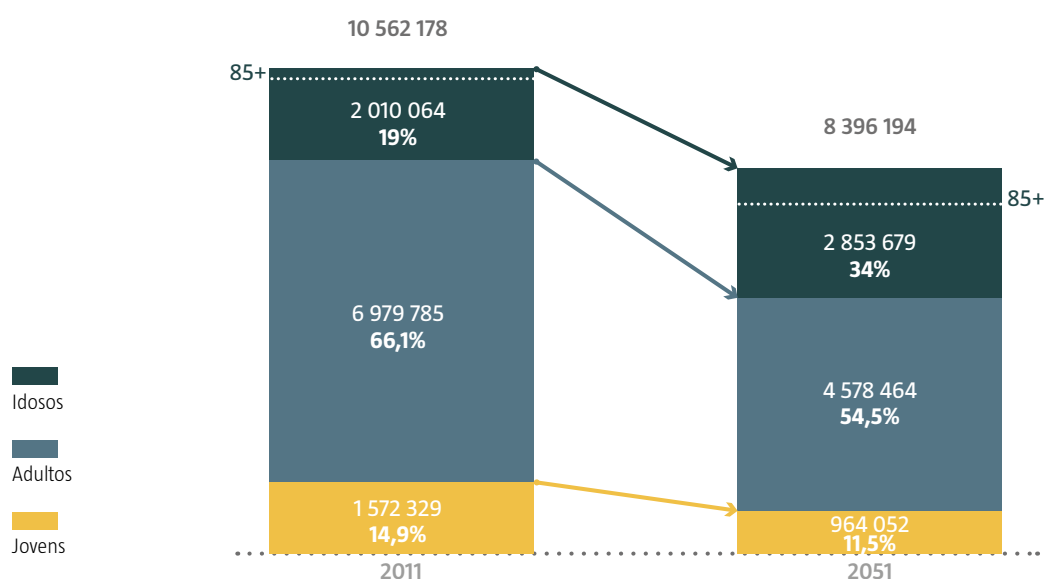
Para responder à questão ‘qual o efeito das alterações em termos de perfil demográfico e graus de escolaridade na saúde futura dos portugueses?’ foram considerados dois cenários sobre as diferenças no estado de saúde e na utilização dos serviços de saúde por nível de escolaridade: um cenário estável, que assume que as diferenças estimadas com base na quarta edição do Inquérito Nacional de Saúde se manterão entre 2011 e 2031 e um cenário variável, no qual estas diferenças seguem a evolução verificada no passado recente. Admitindo como hipótese que o aumento da longevidade é acompanhado pelo aumento do número de anos vividos com saúde, o envelhecimento das estruturas etárias da população portuguesa não gera o aumento dos custos em saúde. Teoricamente, um melhor estado de saúde reduz a necessidade de utilização dos serviços de saúde e pode reduzir a despesa (Rechel, *et al.*, 2009; European Commission, 2012), contudo, os resultados obtidos no estudo de Rodrigues, Martins, Rodrigues (2014) sugerem uma melhoria do estado de saúde, com o aumento da utilização dos serviços de saúde (consultas médicas e uso de medicamentos prescritos). Dito isto, a maior utilização dos serviços de saúde nas próximas décadas conduzirá a um melhor estado de saúde, permitindo inverter a evolução esperada com gastos no setor.

Assim, serão cada vez menos os residentes em Portugal, esperando-se entre 2015 e 2050 uma redução que poderá atingir os 24 pontos percentuais. Em meados do século XXI, a população portuguesa será de 8,3 milhões, menos do que em 1950. Mas mais importante que a ordem de grandeza é a mudança de perfil desta população. Em termos de nacionalidade é esperado um aumento relativo do total de residentes estrangeiros e respetivos descendentes. Pese embora o carácter pouco otimista com que na atualidade se encara o futuro próximo das migrações em Portugal, a verdade é que a recuperação económica é provável, o que poderá trazer um novo alento aos fluxos de entrada e também uma redução de saídas (quer por retorno aos países de origem, quer pela redução da emigração de cidadãos nacionais e retorno). Em 2025 é possível admitir que sejam retomados os saldos positivos dos anos 90 do século XX e da primeira década do século XXI. Outras características parecem inevitáveis:

- A estrutura etária estará “oficialmente” invertida se considerarmos o equilíbrio tradicional entre os três grandes grupos de idade. Até meados deste século vão reduzir-se em 23% e 17,5% os grupos dos jovens (0-14 anos) e dos adultos (15-64 anos), respetivamente e aumentar 79% o peso dos mais velhos (65+ anos).
- Em 2050 existirão três vezes mais idosos que jovens, a população adulta terá uma média de idade mais avançada e o grupo dos muito idosos (85+ anos) irá triplicar.
- Mesmo admitindo um cenário otimista no que toca aos saldos migratórios, o número de ativos será em 2050 idêntico ao recenseado em 1940, caso não se registem alterações na estrutura do mercado de trabalho e na idade de reforma.
- A população residente em Portugal será mais instruída, com maior formação profissional, mais informada e com maior capacidade de consumo e hábitos de vida mais ativos, saudáveis e sustentáveis.
- Na mesma linha do ponto anterior, e embora seja muito provável que o número de mulheres em idade fértil continue a reduzir, o facto de hoje existir uma clivagem entre o número médio de filhos por mulher e as expectativas face ao número de filhos desejados poderá vir a constituir uma janela de oportunidade para a evolução positiva dos níveis de fecundidade, contribuindo para um ligeiro rejuvenescimento da estrutura etária na base.

O que seremos no futuro depende do que queremos ser hoje. E, para tanto, há que saber como fomos, como chegamos ao que somos hoje e identificar os vetores em que deve assentar a desejada intervenção, com vista a) à manutenção dos fatores que poderão contribuir positivamente para o renascer da sociedade portuguesa e b) a alteração/mitigação dos fatores indesejados, que podem constituir uma debilidade e ameaçar o futuro desenvolvimento de Portugal. Urge concretizar uma mudança positiva na sociedade portuguesa.

Figura 50. População por grupos de idade, comparação 2011 e 2051



Fonte: INE Recenseamentos Gerais da População e Cenários efetuados pelas autoras

3.

SERÁ POSSÍVEL O (RE)BIRTH PARA PORTUGAL?

As questões populacionais constam cada vez mais na agenda política e exigem a ligação entre académicos e decisores políticos na compreensão dos fatores que influenciam a demografia. A maior parte dos estudos realizados destaca como ponto irrefutável a influência das transformações demográficas sobre a economia. Entre os vetores nos quais assenta a maioria das teorias sobre a questão está a variação na proporção da população ativa, a eventual diminuição da produtividade associada ao envelhecimento das estruturas etárias e as transformações induzidas pelo envelhecimento em termos dos padrões de acumulação de rendimento, sobretudo por via da poupança.

Na sociedade portuguesa a universalização da proteção social e aumento do investimento em educação, na saúde e na assistência social melhoraram os níveis médios de rendimento e de qualidade de vida, embora não anulassem as desigualdades de rendimento e as diferenças regionais de bem-estar. A baixa qualificação de população ativa é ainda um problema grave e exige resposta urgente. Não obstante a subida gradual dos níveis de instrução e de formação, em Portugal continuamos aquém da média europeia, o que pode comprometer a desejável retoma de crescimento, confrontando-nos com futuros incertos.

3.1.

A SITUAÇÃO ATUAL

A análise da situação atual permite detetar algumas características que podem representar fatores de risco para o desenvolvimento futuro da sociedade portuguesa, num contexto onde continuarão a existir assimetrias regionais em termos de distribuição humana que privilegiam o litoral e os centros urbanos (INE, Destaque, 2015):

- Todas as projeções preveem manutenção e agravamento nas próximas décadas do triplo envelhecimento das estruturas etárias causado pela redução progressiva do peso dos menores de 19 anos, o aumento do grupo etário com 55 ou mais anos e a subida da idade média dos ativos.
- Portugal é hoje um país de filhos únicos com pais idosos e as potenciais melhorias introduzidas pelo ligeiro aumento dos níveis de fecundidade observado em 2014 (de 1,21 para 1,23 filhos por mulher) não representam uma inversão do cenário de muito baixa fecundidade previsto para os próximos anos. Em 2014 o total de nascimentos voltou a descer, porque existem cada vez menos mulheres em idade fértil, pese embora o facto das mães portuguesas terem os seus filhos cada vez mais tarde.
- O número dos adultos ativos que saem do mercado de trabalho é superior ao dos que entram, e alguns não nasceram em Portugal. No contexto de envelhecimento das estruturas e de manutenção de níveis de fecundidade baixa, acentua-se a dependência face aos imigrantes económicos. Iremos viver à custa dos recém-chegados a Portugal, que são mais jovens e em média têm mais filhos? Os residentes estrangeiros contribuem para mitigar o fenómeno de despovoamento do interior e das áreas rurais, quer se trate de imigrantes ativos ou de seniores que procuram em Portugal um local com boas condições para viver as suas reformas.
- A diferencialidade regional em termos de bem-estar e qualidade de vida é consubstanciada pela incidência diferenciada do grau de envelhecimento das estruturas etárias e diferentes graus de atratividade migratória.

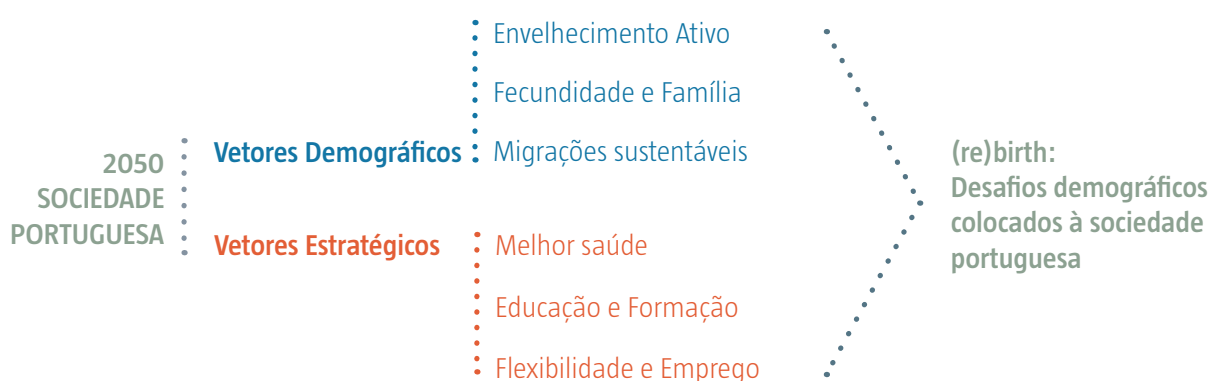
3.2.

ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO PRIORITÁRIA

A população e as suas dinâmicas passaram a integrar a agenda política enquanto ‘problema’ autónomo relacionado com outros problemas típicos da agenda política, como o emprego, o crescimento económico, a educação. O espaço que progressivamente tem sido dado no âmbito dos programas de governo e também nos programas eleitorais dos partidos políticos de todas as tendências partidárias espelha a crescente preocupação com o modo como as dinâmicas da população podem influenciar, positiva ou negativamente, o futuro de Portugal. Considera-se importante deixar de olhar para os factos demográficos de forma negativa e passar a destacar as janelas de oportunidade que esses mesmos factos demográficos geram. No contexto de transformação em curso, a fecundidade e as migrações são os vetores demográficos que mais influenciam as características atuais e futuras do trabalho e emprego em Portugal. Assim, será sobre estes dois vetores que incidem as reflexões e propostas de atuação em termos de políticas públicas aqui apresentadas, no sentido de agir sobre os cenários demográficos prospetivos e evitar um futuro que se afigura sombrio e indesejado.

A questão central que se coloca após o diagnóstico analisado no ponto 1 é: quais devem ser as prioridades para a sociedade portuguesa num contexto de profundas mudanças que não vai conseguir evitar, mas que tem a obrigação de procurar gerir, por forma a assegurar a desejável melhoria da qualidade de vida e bem-estar? Falamos de questões complexas, cuja resposta não pode ser baseada em decisões pontuais e de carácter avulso.

Figura 51. Vetores Demográficos e Estratégicos para o (re)birth da sociedade portuguesa



Importa desenhar propostas que sirvam de instrumento de apoio à tomada de decisão e possam responder aos desafios e oportunidades colocados pelas novas e expectáveis dinâmicas demográficas, ao nível de políticas demográficas ou de população. Quando falamos de políticas demográficas referimo-nos ao conjunto de medidas tomadas por entidades governamentais, de forma direta ou indireta, com o objetivo de alterar o movimento da população (Rodrigues, e-book, 2010). A alteração desse movimento pode ser feita através da atuação nas tendências da natalidade, da mortalidade e das migrações (internas ou internacionais). É na área da natalidade que as políticas da população mais têm incidido, sendo aí que é maior a intervenção dos responsáveis políticos, secundada pelas questões migratórias. Dito isto, é de assinalar que mais importante que a criação e implementação de políticas, é garantir a monitorização contínua dos efeitos de cada uma das medidas.

Como ficou claro nos pontos 1 e 2 sabemos o que esperar. A diminuição da população será uma realidade e esta realidade pode repercutir-se negativamente no desenvolvimento económico, com consequências na empregabilidade e no tecido produtivo nacional. Este efeito negativo é potenciado pela pressão que o grupo mais idoso exerce sobre a população mais jovem (que será a próxima população ativa), a nível contributivo e no que respeita às opções de investimento das políticas públicas (por exemplo, aumentar o investimento em saúde infantil ou geriátrica? em creches ou em lares de dia?). Ou numa aceção mais profunda: como se sustenta uma sociedade arquitetada sobre o sistema *pay-as-you-go*, fortemente dependente das estruturas populacionais ativas, ou melhor, contribuintes líquidos que suportem o Estado Social?

Em Portugal, tornou-se nos últimos anos evidente, a urgência de definir uma agenda para inverter a tendência decrescente da natalidade, criando condições favoráveis ao aumento dos níveis de fecundidade e de apoio às famílias. Também se tornou evidente a urgência da gestão das migrações. O entendimento da UE plasmado no Programa Horizonte 2020 é o de que lidar com o envelhecimento da população exige um investimento social em ambos os vetores (natalidade e migrações). No mesmo sentido, o Relatório *The Evolution of the Family in Europe 2008* estabelece os vetores demográficos críticos: compara as políticas de família nos estados membros, identifica as boas e más práticas e olha a imigração como principal fonte do crescimento demográfico, embora consciente de que se trata de uma estratégia política limitada no tempo, difícil de implementar e manter, e insuficiente para resolver o problema do envelhecimento demográfico da Europa.

Inverter o decrescimento populacional parece impossível no curto prazo. Assumindo que esta é uma situação indesejada, elegemos três principais vetores como possibilidades para gerir a situação, que se descrevem de seguida.

3.2.1. Mitigar o declínio demográfico através de políticas migratórias e de acolhimento

Um número crescente de países procura minorar os efeitos da falta de adultos em idade ativa, adotando medidas de incentivo à imigração. O aumento dos contingentes imigratórios gera um aumento da população ativa, o rejuvenescimento etário e a subida da natalidade, porque os migrantes são maioritariamente jovens, em idade fértil e de constituir família [9]. O Departamento da População das Nações Unidas realizou uma estimativa sobre os quantitativos de imigrantes necessários até 2050 para garantir os volumes de população total e ativa e do *ratio* entre jovens e idosos (ONU 2001) e concluiu que em alguns casos seria necessário triplicar o número médio anual atual de entradas, algo manifestamente impossível, quer na ótica demográfica, quer sobretudo social [Tabela 13].

Tabela 13. Imigração necessária para evitar a diminuição da população da UE (2000-2050)

Países	Imigrantes 1995 (milhões)	Imigrantes/ano necessário para manter:					
		População 1995		População Ativa 1995		Ratio ativos/inativos	
		Total	Múltiplo	Total	Múltiplo	Total	Múltiplo
UE	270	949	4	1 588	6	13 480	50
4 maiores:	237	677	3	1 093	5	8 884	37
Alemanha	204	344	2	487	2	3 630	18
França	7	29	4	109	16	1 792	256
Itália	6	251	42	372	62	2 268	378
Reino Unido	20	53	3	125	6	1 194	60
11 outros países	33	272	8	495	15	4 596	139
EUA	760	128	0	359	0	11 851	16

Fonte: ONU 2001

Na *Abordagem Global para a Migração e a Mobilidade* (www.europarl.europa.eu), a UE elaborou uma política externa equilibrada e completa em matéria de migração, sendo a relação entre migração e desenvolvimento uma das quatro prioridades operacionais. A migração é também uma prioridade específica da Agenda da UE para a Mudança (*Increasing the Impact of EU Development Policy: An agenda for Change*). Os fluxos migratórios tradicionais estão a ser substituídos por fluxos de mão-de-obra mais qualificada, com permanência temporária noutros locais, por vezes intermitente e tendencialmente associados a oportunidades de desenvolvimento pessoal e de progressão profissional. Há que compreender os fatores de motivação para imigrar, os modos de constituir família, as opções de residência, o regime fiscal e as regras de acesso a serviços de proteção na educação, saúde, velhice, oportunidades e flexibilidade dos setores de atividade económica local predominante.

[9] O aumento da natalidade é outra das consequências indiretas da imigração, porque muitos imigrantes provêm de sociedades e culturas com níveis de fecundidade superiores aos do país de acolhimento.

Portugal partilha a realidade da maioria dos países da UE [Tabela 14]. O sucesso de um conjunto de medidas legislativas que incentivem a imigração, e por essa via façam subir o total de residentes, parece à primeira vista uma hipótese viável e pouco arriscada para solucionar alguns dos problemas de crescimento e sobretudo de rejuvenescimento da população portuguesa. Portugal sempre foi um país de migrantes, seja porque somos historicamente um país de emigração, seja porque a realidade das últimas décadas veio demonstrar facilidade para lidar com o facto de nos termos tornado um país atrativo. Políticas de acolhimento bem-sucedidas, mesmo com algumas limitações decorrentes da necessidade de adequar as medidas legislativas às políticas comunitárias em matéria de imigração e asilo, colocam o nosso país entre os melhores em termos de práticas de integração. Os volumes de entrada aparentemente persistem em ser moderados porque falta a oferta de oportunidades de emprego.

Os modelos clássicos de análise olham a imigração como elemento de renovação populacional, sobretudo em idade ativa. Seguindo este modelo, importa considerar que condições de atratividade consegue criar a sociedade portuguesa.

Tabela 14. Fita do tempo. Migrações. Onde estamos? Como estaremos?

ANOS	
1993-2010	Saldos migratórios (I-E) positivos entre 1993 e 2010, embora gradualmente descendentes
2000-2008	Emigração anual constante
2008-2015	Aumento dos volumes de emigração, sobretudo com carácter temporário
2000-2010	Aumento gradual do total de residentes estrangeiros, sobretudo trabalhadores dependentes e para reagrupamento familiar
2010-2015	Redução gradual do total de residentes estrangeiros, com exceção para alguns perfis como o de estudantes do ensino superior
2015-2020	Implementação do Plano Estratégico para as Migrações
2020-2025	Inversão da tendência negativa dos saldos migratórios, por via da redução de saídas e aumento de entradas
2025-2050	Manutenção de saldos migratórios positivos, ainda que moderados (5 mil/ano), embora com as tradicionais assimetrias regionais de fixação (litoral urbano/interior rural)

Fonte: Plano Estratégico para as Migrações (2015-2020), PCM, Resolução do Conselho de Ministros n.º 12-B/2015, DR, 1.ª série, n.º 56 – 20 de março de 2015, pp. 1654 (24); INE, Destaques, 2015

O *Plano Estratégico para as Migrações* (2015-2020) (PCM, 2015:1654) define eixos prioritários e medidas a monitorizar neste âmbito:

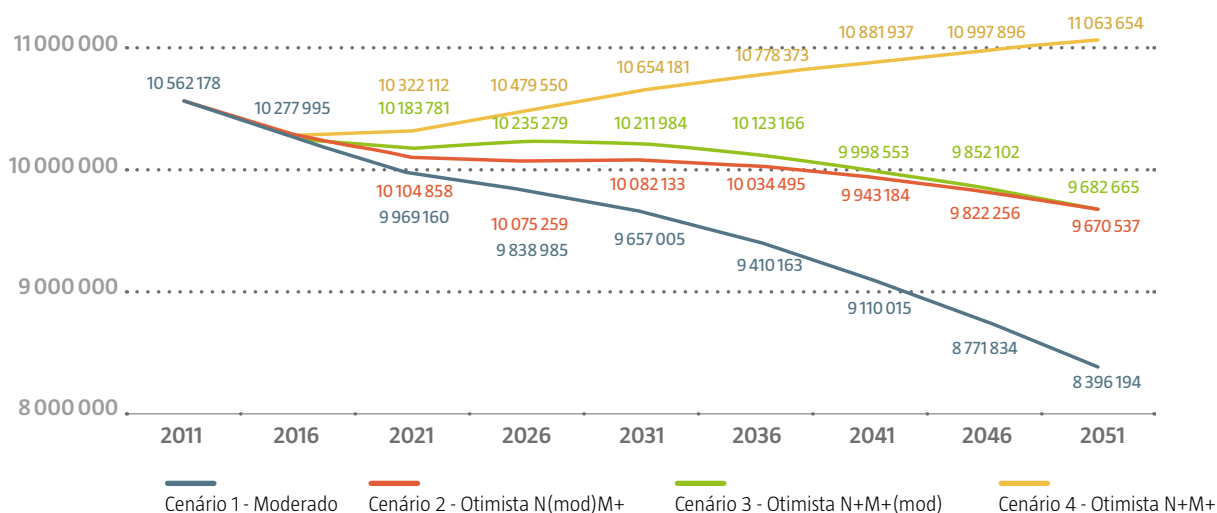
1. melhorar a capacidade para captar imigrantes e não apenas mão-de-obra;
2. criar condições estruturais favorecedoras de estabilidade do mercado de trabalho (por via fiscal) e de promoção do emprego (por via da formação ao longo da vida e da sua valorização fiscal);
3. melhorar a capacidade para reter pessoas de outras nacionalidades assegurando a diversidade cultural;

4. revalorizar áreas estratégicas em que a sociedade portuguesa é manifestamente bem-sucedida, como a ciência e educação ou a saúde e bem-estar, fator que pode tornar Portugal um país de residência preferencial para outros cidadãos europeus reformados.

O futuro das migrações em Portugal depende, em termos quantitativos e qualitativos, do sucesso das políticas de integração, num contexto imigratório de perfil económico pouco qualificado, destacando-se a importância do investimento em setores-chave como a educação, a formação profissional e o combate às atividades económicas informais associadas à imigração ilegal ou irregular. Depende também da capacidade (endógena) da economia (uma vez que a esmagadora maioria dos imigrantes e dos nossos emigrantes têm motivações económicas) para criar condições para reter os emigrantes potenciais, fomentar o retorno dos portugueses emigrados e atrair e manter os imigrantes. David Justino (2016) reconhece na dinâmica demográfica um *driver* da economia e considera que o envelhecimento não seria um problema se o nosso mercado de trabalho conseguisse atrair trabalhadores e existissem medidas para rentabilizar as oportunidades criadas pela diáspora ou encorajar o retorno dos emigrantes. As políticas existentes deveriam ser direcionadas para a reforma do mercado de trabalho, para a internacionalização da investigação científica e a redução das saídas dos altamente qualificados. O crescimento económico poderá criar as necessárias oportunidades que desincentivem a emigração, fomentem o retorno e tragam mais imigrantes.

A reposição do carácter positivo das migrações seria feita por três vias distintas: a “não saída” de cidadãos portugueses, o “retorno” de portugueses emigrados, a “manutenção” dos imigrantes residentes no país e alguma “entrada” de novos imigrantes. Qual poderá ser o impacto das migrações no futuro da população portuguesa? Eis o que procuramos estimar, considerando quatro cenários alternativos, dos quais dois parecem mais plausíveis [Figura 52].

Figura 52. Portugal, 2011-2050. Evolução da População Total. Cenários Prospetivos



Fonte: INE Recenseamentos Gerais da População e Cálculos das autoras

O Cenário 3 admite, a partir de 2021, a retoma dos saldos migratórios de início do século XXI, embora os imigrantes sejam mais jovens e tenham em média mais um filho que os nacionais, esse facto será insuficiente para evitar a descida da população. Só num prazo temporal distante, o reconhecimento e valorização das competências dos imigrantes, a facilitação de criação de novos empregos e projetos económicos, a alteração no regime jurídico do seu estatuto, a promoção da legalidade migratória num contexto internacional instável poderão criar sinergias proativas e assegurar o *(re)birth* da sociedade portuguesa.

E quantos seríamos, caso se concretizasse o saldo migratório mais otimista e a diferença entre o número de imigrantes e emigrantes se mantivesse em torno dos 40 mil efetivos/ano (200 mil por quinquénio)? A comparação entre os resultados dos Cenário 1 e o Cenário 2 (que resulta da manutenção dos níveis de natalidade e de um cenário migratório otimista) permite estimar ganhos da ordem de 1,2 milhões de residentes até meados do século XXI. Por si só, a alteração da tendência do número anual médio dos saldos migratórios será insuficiente para evitar a descida do número de residentes em Portugal no horizonte temporal de 2050.

3.2.2. Mitigar o declínio demográfico através de políticas de fecundidade e família

As sociedades ao longo da história têm valorizado a juventude em detrimento da velhice, associando a juventude à renovação, energia criativa e capacidade de expansão e crescimento. Esta perceção faz com que a natalidade e os comportamentos de fecundidade se tenham tornado um tema recorrente quando se avalia o processo e os efeitos do envelhecimento etário da sociedade portuguesa.

As soluções que ao longo dos anos foram sendo implementadas por todo o mundo, sobretudo na Europa, não foram senão tardia e esporadicamente aplicadas em Portugal, em parte porque só tardiamente se observa no nosso país a redução dos nascimentos [Tabela 15]. A discussão efetuada nos últimos anos permite perceber que a solução para alterar a tendência negativa dos nascimentos só pode ser encontrada na efetivação de soluções integradas. De facto, os diagnósticos realizados sobre a realidade portuguesa, que há alguns anos alertavam para os efeitos negativos da redução do volume de nascimentos, não foram secundados por medidas efetivas.

A análise revela que pouco pode ser feito com impacto imediato nos totais demográficos. As novas gerações, mesmo que aumentem os níveis médios de fecundidade, não impedirão o declínio e o envelhecimento da população portuguesa. Assim, existirão menos mães e menos filhos no futuro. Sem políticas setoriais espera-se, até 2050, a redução do número anual de nascimentos, famílias menores, de composição mais complexa e com cada vez menos crianças, as mulheres terão o seu primeiro filho depois dos 30 anos e só excecionalmente mais de dois e o total de mulheres jovens em idade fértil também será menor que hoje (INE, 2014).

Tabela 15. Fita do tempo. Natalidade e Fecundidade. Onde estamos? Como estaremos?

ANOS	
1978-1995	Inicia-se a redução sustentada do volume anual médio de nascimentos até 1995
1982-2007	O número médio de filhos por mulher desce abaixo do mínimo indispensável para garantir a renovação das gerações e reduz-se ao longo de todo o período
1977-1995	O índice sintético de fecundidade decresce de forma acentuada, acompanhando a descida do total de nascimentos
1996-2000	O total anual de nascimentos e os níveis médios de fecundidade aumentam ligeiramente, devido ao contributo dos filhos de mães estrangeiras
2001-2010	Década de oscilações anuais no total de nascimentos e nos níveis de fecundidade
2009	O número de nascimentos passa a ser inferior ao de óbitos
2011-2016	O total anual de nascimentos reduz-se e os valores da fecundidade apresentam oscilações em torno de 1,3 filhos, com valores mínimos em 2016
2016-2051	Redução continuada do total de nascimentos, mesmo admitindo a possível subida gradual dos níveis de fecundidade.

Fonte: Elaboração própria a partir de INE, *Estatísticas Demográficas, 1900 a 2014*

Urge encontrar soluções que permitam fazer coincidir aspirações e realização familiar. Não se trata de uma questão estritamente financeira, porque o nível de poder de compra e de rendimento tem vindo a subir há décadas. Trata-se sim de falta de expectativa sobre o futuro; de falta de segurança e confiança nas instituições e nas políticas públicas que permitam articular solidariedade necessária para com os mais idosos (pais, às vezes avós, grupo vulnerável em termos económicos) e uma boa articulação entre a vida profissional e a familiar (qualidade de vida familiar: horários creche-escola-emprego). Trata-se de remover obstáculos à qualidade do tempo da família como sugere Azevedo (2014: 127).

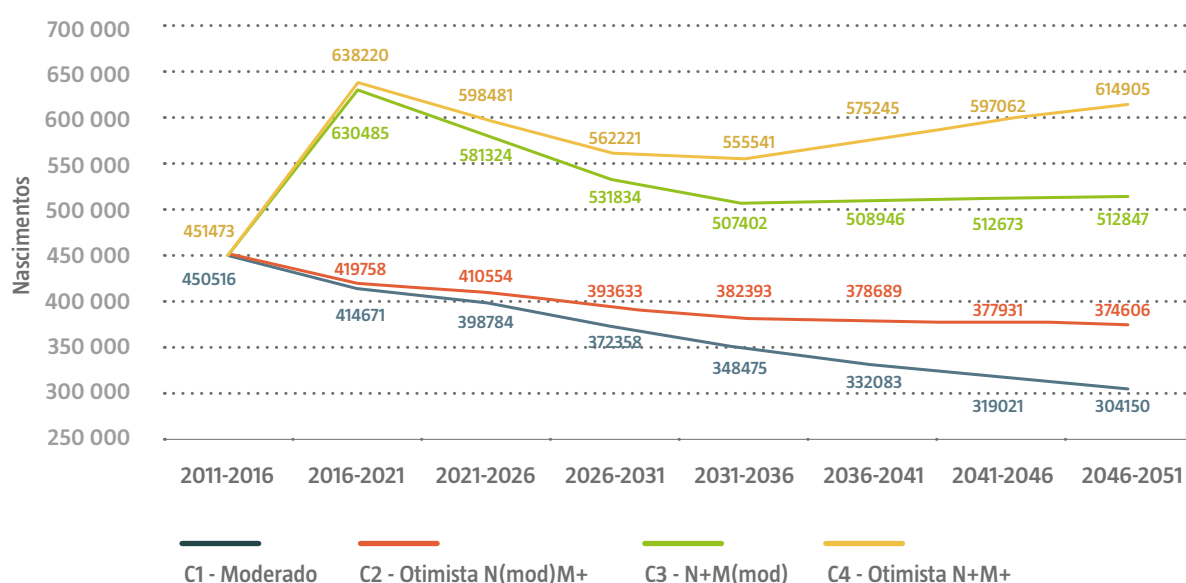
1. A efetivação de uma política de natalidade integrada de todos os intervenientes para todos os cidadãos (articulação e gestão holística);
2. Valorização da família como unidade base da sociedade;
3. A promulgação de medidas que, mais que criar benefícios, reduzam obstáculos a quem quer ter mais filhos;
4. Assumir uma atitude estratégica e prospetiva, porque as mudanças de comportamento demográficas se inscrevem em tempos médios e longos (pensar para além de hoje e avaliar os impactos negativos e positivos da falta de jovens).

Das propostas apresentadas por Azevedo (2014), há alguns pontos a reter: maior justiça fiscal (cada filho conta individualmente); leis flexíveis e articuladas de enquadramento à articulação família-trabalho (legislação sobre licenças parentais, trabalho parcial), redesenhar os sistemas de apoio à educação e acesso à saúde (maior apoio e menos custos) e assumir, para as famílias mais carenciadas, um compromisso social. No último Inquérito à Fecundidade (2013), os resultados confirmaram que o número ideal de filhos era 2 a 4, o desejado 2 a 3, o pensado 1 a 2 e o real 1! Esta discrepância pode ser uma janela de oportunidade para a subida dos níveis de fecundidade e dos

nascimentos e deve ser olhada com atenção (Ferreira, 2015). Caso o número de filhos esperados se aproxime do número desejado, poderão nascer duas vezes mais bebés em 2050 que em 2015 [Capítulo 2]. Mas só o cenário mais otimista, resultante da revisão em alta dos nascimentos e das migrações a partir de 2016, poderia evitar a anunciada redução da população portuguesa até 2050.

Considerando como ponto de partida a expectativa de ter dois filhos, a questão que se coloca é: qual seria a dinâmica de crescimento demográfico caso fosse possível assegurar que nas próximas décadas todas as mulheres pudessem ter dois filhos em média, um número próximo dos filhos que parecem desejar ter? Falamos de uma subida dos níveis médios de fecundidade, idêntica à de países como a França ou a Suécia. Este cenário hipotético sugere que os ganhos seriam substanciais e cumulativos, à medida que cada vez mais mulheres atingissem a idade fértil e fossem mães, principalmente se coexistissem com saldos migratórios positivos. Ou seja, consoante se considere apenas o cenário moderadamente otimista [a verde, na Figura 53], resultante da simulação de aumento dos nascimentos médios por mulher num contexto de manutenção de saldos migratórios moderados; ou o cenário muito otimista [a amarelo] resultante do aumento dos níveis de fecundidade num contexto de aumento dos saldos migratórios. Em 2050 os ganhos em termos de nascimentos médios anuais poderiam significar uma duplicação dos valores previstos no cenário de base [a laranja]: de 304150 para 512847 ou 614905, consoante os cenários atrás descritos. Conclui-se que a alteração da tendência do número anual médio dos nascimentos é insuficiente para evitar a descida do número de residentes em Portugal, mesmo que fosse possível alterar a partir de hoje os níveis de fecundidade.

Figura 53. Portugal, 2011-2050. Evolução dos Nascimentos. Cenários Prospetivos



Fonte: Cálculos das autoras, baseado em dados do INE

3.2.3. Mitigar o declínio demográfico através de políticas de emprego e educação

Embora mitigado, o envelhecimento persiste, mesmo nos cenários mais otimistas [Figura 55]. O impacto conjugado da subida dos níveis de fecundidade até à quase renovação das gerações (2 filhos em média), com saldos migratórios otimistas permitiria aumentar de 11,5 para 16,9% a percentagem de jovens e reduzir de 34,0 para 26,5% a percentagem de população com 65 e mais anos até 2050. Menos significativas seriam as variações da população residente em idade adulta e potencialmente ativa, que só a partir de 2040 poderiam aumentar percentualmente. Desta feita, a questão que se coloca é: qual o impacto destes resultados no setor económico e educativo?

Figura 54. Cenários Prospetivos de Jovens (2011-2050)

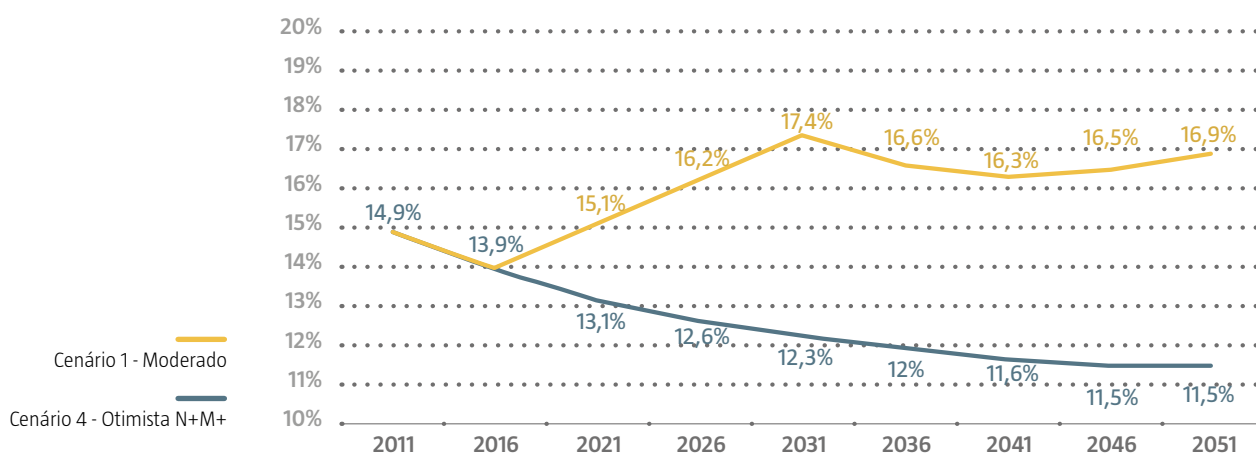


Figura 55. Cenários Prospetivos de Idosos (2011-2050)

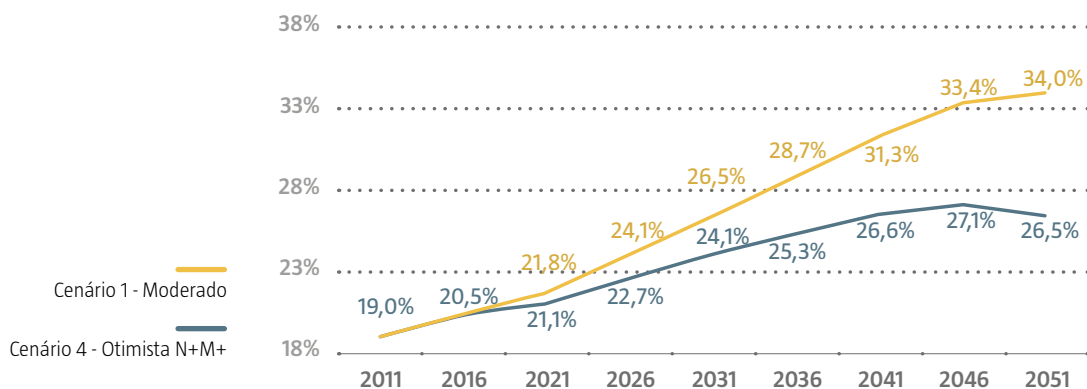
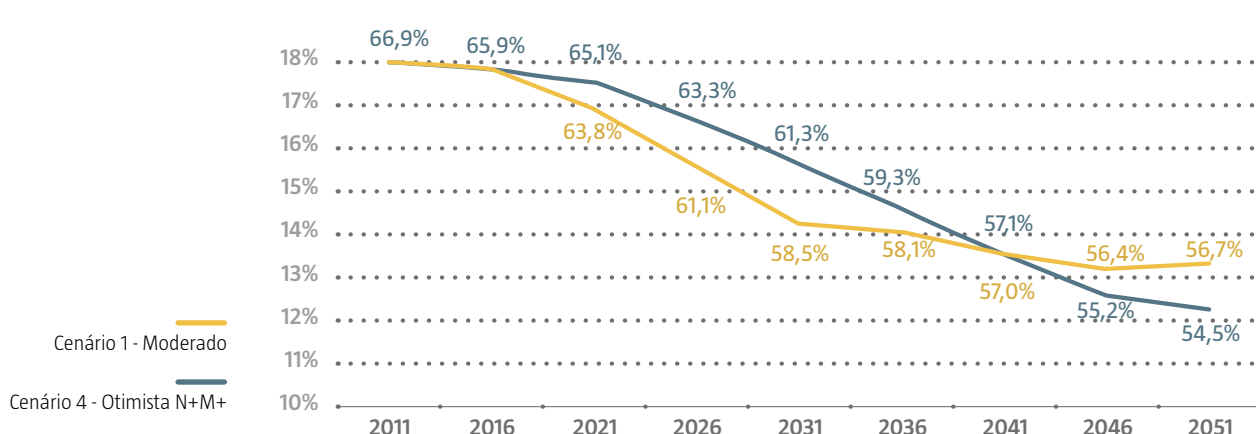


Figura 56. Cenários Prospetivos de População em Idade Ativa (2011-2050)



Na generalidade dos países, o ajustamento no mercado de trabalho foi feito à custa dos jovens e a taxa de participação dos mais velhos no mercado de trabalho aumentou, com poucas exceções. Também em Portugal, os trabalhadores seniores têm estado menos expostos que os jovens ao risco de desemprego. Com efeito, a taxa de atividade manteve-se relativamente estável em Portugal, com tendência de ligeira subida em todos os grupos etários, exceto no grupo dos 15-24 anos. Em plena crise de 1993, os jovens apresentavam uma taxa de atividade próxima dos 60%, superior à taxa do grupo com 55-64 anos (50%), mas hoje esse valor é metade. A diminuição da atividade entre os jovens desceu em toda a UE28, mas é mais intensa em Portugal [Figura 54]. Existem em Portugal por cada 100 ativos (15-64 anos) 51 dependentes. Esta aparente vantagem reduz-se quando estimamos os verdadeiramente produtivos, porque apenas metade da população portuguesa é economicamente ativa: a taxa de atividade é 50,3% (INE, Estatísticas do Emprego, 2015). Se ao total dos ativos retirarmos a população desempregada percebemos que menos de metade da população contribui economicamente para o sistema (44% no 4º trimestre de 2015, cerca de 4 561,5 mil). Este facto deve suscitar alguma reflexão, designadamente quando olhamos para as estimativas de evolução dos grandes grupos etários [Figura 57].

Figura 57. Taxa de Atividade por grupos de idade UE27 e Portugal, entre 2000 e 2014

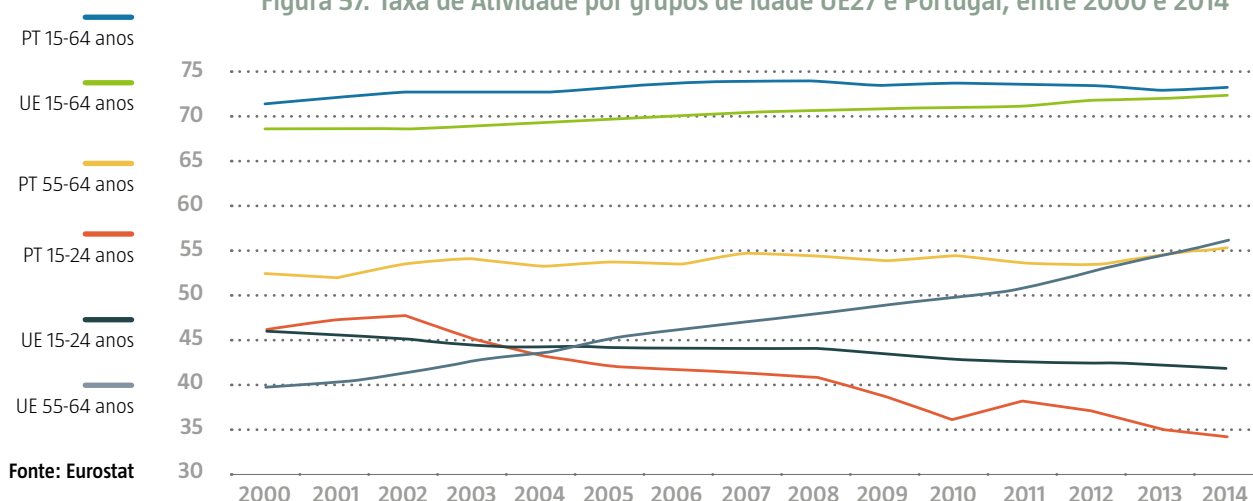
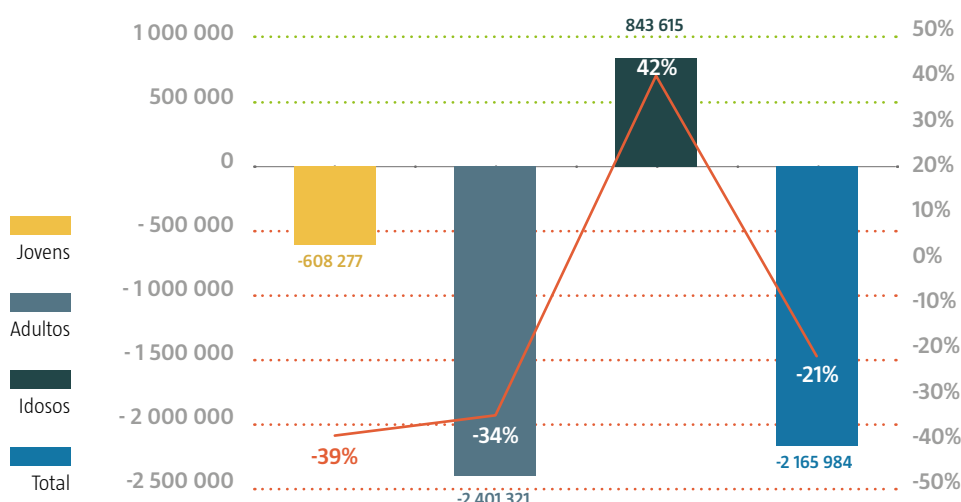


Figura 58. Projeção da variação da população em idade de trabalhar, idosa e jovem (Variação em volume e percentagem por grupos de idade, entre 2011 e 2051)



Fonte: Cálculos das autoras, baseados nas suas próprias projeções

Como “recuperar” efetivos dos grupos mais jovens e mais velhos?

a. Recuperar jovens desempregados. É na fase da transição entre o “ser estudante” para o “ser trabalhador” que os jovens conquistam a sua autonomia e independência. O desemprego dos mais jovens traz uma pressão acrescida e a sobrecarga sobre o Estado Social e a dependência fiscal sobre os jovens e futuros contribuintes agravam-se. Em 2011 existiam 5 jovens para 6 idosos, mas em 2050 haverá 1 jovem para cada 3 idosos. As implicações no crescimento económico e de equilíbrio intergeracional avizinham-se complexas. Se entre os poucos jovens que existirão no futuro próximo, poucos contribuírem com o seu trabalho em termos económicos e contributivos, que sociedade nos espera?

A pressão sobre este grupo é profunda e deve ser vista de uma forma integrada, porque vai para além do seu contributo económico-financeiro. Sobre os jovens recai a responsabilidade da renovação geracional demográfica, mas se o grupo não tiver garantias de empregabilidade, de estabilidade financeira e emocional, a probabilidade de contribuir para a natalidade tenderá a ser reduzida. É neste grupo que se constrói a base da educação formal e do futuro profissional. São os anos em que se estuda, o que se estuda e como se integra a população jovem no mercado de trabalho que determinam o futuro rendimento e consequente carreira profissional. No início da década de 90 do século XX apenas 1 em cada 2 estava inativo, mas passadas duas décadas e meia, com o aumento da escolaridade obrigatória, 2 em cada 3 jovens estão inativos. Daqueles que se encontram disponíveis para trabalhar, 32% (cerca 118 mil em 2015) está desempregado (PORDATA). Este é o ‘flagelo’ identificado com a população jovem desempregada e não inscrita em estabelecimentos de ensino ou em formação, NEET. Entre 2008 e 2013 o grupo dos NEET aumentou em quase toda a UE28, passando em Portugal de 12 para 17%. Entre os fatores de risco que levam um indivíduo a transformar-se em NEET (OCDEb, 2015) figuram os seguintes:

- **Baixa instrução.** Cerca de 1 em cada 3 NEET tem baixa instrução. Em alguns países como Espanha aproxima-se de 2 em cada 3 e em Portugal é 50%. Ter uma formação superior é um passaporte para não se ser NEET. Este facto reforça a necessidade de dotar os jovens de uma formação profissional e de instrução para reduzir os níveis de risco. Os cursos de curta duração parecem insuficientes para alterar a situação de desemprego.
- **Idade.** Mais representadas entre os NEET na OCDE, os 25-29 anos e os 16-19 anos. Apesar disto, embora os *teenagers* NEET não sejam os mais representativos, apresentam as taxas de maior persistência no grupo NEET, sendo os mais expostos ao abandono escolar precoce.
- **Igualdade de género.** Há mais mulheres que homens no contexto dos NEET, mas não em Portugal. Um dos possíveis efeitos contrários à média poderá estar na sobre representatividade feminina com instrução superior. O emprego feminino, mesmo em altura de crise, tem crescido.
- **Saúde.** A doença aumenta a probabilidade de ser NEET, designadamente a doença mental. O Estudo da OCDE (2012b) revela que 1 em cada 4 jovens entre os 15-24, sofre de alguma perturbação mental e que este fator é um obstáculo à entrada no mercado de trabalho.
- **Nível de instrução dos pais.** Em média, o nível de instrução dos pais de NEET é aproximadamente metade dos não NEET.

- **Condições de pobreza.** Cerca de 20% dos NEET têm taxas de pobreza superiores à média. Em Portugal, 1 em cada 6 jovens não NEET encontra-se em situação de pobreza, enquanto a realidade para os NEET é de 1 em cada 3.

b. Recuperar idosos inativos. Em Portugal, cerca de 240 mil indivíduos com 65+ anos (18% do total) encontram-se a trabalhar. Sendo 65 anos um limite clássico (apesar de recentemente alterado) para a idade da reforma oficial, significa que existe um conjunto de pessoas que está disponível para prolongar a atividade, seja por vontade ou por necessidade. Para que haja mais trabalhadores no ativo e menos pensionistas, as reformas políticas nos sistemas de *pay-as-you-go* têm-se baseado no avanço da idade de reforma. Mas este avanço deve ser acompanhado pela análise do mercado de trabalho. Há que saber se existem empregos, pois aumentar a idade de reforma sem emprego efetivo pode gerar estruturalmente mais desemprego em todas as idades. Por isso, as medidas de política de aumento de idade de reforma devem ser acompanhadas de estímulos à economia e ao investimento para que haja necessidade efetiva de contratar trabalhadores.

As projeções avançadas no **Capítulo 2** apontam para que em 2050 os maiores de 65 representem 25% da população total e os de 85+ anos tripliquem, o que irá aumentar a pressão no sistema, caso o atualmente em vigor não sofra mudanças. Mas mesmo num caso hipotético, em que o nível de pensionistas se mantenha estável, se o emprego diminuir ou o desemprego aumentar a pressão financeira agrava-se sobre o Estado (Parlamento Europeu, 2013).

Como aumentar o emprego numa economia ainda em recuperação lenta de uma crise? Esse é o desafio. A evidência de estudos (Comissão Europeia) demonstra que medidas isoladas, direcionadas estritamente para aumentar o emprego nos grupos mais jovens ou para reter os trabalhadores mais velhos, não trazem comprovada eficiência. O estudo da Comissão Europeia defende a promoção de políticas de emprego que combinem o emprego jovem com a retenção dos mais idosos. Desmistifica também a ideia quanto às vantagens potenciais de enviar os trabalhadores mais velhos para a reforma para dar lugar aos mais jovens, sublinhando que essa decisão não é de *per si* um estímulo à entrada de jovens, porque estes trabalhadores não competem necessariamente entre si. Assim, que medidas para aumentar o emprego dos trabalhadores mais jovens e mais velhos e mitigar efeitos demográficos? As propostas vão no sentido de combinar habilmente as mudanças demográficas com reformas nos sistemas de pensões, reestruturação e flexibilização do mercado de trabalho e medidas para debelar a crise económico-financeira. O mesmo estudo aponta para três conjuntos de medidas direcionadas para grupos etários na base e no topo da pirâmide etária e na conjugação de ambos:

1. Políticas dirigidas à entrada de jovens no mercado de trabalho

- Prevenir o abandono escolar e reduzir o número de jovens entre os 18-24 que abandonaram a escola com nível equivalente ou inferior a secundário, e que não seguiram para universidade ou não se encontram em formação.
- Desenvolver programas de formação que façam a ponte entre o sistema de ensino e o emprego. Alguns países desenvolveram com sucesso programas de formação vocacional de aproximação à vida ativa. A Áustria é apontada como exemplo.

Tem um sistema de formação vocacional dual, gerido pelos trabalhadores, sindicatos e governo, que combina a aprendizagem *on-the-job* e em contexto de sala de aula com responsabilização e um acompanhamento contínuo.

- Proteção do Emprego. A proteção laboral tem um efeito dúbio: se num período de crise a alta proteção laboral faz com que o mercado seja mais rígido e aparentemente amortece o efeito da crise, pois para os patrões é mais difícil despedir, conhecido é o efeito de mercados de trabalho menos flexíveis. Em mercados rígidos há menos contratações, logo menos emprego. E o que acaba por existir em países como Portugal e Espanha é um mercado de trabalho dicotómico, onde coexistem trabalhadores com contratos praticamente vedados, altamente protegidos, geralmente mais velhos, e trabalhadores com contratos precários, emprego altamente flexível, geralmente com trabalhadores mais jovens e mais fáceis de despedir.
- Políticas ativas de emprego. Medidas que pretendem incentivar a contratação ou a formação de trabalhadores e que podem ser entendidas como subsídios à contratação de trabalhadores. Alguns países (a Finlândia e a Suécia, por ex.) usaram estas medidas para evitar períodos de desemprego longos, pois sabe-se que a dificuldade de reentrar no mercado aumenta à medida que aumenta o período de desemprego. Outras medidas enquadráveis neste ponto são as de promoção de autoemprego ou de empreendedorismo.
- Reformas do sistema de benefícios sociais que visam estimular a procura ativa de emprego, para que os jovens não se sintam tentados a substituir emprego por subsídios.

2. Políticas para evitar a saída precoce de trabalhadores mais velhos

Reformas da Segurança Social:

- a. Indexar a idade da reforma ao avanço da esperança média de vida. As reformas iniciadas pela UE para uniformizar a idade de reforma nos vários países são apontadas como medidas positivas e eficazes para encorajar mais trabalhadores a trabalhar até mais tarde;
- b. Conceder subsídios temporários aos desempregados mais velhos, dando-lhes tempo para procurar atividades mais adequadas às suas competências e experiência de vida, o que gera um crédito adicional para o mercado de trabalho;
- c. Garantir benefícios de saúde direcionados para as necessidades dos trabalhadores mais velhos, nomeadamente em caso de acidente de trabalho.

Reformas e incentivos fiscais:

O sistema fiscal está construído na base no rendimento auferido. Alargar o leque fiscal e encontrar novas formas de indexação (por exemplo indexar impostos à idade) pode debelar ou mitigar riscos de saída antecipada. Diminuir impostos em idades mais avançadas pode incentivar trabalhadores a permanecer no mercado de trabalho até mais tarde.

Reformas no Mercado de Trabalho:

Estimular a permanência no mercado de trabalho de trabalhadores mais velhos, passa por incentivos como bónus financeiros a trabalhadores entre 61 e 65 anos.

3. Medidas que promovam ambos os grupos

Emprego e intergeracionalidade

Medidas que constroem pontes de partilha de conhecimento entre trabalhadores mais velhos e jovens. Os mais velhos passam o seu conhecimento intrínseco e os mais novos os seus conhecimentos em novas tecnologias. Inclui:

- a. formação ao longo da vida;
- b. maior proporcionalidade na distribuição fiscal entre trabalhadores, não trabalhadores e pensionistas;
- c. reformas na proteção laboral;
- d. aumento da taxa de atividade da população.

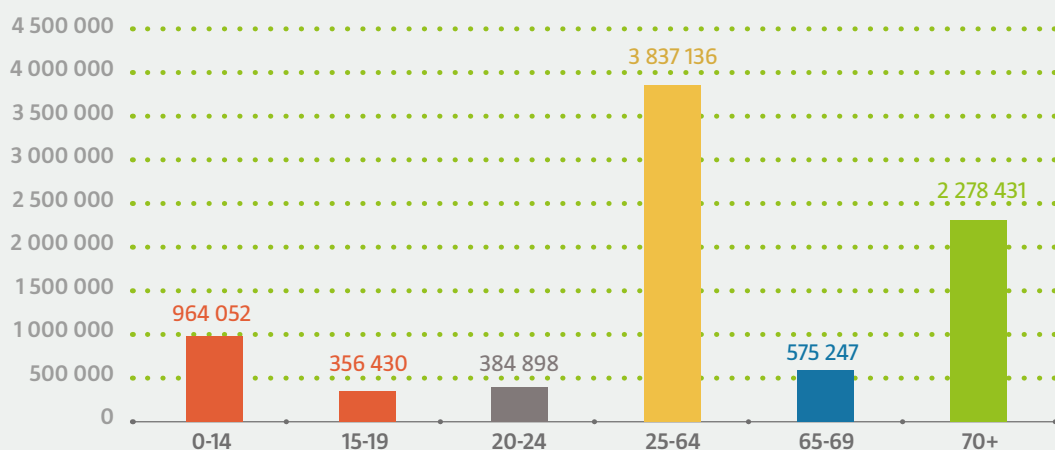
Em Portugal, se considerarmos a população mais velha que potencialmente pode ser retida no mercado de trabalho, podemos estar a falar de cerca de 575 mil indivíduos que passariam a fazer parte da ‘nova população ativa’ portuguesa. Embora significativo, trata-se de um valor insuficiente para mitigar o peso acrescido da massa pensionista, pelo que, mesmo considerando o impacto positivo do alargamento da idade ativa, é certo que deverão ser associadas outras reformas fiscais para garantir novos contribuintes. A síntese apresentada na **Figura 59** procura combinar as medidas que a diferentes níveis e para diferentes grupos etários e setores de atividade podem incentivar a empregabilidade dos mais jovens e reter trabalhadores mais velhos e durante mais tempo no mercado de trabalho. Dividimos as nossas propostas baseadas nas da Comissão Europeia, em função dos diferentes grupos etários que, em nosso entender, deverão ser objeto de medidas diferenciadas, mantendo uma correspondência entre as cores escolhidas no gráfico e na Tabela.

Para que no futuro seja possível aumentar a população ativa há que combinar medidas preventivas para evitar “desperdício” de jovens no desemprego. Propomos que os jovens sejam vistos como um grupo alargado dos 0 aos 19 anos. O ensino deve ser orientado para fazer permanecer os jovens no sistema escolar e evitar o abandono precoce, evitando que se tornem futuros NEET, o que passa por apostar em áreas mais criativas e dinâmicas e dotar os jovens de competências menos tradicionais. Se o ensino clássico não motiva alguns jovens, devem encontrar-se alternativas, estimulando o empreendedorismo e o desenvolvimento de competências para além das tradicionais disciplinas e saberes teóricos. Neste grupo será possível “ganhar” até um máximo de 1,3 milhões de trabalhadores.

No grupo dos 20 aos 24 anos sugerem-se medidas preventivas, com o desenvolvimento de formação e aproximação à vida ativa e aprendizagem on-the-job, promovendo quando possível a subida dos níveis de qualificação. Um investimento intensivo nos grupos etários até aos 24 anos poderá evitar desemprego, desinteresse e dificuldade em entrar no mercado de trabalho. Deve ainda ser evitada a desadequação entre a formação superior e a disponibilidade de absorção do mercado de trabalho. Neste grupo será possível “ganhar” até um máximo de 385 mil trabalhadores.

No relativo à população dos 25-64 anos sugere-se a promoção de políticas ativas de emprego (como o autoemprego e o empreendedorismo) e a manutenção de planos formativos ajustados às necessidades do mercado de trabalho e à evolução e progressão de carreira individual, favorecendo a transição interprofissões e carreiras para indivíduos com trajetos contributivos mais longos. A proteção laboral portuguesa promove a desigualdade entre trabalhadores: existem trabalhadores com contratos

Figura 59. Portugal. População por grupos de idade em 2051



Combinação de Medidas para incentivar a empregabilidade jovem e a retenção de trabalhadores

0-19 anos	20-24 anos	25-64 anos	65-69 anos	70+ anos
<ul style="list-style-type: none"> • Permanência no Sistema de Ensino obrigatório • Prevenir abandono escolar precoce • Medidas anti-NEET 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver Programas de formação vocacional de aproximação à vida ativa • Aprendizagem <i>on-the-job</i> • Prevenção da saúde mental • Promoção da formação superior 	<ul style="list-style-type: none"> • Políticas ativas de Emprego: auto-emprego e empreendedorismo • Reformas na Proteção laboral para estimular a empregabilidade • Esbater diferenças contratuais entre trabalhadores jovens e mais velhos • Formação ao longo da vida 	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema fiscal mais favorável à permanência no Mercado de Trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> • Reforma fiscal: maior proporcionalidade fiscal entre trabalhadores e pensionistas

Fonte: Elaboração das autoras

praticamente “vedados” ao despedimento (tradicionalmente os mais velhos) e trabalhadores com escassa proteção laboral (tradicionalmente os mais jovens). A redução das diferenças entre estas situações contratuais contribuiria para um mercado mais flexível e estimulante ao investimento. Neste grupo será possível “ganhar” até um máximo de 3,8 milhões de trabalhadores.

No grupo identificado a azul (65-69 anos) as medidas passam por estimular a permanência no mercado de trabalho até mais tarde, combinando incentivos fiscais com profissionais e de prevenção de doenças físicas e mentais. Neste grupo será possível “ganhar” até um máximo de 500 mil trabalhadores. No referente aos efetivos com 70 e mais anos propomos uma maior proporcionalidade entre a vida contributiva e a vida inativa.

Será importante desenvolver novos mecanismos de solidariedade entre gerações, promover uma melhor integração dos mais jovens na sociedade e apostar na redefinição dos ciclos de vida ativa, eliminando o seu carácter rígido e estanque e criando enquadramentos flexíveis que possam ser compatíveis com a vontade dos cidadãos. Não podem existir reformas sem o apoio da população. A criação de uma segunda vida ativa para os novos idosos parece ser um elemento chave.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise alargada em termos cronológicos que realizamos no **Capítulo 1** permitiu identificar as grandes linhas de tendência demográfica e algumas características da sociedade portuguesa. Permitiu também apontar vetores e áreas de caráter socioeconómico cuja evolução nas últimas décadas retratam uma época de profundas mudanças, a que não será estranho o processo de integração europeia, embora nele não se esgote. A análise privilegiou os aspetos que entendemos serem, de *per si* e em articulação com os restantes, os motores da transformação da realidade social portuguesa: as novas dinâmicas demográficas, os níveis globais e distribuição de bem-estar social e qualidade de vida e os moldes e as hesitações do Estado Social, destacando os setores da educação, da saúde e do emprego.

A evolução da dinâmica populacional e da composição e estrutura da família, que continua a ser a unidade-base da sociedade portuguesa, acompanha a tendência europeia: triplo envelhecimento das estruturas etárias, diminuição do volume de residentes, dependência face às migrações, famílias mais pequenas e mais diversas.

O aumento do envelhecimento demográfico é um dos maiores desafios da sociedade portuguesa, com consequências a nível económico e social que não têm necessariamente de ser negativas, mas que exigem planeamento e uma mudança de paradigma (Nazareth, 2009; Rosa, 2012), sobretudo num contexto de saldos naturais e migratórios negativos e com uma situação de declínio populacional. A mudança demográfica vai trazer novas prioridades políticas na esfera de saúde, das infraestruturas educativas e de apoio social direcionado para os diferentes grupos etários. Problemas sociais de pobreza, desigualdade, exclusão e isolamento acentuam a necessidade de reflexão sustentável e integrada sobre a programação e planeamento dos equipamentos públicos. Entre eles cumpre destacar como aspetos gerais:

- a. a melhoria dos níveis de cobertura, equidade, acessibilidade, eficácia e eficiência dos sistemas educativos e de saúde;
- b. a maximização da utilização dos recursos e equipamentos existentes;
- c. a necessidade de efetuar um diagnóstico que considere os principais problemas a uma escala regional;
- d. a urgência de definir prioridades e efetuar uma intervenção articulada e proactiva, no sentido de inverter as tendências de despovoamento do interior rural (Rodrigues, Moreira, 2011).

Portugal figura entre os 10 países do mundo que perderam mais população desde 2010 (Banco Mundial). Entre 2013 e 2015, o total de residentes reduziu-se em 112 mil efetivos, o que corresponde a uma descida de 1,2%. Estes números são ainda mais preocupantes porque não incluem os emigrantes temporários, que são contabilizados como residentes, mas que estão fora do país. O total de emigrantes temporários aumentou 14% no último ano de 2014, passando de 74 322 em 2013 para 85 052 a 31 de dezembro de 2014 (INE, Destaque, 30 out).

O total de residentes no país diminuiu por vários fatores:

- a. Portugal deixou de ser atrativo para a imigração;
- b. a emigração de cidadãos portugueses não deixa de aumentar;
- c. a natalidade não dá sinais de subida.

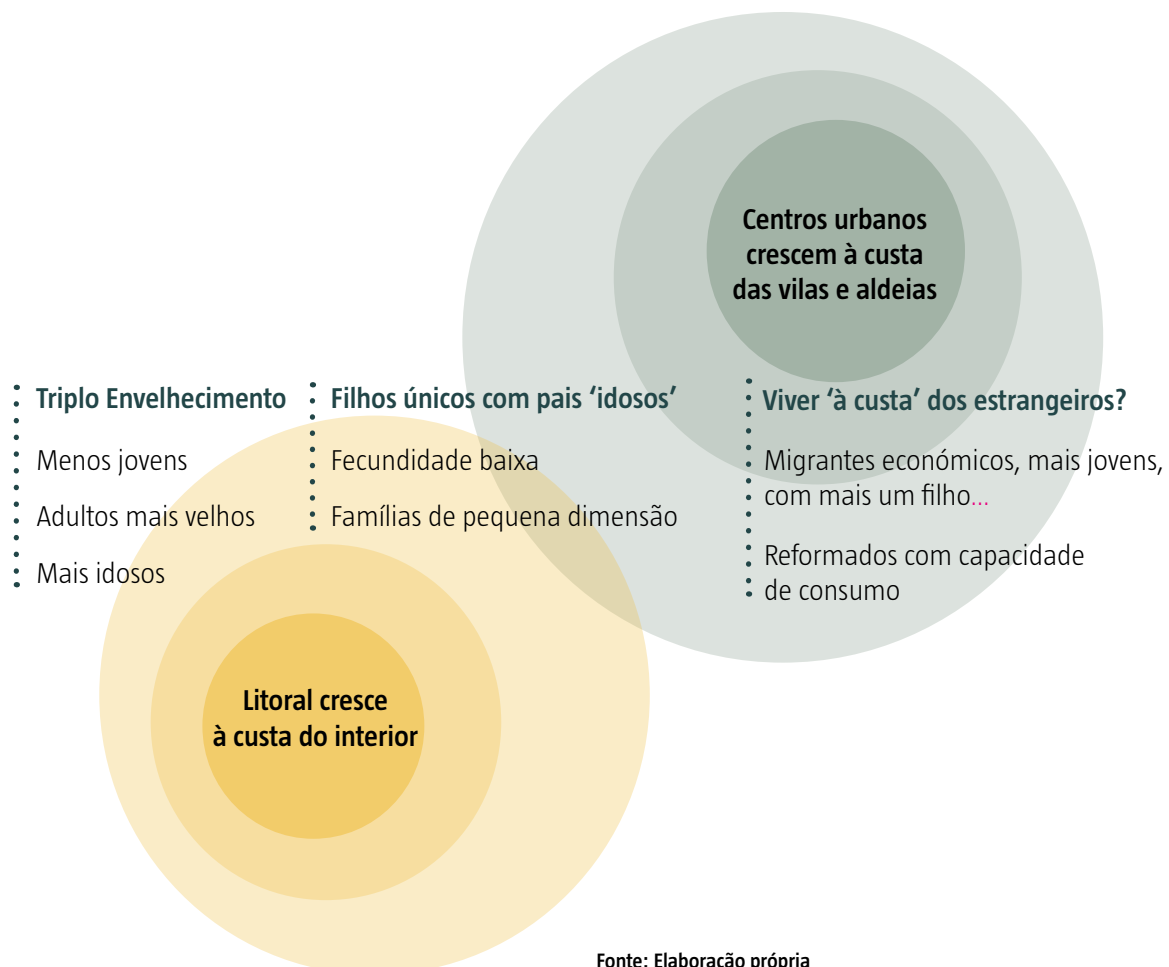
De acordo com as estimativas elaboradas pelo INE seremos 8-9 milhões ou menos em 2060, não se prevendo a alteração significativa da situação atual.

A análise da situação atual permite detetar algumas características da sociedade portuguesa que podem representar fatores de risco para o futuro [Figura 60]. Destacamos três desses factores: o envelhecimento das estruturas etárias da população, a incapacidade de garantir a renovação das gerações e a dependência face às migrações.

O primeiro decorre do **triplo envelhecimento das estruturas etárias**, causado pela redução progressiva do peso da população com idade inferior a 19 anos, o aumento da percentagem de adultos com 55 ou mais anos e sobretudo pela subida da idade média dos adultos em idade ativa (20-65 anos). Todas as projeções preveem a sua manutenção e agravamento nas próximas décadas, gerado pelo fenómeno de inércia demográfica.

O triplo envelhecimento tem uma relação próxima com os dois outros fatores enunciados: Portugal é hoje um país de **filhos únicos com pais mais velhos** do que na segunda metade do século XX, e as potenciais melhorias introduzidas pelo ligeiro aumento dos níveis de fecundidade observado em 2014 (passou de 1,21 para 1,23 filhos por mulher),

Figura 60. Portugal. Fatores de risco



não representou a inversão do cenário de muito baixa fecundidade previsto para os próximos anos. Em 2014, o total de nascimentos voltou a descer, porque existem cada vez menos mulheres em idade fértil, pese embora o facto das mães portuguesas terem os seus filhos cada vez mais tarde (INE, Destaque, 30out). A não confirmação das estimativas que apontam para a possibilidade de Portugal em 2100 não ter mais de 7,5 milhões de habitantes dependerá do sucesso das medidas implementadas para recuperar a taxa de fecundidade (Azevedo, 2014, e Andreev, 2015).

Inverter o saldo negativo da população é difícil e praticamente impossível no curto prazo. Partindo deste princípio, podemos optar por criar condições de atração de imigrantes e estancar a saída dos emigrantes (na sua maioria jovens, qualificados e em idade de casar e de ter filhos); ou aumentar a imigração para compensar parte das perdas devidas à emigração e à quebra da natalidade (neste caso, colmatando o défice entre nascimentos e óbitos). Neste momento, o número potencial dos que saem do mercado de trabalho é superior ao dos que entram (INE, Destaque, 30 out), e destes, uma parte não nasceu em Portugal. Estes são mais jovens, têm mais filhos e alguns optam por habitar em zonas menos procuradas pelos cidadãos nacionais, o que representa um benefício para mitigar o fenómeno de desertificação do interior e das áreas rurais. O mesmo sucede com os imigrantes temporários, muitos dos quais procuram em Portugal um local com boas condições para viver as suas reformas.

Assim, o envelhecimento das estruturas de idade, a fecundidade e as migrações são os vetores estratégicos em que devem incidir, em nosso entender, as reflexões e propostas estratégicas de atuação em termos de políticas públicas, no sentido de agir sobre este cenário que parece sombrio.

O cenário de envelhecimento demográfico introduz desafios à forma como a sociedade se encontra organizada em termos de estruturas de apoio e relações sociais. Os cenários prospetivos indicam que a situação do envelhecimento demográfico irá agravar-se (Martins, Rodrigues e Rodrigues, 2014:130). Uma sociedade com uma população mais envelhecida pode enfrentar maiores contrariedades económicas, aumentando o risco de desaceleração nos níveis de empreendedorismo e nos ritmos de inovação, um agravamento nos custos indiretos do trabalho, na medida em que existirá uma população ativa menor a contribuir para um sistema de apoio social com maiores gastos potenciais, a diminuição no consumo e uma maior flexibilidade laboral (Rosa, 2012:24). Populações mais envelhecidas apresentam níveis de conservadorismo mais elevados, estando por isso mais avessas às mudanças necessárias para inverter o despovoamento (Martins, 2006:126), menos disponíveis para o progresso tecnológico e menos colaborativas com práticas ambientais mais sustentáveis.

No limite é todo o modelo de Estado Social que está, a médio prazo, ameaçado. Contudo, ao invés de se considerarem somente os desafios colocados pelo envelhecimento demográfico, devemos considerar algumas das oportunidades que o mesmo pode potenciar eliminando a carga negativa associada ao fenómeno de envelhecimento demográfico e desenvolvendo um discurso positivo, que altere a forma como os idosos são percecionados pela sociedade. A população com idade igual ou superior a 65 anos pode ter um papel económico mais relevante no futuro próximo, com impacto no processo produtivo, no uso das poupanças e na transmissão do património, pode potenciar a criação de novos cursos, novas profissões e novos produtos direcionados para as necessidades ou interesses específicos dos idosos (INE, 2002: 189).

Em suma, apesar dos inúmeros desafios colocados pelo envelhecimento coletivo demográfico, há também vários benefícios sociais que uma população mais envelhecida pode proporcionar, cabendo aos decisores políticos a promoção de novas políticas que visem maximizar a população existente em diferentes domínios.

Até hoje, a forma de lidar com o crescimento da população idosa foi baseada em opções políticas de transferência de prestações da população ativa para a inativa. Foi esta transferência, assegurada pelo Estado, que garantiu parâmetros mínimos de qualidade de vida à população idosa, já que antes, essas transferências não eram contabilizadas e aconteciam essencialmente dentro do circuito familiar (Nazareth, 1979:204). No entanto, esta realidade deixou de ser sustentável e é forçoso encontrar outro tipo de respostas. Trata-se de reavaliar o papel do idoso na sociedade e efetuar um debate alargado nessa mesma sociedade sobre o envelhecimento demográfico, que possa trazer novas respostas para uma questão já antiga.

É preciso que a sociedade portuguesa encare a mudança em curso. Na **Tabela 16** resumizamos alguns dos factos e figuras desta mudança e apresentamos algumas propostas de ação. A responsabilidade da sua adaptação e mitigação não se deve limitar à ação dos decisores políticos, mas deve ser estendida aos diferentes atores com responsabilidade em termos económicos e sociais (empregadores, *stakeholders*, mas também líderes de opinião, líderes religiosos) e aos cidadãos. Nenhuma mudança será possível sem que exista uma coincidência entre o enquadramento legislativo previsto pelas políticas de população (públicas e privadas) e as escolhas individuais. O discurso que predomina na sociedade portuguesa continua a ser o de delegar nos responsáveis políticos o futuro da população portuguesa, mas esta aparente passividade deve ser substituída por atitudes proactivas, complementando a ação de cidadãos com a ativação política.

A incapacidade das políticas e outras iniciativas pontuais – como o debate do tema orientado pelos Media, por exemplo –, demonstradas nas últimas décadas, para inverter o sentido negativo do volume de nascimentos e por consequência da dimensão dos grupos mais jovens, tem impacto no futuro. Reduz as expectativas face ao volume de população adulta ativa a médio e longo prazo, a menos que a falta de crianças e futuros adultos seja compensada com entrada de outras crianças e jovens. Numa perspetiva estritamente económica, a solução pode ser esta, desde que estejam reunidas as condições de atratividade migratória. Mas trata-se apenas de economia? Que sociedade será a nossa se os nossos jovens e adultos ativos forem ‘não nascidos’ em Portugal? Será importante ou irrelevante? Resolverá a questão a médio, longo prazo ou será apenas uma medida *ad hoc*?

Assumir a existência de uma população mais velha, mais reduzida, mais instruída, mais saudável e mais diversificada permitirá adequar recursos a medidas que se pretendem verdadeiramente eficazes.

O sucesso do *(re)birth* de Portugal passará pela capacidade de articular e integrar as certezas e incertezas no horizonte 2050, mitigando o impacto dos fatores negativos e potenciando os efeitos dos fatores positivos, sendo certo que tomar decisões em contextos de incerteza requer conhecimento, ponderação, coragem e alguma intuição. Esperamos que este trabalho tenha conseguido apurar estas características, para uma tomada de decisão mais informada, porque assente em factos, e mais criteriosa, porque assente numa análise reflexiva e crítica.

Tabela 16. Portugal, 2016-2050. Alguns Desafios e Oportunidades

Demográficos	
Desafios	Propostas
<p>Diminuição da população:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Menos 2,2 milhões de portugueses em 2050 • Menos 21% de portugueses (uma perda média de 54 mil por ano) • Níveis populacionais de 1950 <p>Mudança do perfil da população:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Hoje, por cada 20 portugueses, 3 são jovens, 13 são potencialmente ativos e 4 são idosos • Em 2050, por cada 20 portugueses, 2 serão jovens, 11 serão potencialmente ativos e 7 serão idosos <p>Diminuição da população em idade de trabalhar:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Em volume: menos 2,4 milhões (2011 – 7 milhões; em 2050 – 4,6) • Em percentagem: menos 34% • Relativamente aos dependentes: menos 11,5% (2011 – 66% ativos; em 2050 – 54,5% ativos) <p>Aumento dos <i>ratios</i> de dependência:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Ratio</i> de dependência (idosos) duplica (2011 – 29%; em 2050 – 62%) • <i>Ratio</i> de dependência (total) passará de 51% para 83% • Em 2011, havia 5 jovens por cada 6 idosos; em 2050 haverá 1 jovem por cada 3 idosos • Em 2011, por 4 dependentes (fora da idade ativa), havia 8 pessoas em idade ativa; em 2050, por 4 dependentes, haverá 5 em idade potencialmente ativa 	<p>Políticas Migratórias e de Natalidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assumir um novo paradigma nacional baseado numa população mais reduzida, mais velha, mais saudável, mais instruída, mais plural • Importar para mitigar o declínio demográfico – Imigração • Recuperar para mitigar o declínio demográfico – Emigração • Políticas de migração que garantam a total integração dos estrangeiros residentes • Remover obstáculos legais (credito, proteção no emprego, apoio familiar) • Recuperar para mitigar o declínio demográfico – Natalidade • Remover obstáculos a quem deseja constituir uma família numerosa • Atuar nas condições de vida da família numa perspetiva logística • Melhorar a qualidade do tempo (conciliar vida profissional e familiar)
Económicos	
Desafios	Propostas
<p>Mercado de Trabalho:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atualmente os jovens representam o grupo mais frágil, a situação de desemprego e de diminuição de oferta de emprego neste grupo agravou-se durante o período de crise • O desemprego jovem é uma ameaça ao Estado Social, à natalidade, ao equilíbrio social <p>Estado Providência:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Numa sociedade que envelhece, a sobrecarga sobre o Estado Social intensifica-se e a dependência fiscal sobre os jovens agrava-se 	<p>Políticas de Emprego:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Combinação de medidas para incentivar a empregabilidade jovem e reter trabalhadores mais velhos • Recuperar para mitigar declínio da população ativa • Prevenir o abandono escolar • Programas de formação vocacional de aproximação à vida ativa • Políticas ativas de emprego • Flexibilizar a idade da reforma • Reforma Fiscal: maior proporcionalidade entre trabalhadores e pensionistas • Medidas que favorecem a permanência no mercado de trabalho • Medidas de igualdade de género no mercado de trabalho • Encontrar equilíbrio entre as transferências intergeracionais • Aumento da taxa de atividade da população

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, A., MARTINS, M. (2003). "O crescimento da produtividade da indústria Portuguesa no século XX". Porto: CEMPPE, Faculdade de Economia da Universidade do Porto

AHUJA, V., FILMER, D. (1995). *Educational attainments in developing countries: new estimates and projections disaggregated by gender*. Policy Research Working Paper Series 1489. [Consultado em: 30 outubro 2015]
Disponível em: <http://elibrary.worldbank.org/content/workingpaper/10.1596/1813-9450-1489>

ALESSANDRI, E. (2013). *The future of Mediterranean Europe: between the Euro Crisis and Arab Revolution. A Reflection on the seventh meeting of the Mediterranean Strategy Group*. Mediterranean Paper Series, GMF, 18pp [Consultado em: 30 outubro 2015]

ATAÍDE, J., DIAS, P. (coord.) (2012). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo – 2011*. Oeiras: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, 2012, p.16. [Consultado em: 20 agosto 2013] Disponível em: http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2011.pdf

AZEVEDO, Joaquim (coord.) (2014). *Por um Portugal amigo das crianças, das famílias e da natalidade (2015-2035): Remover os obstáculos à natalidade desejada*, Instituto Francisco Sá Carneiro, julho 2014

AYADI, R., SESSA, C. (2013). *Scenarios Assessment and Transitions towards a Sustainable Euro-Mediterranean in 2030*, European Commission, Policy Paper n.º 9, July 2013

BACCI, M., TAPINOS, G. (1999). "Économie et population", in: J.-P. Bardet et J. Dupaquier (dir.), *Histoire des Populations de l'Europe, III. Les temps incertains, 1914-1998*. Paris: Ed. Fayard

BAGANHA, M. I., MARQUES, J. C. (2001). "População", in: N. Valério, *Estatísticas Históricas Portuguesas*. Lisboa: INE, pp.33-126

BAGANHA, M.I. (2005). "Política de imigração: A regulação dos fluxos". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 73, pp.29-44

BANDEIRA, M. L. (dir.) (2014). *Dinâmicas Demográficas e Envelhecimento da População Portuguesa (1950-2011): Evolução e Perspetivas*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos

BANDEIRA, M.L. (2004). *Demografia: Objeto, Teorias e Métodos*. Lisboa: Escolar Editora

BARDET, J.-P., DUPAQUIER, J. (1998). *Histoire des Populations de l'Europe, II. La Révolution Démographique (1750-1914)*. Paris: Ed. Fayard

BARRETO, A. (2000). *A Situação Social em Portugal 1960-1999: Indicadores sociais em Portugal e na União Europeia*, volume II. Lisboa: ICS

BARROS, P.P. (2003). "Estilos de vida e estado de saúde: uma estimativa da função de produção de saúde". *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, volume III

BEREND, I.T. (2006). *An Economic History of Twentieth-Century Europe*. Cambridge: University Press

BLAYO, Y. (1975). "La mortalité en France de 1740 à 1829", *Population*, pp.123-141

BLOOM, D. E., CANNING, D., GRAHAM, B. (2003). "Longevity and Life Cycle Savings", *Scandinavian Journal of Economics*. Blackwell Publishing, volume 105 (3), pp.319-338

BLOOM, D. E., CANNING, D., MOORE, M. (2004). "The Effects of Improvements in Health and Longevity on Optimal Retirement and Saving". NBER Working Paper n.º 10919

BLOOM, D. E., CANNING, D., SEVILLA, J. (2002). *The Demographic Dividend: A New Perspective on the Economic Consequences of Population Change*. Santa Monica: RAND

BLOOM, D. E., WILLIAMSON, J. G. (1998). "Demographic transitions and economic miracles in emerging Asia". *World Bank Economic Review*, volume 12 (3), pp.419-455

BLOOM, D., CANNING, D., FINK, G. (2011). "Implications of population aging for economic growth". NBER Working Paper n.º 16705

BLOOM, D.E., CANNING, D., FINK, G., FINLAY, J. (2007). "Demographic Change, Institutional Settings and Labor Supply". Mimeo PGDA: Harvard University

BLOOM, D.E., CANNING, D., FINK, G., FINLAY, J. (2007). "Fertility, Female Labor Force Participation and the Demographic dividend". NBER Working Paper n.º 13583.

- BLOOM, D.E., CANNING, D., MANSFIELD, R., MOORE, M. (2007). "Demographic Change, Social Security Systems, and Savings." *Journal of Monetary Economics*, volume 54(1), pp.92-11
- BUCKLEY, N.J., DENTON, F.T., ROB, L.A. & SPENCER, B.G. (2003). *Healthy aging at older ages: are income and education important?*. Social and Economic Dimensions of an Aging Population. Research program supported by Social Science and Humanities Research Council of Canada, Statistics Canada, and Canadian Institute for Health Information. Ontario
- CABRAL, M.V., SILVA, P.A., MENDES, H. (2002). *Saúde e Doença em Portugal*. Lisboa: ICS
- CALDWELL, JC. (1985). "Education and literacy as factors in health", in: S.B. Halstead, J.A. Walsh, K.S. Warren (eds), *Good Health at Low Cost*. New York: Rockefeller Foundation, pp.181-185
- CANNAN, E. (1895). "The probability of a cessation of the growth of population in England and Wales during next century". *The Economic Journal*, volume 5, N.º 20, pp.505-515
- CANUDAS-ROMO, V., GLEI, D., GÓMEZ-REDONDO, R., COELHO, E., BOE, C. (2008). "Mortality changes in the Iberian Peninsula in the last decades of the twentieth century", in: *Population*, volume 63 (2). Institut National d'Études Démographiques, pp. 319-344
- CARCILLO, S. et al. (2015). "NEET Youth in the Aftermath of the Crisis: Challenges and Policies", OECD Social, Employment and Migration Working Papers, No. 164, OECD Publishing. [Consultado em: 20 setembro 2015] Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1787/5js6363503f6-en>
- CARRILHO, M. J. (2005). "Metodologias de cálculo das projecções demográficas: aplicação em Portugal", in: *Revista de Estudos Demográficos*, 37 (1), pp.5-24 [Consultado em: 20 setembro 2015] Disponível em: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=378782&PUBLICACOESmodo=2
- CARRILHO, M. J. (2008). "A situação Demográfica recente em Portugal", in: *Revista de Estudos Demográficos*, 42, INE
- CASELLI, G., MESLÉ, F., VALLIN, J. (1999). "Le triomphe de la médecine", in: J.-P. Bardet et J. Dupaquier (dir.), *Histoire des Populations de l'Europe, III. Les temps incertains, 1914-1998*. Paris: Ed. Fayard
- CASELLI, G., VALLIN, J., WUNSCH, G. (2004). *Démographie: analyse et synthèse*, volume I Paris: INED
- CAVELAARS, A.E.J.M., KUNST, A.E., GEURTS, J.J.M., CRIALESI, R., GROTVEDT, L., HELMERT, U., LAHELMA, E., LUNDBERG, O., MATHESON, J., MIELCK, A., MIZRAHI, A., MIZRAHI, A., RASMUSSEN, N.K., REGIDOR, E., SPUHLER, T., MACKENBACH, J.P. (1998). "Differences in self-reported morbidity by educational level: A comparison of 11 Western European countries", *Rotterdam: J. Epidemiol Community Health*, 52, pp.219-227
- CHESNAIS, J.-C. (1986). "La transition démographique: étapes, formes, implications économiques. Étude de séries temporelles (1720-1984) relatives à 67 pays. Présentation d'un Cahier de l'INED", in: *Population*, volume 41 (6). Paris: PUF/INED, pp.1059-1070
- CINGANO, F. (2014). "Trends in Income Inequality and its Impact on Economic Growth", OECD Social, employment and migration working papers, n.º 163. OECD. Paris [Consultado em: 20 setembro 2015] Disponível em: http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/social-issues-migration-health/trends-in-income-inequality-and-its-impact-on-economic-growth_5jxjncwvx6j-en#page9
- COALE, A. (1973). "The demographic transition", in: *Proceedings of the IUSSP Conference*, Liège, pp.177-211
- COALE, A. J. (1983). *Regional model life tables and stable populations: Studies in Population*, New York: Academic Press, p.496
- COALE, A. J., DEMENY, P. (1966). *Regional model life tables an stable populations*. Princeton: Princeton University Press
- COALE, A., WATKINS, S. (1986). *The Decline of Fertility in Europe*. Princeton: Princeton University Press
- COMISSÃO EUROPEIA. (2015). *Spring Forecasts 2015, Portugal*. [Consultado em: 20 setembro 2015] Disponível em: http://ec.europa.eu/economy_finance/eu/forecasts/2015_spring/pt_en.pdf
- CÓNIM, C. (1999). *Geografia do envelhecimento da população portuguesa: Aspectos sociodemográficos 1970-2021*. Departamento de Prospectiva e Planeamento. Lisboa.

- DALKEY, N. (1967). *Delphi*. Santa Mónica, California: The RAND Corporation
- DENTON, M., PRUS, S., WALTERS, V. (2004). "Gender differences in health: a Canadian study of the psychosocial, structural and behavioural determinants of health", in: *Social Science & Medicine*, volume 58 (12), pp. 2585-2600
- DUMONT, A. (1890). "Le progrès de la natalité est en raison inverse de la capillarité sociale"
- DURÁN MUÑOZ, R. (2012). "Atractivo de España para los jubilados europeos: del turismo a la gerontoinmigración", in: *Panorama Social*, 16, 2.º semestre, pp. 151-165
- DUSTMANN, C., GLITZ, A. (2011). "Migration and Education", in: E. A. Hanushek, S. J. Machin, L. Woessmann (eds.), *Handbook of the Economics of Education*, volume 4. Amsterdam: North Holland
- EASTERLIN, R.A. (1980). *Birth and Fortune: The impact of numbers on personal welfare*. New York: Basic Books
- EUROPEAN COMMISSION (2010). *GREEN PAPER. towards adequate, sustainable and safe European pension systems*. COM(2010)365 final
- EUROPEAN COMMISSION (2012). *WHITE PAPER. An Agenda for Adequate, Safe and Sustainable Pensions*. COM(2012)55 final
- EUROPEAN COMMISSION (2014). *Increasing the Impact of EU Development Policy: An Agenda for Change*, [Consultado em: 20 setembro 2015] Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX%3A52011SC1172&qid=1412922578329&from=EN>
- EUROPEAN COMMISSION (2014). *Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Relatório sobre a implementação da abordagem global para a migração e a mobilidade 2012-2013* [Consultado em: 20 setembro 2015] Disponível em: http://ec.europa.eu/dgs/secretariat_general/relations/relations_other/npo/docs/portugal/2014/com20140096/com20140096_assembleia_opinion_pt.pdf
- EUROSTAT (2007). *Europe's demographic future: facts and figures on challenges and opportunities*. Bruxelas : European Commission
- EUROSTAT (2014). *Key figures on Europe*. Pocket Book [Consultado em: 20 setembro 2015] Luxembourg: Publications Office of the European Union. Disponível em: <http://ec.europa.eu/eurostat/documents/3930297/6309576/KS-El-14-001-EN-N.pdf/4797faef-6250-4c65-b897-01c210c3242a>
- EUROSTAT (2015a). *Being young in Europe today*, Statistical Books [Consultado em: 20 setembro 2015]
- EUROSTAT (2015b). *Statistics Explained. Expenditure on social protection, 2002–12 (% of GDP)* [Consultado em: 20 setembro 2015] Disponível em: [http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/File:Expenditure_on_social_protection,_2002%E2%80%9312_\(%25_of_GDP\)_YB15.png](http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/File:Expenditure_on_social_protection,_2002%E2%80%9312_(%25_of_GDP)_YB15.png)
- FAHLBECK, J. (1905). "Bulletin de l'Institut International de Statistique", France
- FERNANDES, A. (1997). *Velhice e Sociedade: Demografia, Família e Políticas Sociais em Portugal*. Oeiras: Celta Editora, pp.1-9
- FERNANDES, A. A. (2007). "Determinantes da mortalidade da longevidade: Portugal numa perspectiva europeia (EU-15, 1991-2001)". *Análise Social*, 42 (183). Lisboa, pp.419-443
- FERNANDES, A. A., MOREIRA, M. J., RODRIGUES, T. (2004). *Transição demográfica e transição epidemiológica*. Forum Sociológico, 11/12 (2), pp.75-104
- FERNANDES, A., VEIGA, T., HENRIQUES, F. (2005). "A Social Conditions: The educational level on FELICIE members." National Report for WP6, Paris
- FERREIRA, R. (2015). "Fazer mais bebés, os políticos podem ajudar-nos?", Observador, 15 setembro 2015, [Consultado em: 20 setembro 2015] Disponível em: <http://observador.pt/especiais/fazer-mais-bebes-os-politicos-podem-ajudar-nos>
- FUENTES, F., CALLEJO, M. B. (2011). *Inmigración y Estado de bienestar en España* (volume 31). Barcelona: Obra Social "la Caixa".
- GANS, H. (1999). "Population Forecasting 1895-1975: The Transition to Modernity". *Springer*, pp.60-67
- GLOBAL STRATEGIC TRENDS - Out to 2040, Strategic Trends Programme (2014), 4ªed. SWINDON: Ministry of Defence [Consultado em: 23 abril 2015]
- GODET, M., FABRICE, M. R. (1997). *Manuel de Prospective Stratégique: L'art et la méthode*. Paris: Durod
- GÓIS, P., MARQUES, J. C. (2014). *Processos de admissão e de integração de imigrantes altamente qualificados em Portugal e a sua relação com a migração circular*. Lisboa: Alto Comissariado para as Migrações
- GOLDSTONE, J. (2009). "Political Demography". *E-International Relations* [Consultado em: 20 setembro 2015]. Disponível em: <http://www.e-ir.info/author/christian-leuprecht-and-jack-a-goldstone>

- GONZALEZ, E. R., MESTRE, J. B., BENAVIDES, F. G. (1996). "La transición sanitaria. Una revisión conceptual", in: *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, 14 (1), pp.117-144
- GOUJON, A., ALKITKAT, H., LUTZ, W., PROMMER, I. (2007). Population and Human Capital Growth in Egypt: Projections for Governorates to 2051. Interim Report IR-07-010. International Institute for Applied Systems Analysis. Laxenburg, Austria. [Consultado em: 6 setembro 2015] Disponível em: <http://www.iiasa.ac.at/Research/POP/pdes/egypt/docs/IR-07-010.pdf>
- GOUJON, A., WILS, A. (1996). The Importance of Education in Future Population. Global Trends and Case Studies on Cape Verde, Sudan, and Tunisia. Working Paper WP-96-138. International Institute for Applied Systems Analysis. Laxenburg, Austria. [Consultado em: 3 novembro 2015]
- GRACHT, H.A. (2008). *The Future of Logistics: Scenarios for 2025*. Wiesbaden: Betriebswirtschaftlicher Verlag Dr. Th. Gabler
- GRACHT, H.A. (2012). "Consensus measurement in Delphi studies: Review and implications for the future quality assurance", in: *Technological Forecasting and Social Change*, volume 79, pp.1525-1536
- HAJNAL, J. (1982). "Two kinds of preindustrial household formation system", in: *Population and Development Review*, 8 (3), pp.449-494
- HENRIQUES, F. (2005). *Envelhecimento, Educação e Saúde: uma análise prospectiva 2001-2021*, Provas de dissertação de Mestrado ISEGI, UNL, (Policopiado), Lisboa
- HENRIQUES, F. (2007). "Envelhecimento, Educação e Saúde uma análise prospectiva. Portugal 2021", comunicação apresentada no VIII Congresso de la Asociacion de Demografía Histórica (ADEH). Máo. Espanha
- HENRIQUES, F. (2010). "Cenários de envelhecimento e saúde em Portugal no século XXI – causas e consequências de uma transição demográfica tardia". *Revista População e Sociedade*. Porto: Edições Afrontamento
- HENRIQUES, F., RODRIGUES, T. (2008). "O Século XX: a transição", in: T. Rodrigues, *História da População Portuguesa*. Lisboa: Edições Afrontamento, pp.417-513
- HENRIQUES, F., RODRIGUES, T. (2010). "Essay on Ageing and Health projections in Portugal", Joint Eurostat/Unece Work Session on Demographic Projections. INE, Lisboa [Consultado em: 21 julho 2015]
- HENRIQUES, F., RODRIGUES, T., MARTINS, M.F.O. (2009). "Ageing, Education and Health in Portugal – prospective from 19th to 21st century". *Revista Hygiea Internationalis*, Suécia (<http://www.ep.liu.se/ej/hygiea>)
- HUISMAN, M., KUNST, A.E., ANDERSEN, O., BOPP, M., BORGAN, J.-K., BORRELL, C., COSTA, G., DEBOOSERE, P., DESPLANQUES, G., DONKIN, A., GADEYNE, S., MINDER, C., REGIDOR, E., SPADEA, T., VALKONEN, T., MACKENBACH, J.P. (2004). "Socioeconomic inequalities in mortality among elderly people in 11 European populations", *Journal of Epidemiology & Community Health*, 58. Rotterdam: pp.468-475
- INE (1984). *XII Recenseamento Geral da População, II Recenseamento Geral da Habitação, 1981. Antecedentes, metodologia e conceitos*, Lisboa
- INE (1995). *XIII Recenseamento Geral da População, III Recenseamento Geral da Habitação, Censos-91. Antecedentes, metodologia e conceitos*, Lisboa
- INE (2001). *XIV Recenseamento Geral da População, III Recenseamento Geral da Habitação, Censos-91. Antecedentes, metodologia e conceitos*, Lisboa, 8 vols.
- INE (2002). "O envelhecimento em Portugal: Situação demográfica e sócio-económica recente das pessoas idosas", in: *Revista de Estudos Demográficos*, pp.185-208 [Consultado em: 30 dezembro 2004] Disponível em: www.ine.pt
- INE (2004). *Atlas das Cidades de Portugal*. Lisboa
- INE (2006). *Indicadores Sociais*, Lisboa
- INE (2007). *Anuário Estatístico de Portugal 2006, Statistical Yearbook of Portugal 2006*
- INE (2012). "A população estrangeira em Portugal 2011". Destaque ad-hoc de 17 de dezembro. [Consultado em: 30 outubro 2015] Disponível em: <http://www.ine.pt>
- INE (2012). *Censos 2011* [Consultado em: 30 outubro 2015] Disponível em: <http://www.ine.pt>
- INE (2014). *Anuário Estatístico de Portugal 2013* [Consultado em: 30 outubro 2015] Disponível em: <http://www.ine.pt>
- INE (2014). "População residente em Portugal com tendência para diminuição e envelhecimento". Destaque de 10 de julho [Consultado em 10 de Julho de 2013] Disponível em: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=218629052&DESTAQUESmodo=2
- INE (2014). *Estatísticas Demográficas* [Consultado em: 30 outubro 2015] Disponível em: <http://www.ine.pt>

- INE (2015). "Estatísticas Demográficas, 2014". Destaque de 30 de outubro [Consultado em: 30 outubro 2015]
- JEJEEBHOY, S. J. (1995). *Women's Education, Autonomy, and Reproductive Behaviour: Experience from Developing Countries*. Oxford: Clarendon Press
- JOUNG, I.M.A., KUNST, A.E., IMHOFF, E. VAN, MACKENBACH, J.P. (2000). "Education, aging and health: to what extent can the rise in educational level relieve the future health (care) burden associated with population aging in the Netherlands?". *Journal of Clinical Epidemiology*, 53. [Consultado em: 30 setembro 2004] Disponível em: www.sciencedirect.com.
- JUSTINO, D. (2016). *Emigration from Portugal: Old Wine in New Bottles?*. Washington, DC: Migration Policy Institute
- KAUFMANN, E., TOFT, M. (2011). "Introduction", in: *Political Demography: How population changes are reshaping international security and national politics*. Colorado: Paradigm Publishers, p.3
- KC, S., SKIRBEKK, V., BARAKAT, B., GOUJON, A., SANDERSON, W., LUTZ, W. (2010). "Projection of populations by level of educational attainment, age, and sex for 120 countries for 2005-2050". *Demographic Research*, 22 (15), pp.383-472
- KEYNES, J. (1936). *The General Theory of Employment, Interest and Money*. Cambridge: Macmillan Cambridge University Press
- KINSELLA, K., PHILLIPS, D.R. (2005). "Global Aging: The Challenge of Success". *Population Bulletin: A publication of the Population Reference Bureau*, volume 60, n.º 1. Washington, DC.
- KINSELLA, K., VELKOFF, V.A. (2001). *An Aging world: 2001*, U.S. Census Bureau. Series, P95/01-1. U.S. Washington, DC.: Government Printing Office
- KOSOW, H., GAßNER, R. (2008). *Methods of Future and Scenario Analysis: Overview, assessment, and selection criteria*. Bonn: Deutsches Institut für Entwicklungspolitik
- KOTLER, P. (1997). *Marketing Management: Analysis, planning, implementation and control*, 9.ª ed., New Jersey: International Edition
- LANZIERI, G. (2006). "Long-term population projections at national level", *Population and Social Conditions*. Bruxelas: Eurostat
- LEITE, S. (2003). "A União de Facto em Portugal", in: *Revista de Estudos Demográficos*. Lisboa: INE
- LÉON, P. (dir.) (1982). *História económica e social do mundo*, volumes V e VI, Lisboa: Sá da Costa
- LIVI-BACCI, M. (1988). "La Península Ibérica e Itália en vísperas de la transición demográfica", in: Vicente Pérez Moreda y David-Sven Reher (eds.), *Demografía histórica en España*, Madrid: Ediciones El Arquero, pp.139-178
- LOPES, S. (1998). *A economia portuguesa desde 1960*, 4.ª ed. Lisboa: Gradiva
- LUCAS, J. S. (1987). "Iniquidade social perante a doença e a morte em Portugal", in: *Sociedade, saúde e economia / V Jornadas de Economia da Saúde*. Lisboa: Escola Nacional de Saúde Pública, pp.283-294
- LUTZ, W. (1999). "Demographic dimensions in forecasting: Adding education to age and sex", in: W. Lutz, J.W. Vaupel, D.A. Ahlburg (eds). *Frontiers of Population Forecasting*. New York: Population Council, pp.42-58
- LUTZ, W., GOUJON, A. (2001). "The World's Changing Human Capital Stock: Multi-State Population Projections by Educational Attainment", in: *Population and Development Review*, 27 (2), pp.323-39 [Consultado em: 8 outubro 2015] Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2695213>
- LUTZ, W., GOUJON, A., WILS, A. (2005). "Forecasting Human Capital: Using Demographic Multi-State Methods by Age, Sex, and education to Show the Long-Term Effects of Investments in Education". Working Paper WP-07-03. Washington, DC.: Education Policy and Data Center, Academy for Educational Development. [Consultado em: 20 outubro 2015] Disponível em: <http://paa2005.princeton.edu/download.aspx?submissionId=50235>
- LUTZ, W., KC, S. (2010). "Dimensions of global population projections: what do we know about future population trends and structures?", in: *Philosophical Transactions of the Royal Society B*, 365, pp.2779-2791
- MACKENBACH, J.P. et al. (2005). "The shape of the relationship between income and self-assessed health: an international study", in: *International Journal of Epidemiology*, 34 (2), pp.286-293
- MARTINS, R.O., RODRIGUES, I., RODRIGUES, T. (2014). "The importance of education. The educational levels of the Portuguese (2010-2030), in: Teresa Rodrigues, Maria do Rosário Martins. *Portugal 2031: Ageing and Health Policies from demographic changes to political options*. Lisboa: Instituto Hidrográfico, pp.102-131
- MARTINS, R.O., RODRIGUES, I., RODRIGUES, T. (2014). "Projecting Health Outcomes for Portuguese Ageing Population: Challenges and Opportunities", in: *Health*, volume 6 (14), pp.1874-1882 [Consultado em: 2 novembro 2015].
- MCMORROW, K., ROEGER, W. (1999). "The economic consequences of ageing populations (a comparison of the EU, US and Japan)". *Economic Papers*, n.º 138 [EU Commission - Working Document]

- MDN (2013). *Conceito Estratégico de Defesa Nacional*. [Consultado em: 2 novembro 2015]. Disponível em: http://www.defesa.pt/Documents/20130405_CM_CEDN.pdf
- MENDES, M., REGO, C., CALEIRO, A. (2006). *Educação e fecundidade em Portugal: As diferenças nos níveis de educação influenciam as taxas de fecundidade?* Documento de trabalho n.º 2006/10. Évora: Universidade de Évora
- MENDES, M.F.F. (1992). "Análise sociodemográfica de declínio da fecundidade da população portuguesa na década de 80". (texto policopiado): o caso particular do custo económico da criança, Tese de Doutoramento em Sociologia. Évora: Universidade de Évora
- MESLE, F., VALLIN, J. (2002). "La transition sanitaire: tendances et perspectives", in: G. Caselli, J. Vallin e G. Wunsch. *Démographie: analyse et synthèse – III Les déterminants de la mortalité*. Paris: INED. pp.439-461
- MÓNICA, M.F. (1978). *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*, Lisboa: Editorial Presença, p.344
- MORAIS, G. (2002). *Causas de Morte no Século XX: Transição e Estruturas da Mortalidade em Portugal Continental*. Lisboa: Edições Colibri
- MORAIS, M., MORAIS, L. (1999) - *A Transição da Mortalidade e Estruturas de Causas de Morte em Portugal Continental Durante o Século XX*, Tese de Doutoramento em Sociologia, Évora: Universidade de Évora
- MOREIRA, M. J. G., ALVES, H., FERNANDES, O. (2010). "Tipologias Regionais do Envelhecimento da População Portuguesa (1900-2005). O envelhecimento no topo". Comunicação apresentada na sessão "Vejez y envejecimiento en la Península Ibérica desde una perspectiva comparada (siglos XVIII-XX)", no IX Congresso da ADEH. São Miguel, Açores, Portugal, 16 a 19 de Junho de 2010
- MOREIRA, M. J. G. (2001). *A dinâmica demográfica na região do INTERREG Ibérico, no final do século XX*. Dissertação de Doutoramento em Sociologia. Lisboa: FCSH-UNL
- MOREIRA, M. J. G. (2010). "Environmental Changes and Social Vulnerability in an Ageing Society: Portugal in the Transition from the 20th to the 21st Centuries", in: *Hygieina Internationalis*, 9 (1), pp.397-409
- MOREIRA, M. J. G., VEIGA, T. (2005). "Os modelos de mortalidade em Portugal", in: *Ler História*, n.º49. Lisboa: ISCTE, pp.145-169
- MOREIRA, M.J., HENRIQUES, F. (2014). "Mudanças demográficas e estado de saúde em Portugal entre 1970 e 2013", in: Teresa Rodrigues, Maria do Rosário Martins. *Envelhecimento e Saúde. Prioridades Políticas num Portugal em Mudança*. Lisboa: Instituto Hidrográfico, pp.71-100
- MURRAY, C., WANG, H., FREEMAN, M., SALOMON, J., VOS, T., FLAXMAN, A., LOPEZ, A. (2012). "Healthy life expectancy for 187 countries, 1990-2010: a systematic analysis for the Global Burden of Disease Study 2010", in: *The Lancet*, volume 380 (9859), pp.2144-2162
- NAZARETH, J. M. (1977). "As inter-relações entre família e emigração em Portugal: um estudo exploratório", in: *Economia e Sociologia*, 23, pp.31-48
- NAZARETH, J. M. (1977b). "Análise regional do declínio da fecundidade da população portuguesa", in: *Análise Social*, volume 23 (52), pp.901-986
- NAZARETH, J. M. (1979). *O envelhecimento da população portuguesa*. Lisboa: Presença
- NAZARETH, J. M. (1982). *Explosão Demográfica e Planeamento Familiar*. Lisboa: Presença
- NAZARETH, J. M. (1988). *Portugal os Próximos 20 Anos III: Unidade e diversidade da demografia portuguesa no final do século*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- NAZARETH, J. M. (1988). *Princípios e métodos de análise demográfica portuguesa*. Lisboa: Presença
- NAZARETH, J. M. (1996a). *Introdução à Demografia*. Lisboa: Editorial Presença
- NAZARETH, J. M. (1996b). "Prospectiva do envelhecimento demográfico na União Europeia", in: *População e Sociedade*, n.º2. Porto: CEPESE, pp.77-96
- NAZARETH, J. M. (1996c). "Os grandes cenários de evolução do envelhecimento demográfico em Portugal no contexto da União Europeia até 2050", in: *População e Sociedade*, n.º5. Porto: CEPESE, pp.5-23
- NAZARETH, J. M. (2004). *Demografia: A Ciência da População*. Lisboa: Presença
- NAZARETH, J. M. (2009). *Crescer e envelhecer: Constrangimentos e oportunidades do envelhecimento demográfico*. Lisboa: Presença
- NOTESTEIN, F. W. (1945). "Population the long view", in: E. Schultz (ed.), *Food for the World*. Chicago: University of Chicago Press, pp.36-56
- NOTESTEIN, F. W. (1953). "The economics of population and food supplies. Economic problems of population change", in: *Proceeding of the 8th International Conference of Agricultural Economists*, Londres

- NOWACK, M et al. (2011). "Review of Delphi-based Scenario Studies: Quality and Design Considerations", in: *Technological Forecasting & Social Change*, volume 78 (9), pp.1603-1615
- OBSERVATÓRIO DA EMIGRAÇÃO (2015). *Emigração Portuguesa: Relatório Estatístico 2015*. [Consultado em: 2 novembro 2015]. Disponível em: http://www.observatorioemigracao.pt/np4/?newsId=4447&fileName=OEm_EmigracaoPortuguesa_RelatorioEstatistic.pdf
- OCDE (2014). Directorate for Employment, Labour and Social Affairs, Social Policy Division; Sciences Po. Paris. [Consultado em: 2 novembro 2015].
- OCDE (2015). *OECD Employment Outlook 2015*. Paris: OECD Publishing
- OCDE (2015). *More years, better lives: Strategic Research Agenda on Demographic Change*. [Consultado em: 2 novembro 2015]. Disponível em: <http://www.jp-demographic.eu>
- OECD. (2015). *OECD Labour Force Statistics 2015*. [Consultado em: 2 novembro 2015]. Disponível em: http://www.oecd-ilibrary.org/employment/oecd-labour-force-statistics_23083387
- OEPPEN, J., VAUPEL, J.W. (2002). "Broken limits to life expectancy", in: *Science*, volume 296, pp.1029-1031
- OKOLI, C et al. (2004). "The Delphi Method as a Research Tool: An Example, Design Considerations and Applications", in: *Information & Management*, volume 42, pp.15-29
- OLIVEIRA, I. T. (2005). "Indicadores demográficos nas regiões portuguesas entre 1890 e 1981", in: *Revista de Estudos Demográficos*, 38, pp.149-162
- OLIVEIRA, I. T. (2010). "Mortalidade: Compressão, Deslocamento e Causas de Morte (Portugal 1950-2005)", in: *Revista de Estudos Demográficos*, 48, pp.35-62
- OLIVEIRA, I. T., MENDES, M. F. (2010). "A diferença de esperança de vida entre homens e mulheres: Portugal de 1940 a 2007", in: *Análise Social*, volume 45 (194), pp.115-139
- OLIVEIRA, I.T. (2003). *O Declínio da Fecundidade em Portugal: o Sistema de Respostas Múltiplas*. Dissertação de Doutoramento na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL, Lisboa
- OLIVEIRA, M. M., AFONSO, A., FILIPE, P. (1994). "Perfil da mortalidade por causas de morte para os distritos de Portugal", in: *Actas do XII Congresso da Sociedade Portuguesa de Estatística*, Évora
- ONRAM, A. R. (2005). "The Epidemiologic Transition: a theory of the epidemiology of population change", in: *The Milbank Quarterly*, volume 83(4), pp.731-57 [Reprinted from *The Milbank Memorial Fund Quarterly*, 49 (4), Pt. 1, 1971 (pp.509-38). Style and usage are unchanged]
- PARLAMENTO EUROPEU (2013). *Combining the entry of young people in the labour market with the retention of older workers European Parliament's Committee on Employment and Social Affairs*. Directorate General for Internal Policies Policy Department A: Employment Policy [Consultado em: 2 novembro 2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/studies>
- PEREIRA, L.N., CHORÃO, L.R. (2009). "Avaliação da qualidade de vida e bem-estar", in: T. Rodrigues, J. T. Lopes, L. Baptista e M. J. G. Moreira (coord.). *Regionalidade Demográfica e Diversidade Social*. Porto: Afrontamento, pp.129-151
- PERRENOUD, A., BOURDELAIS, P. (1998). "Le recul de la mortalité", in: J.-P. Bardet et J. Dupaquier (dir.), *Histoire des Populations de l'Europe, II. La Révolution Démographique (1750-1914)*. Paris: Ed. Fayard, pp.287-307
- PIRES, R. P., MACHADO, F. L., PEIXOTO, J., VAZ, M. J. (2010). *Portugal: Atlas das Migrações Internacionais*. Lisboa: Tinta da China
- PIRES, R. P. et al. (2011). *Portugal: An Atlas of International Migration*. Lisboa: F.C.G.
- PIRES, R. P. (2015). "Portugal tem um dos saldos migratórios mais negativos da Europa", in: *Observatório da Emigração*. Disponível em: <http://observatorioemigracao.pt/np4/4542.html>
- PORDATA (2014). *Retrato de Portugal em 2014* [Consultado em: 2 novembro 2015]. Disponível em: <http://www.pordata.pt>
- PRB (2008). *2008 World Population Data Sheet* [Consultado em: 2 novembro 2015]. Disponível em: <http://www.prb.org>
- PRB (2014). *2014 World Population Data Sheet*. [Consultado em: 2 novembro 2015] Disponível em: <http://www.prb.org>
- PRESTON, S.H. (1975). "The changing relation between mortality and level of economic development", in: *Population Studies*, volume 29 (2). Taylor & Francis, Ltd. (on behalf of the Population Investigation Committee): pp.231-48
- REDONDO, R. G. (dir.) (2011). *Salud, Demografía y Sociedad en la población anciana*. Madrid: Alianza Editorial

- REHER, D. S., REQUENA, M., ROSERO-BIXBY, L. (2009). "Ecuatorianos en España", in: D. S. Reher, M. Requena (eds.), *Las Múltiples Caras de la Inmigración en España*. Madrid: Alianza Editorial
- REHER, D. S., REQUENA, M., SANZ, A. (2011). "¿España en la Encrucijada? Consideraciones sobre el cambio de ciclo migratorio", in: *Revista Internacional de Sociología*, volume 69 (1), pp.9-44
- REMOALDO, P. C. A. (2002). *Desigualdades territoriais e sociais subjacentes à mortalidade infantil em Portugal*. Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- RIBEIRO, F., MENDES, M. F. (2013). "O contributo das diferentes causas de morte para a diferença na esperança de vida entre Portugal e Espanha". Comunicação apresentada no X Congresso da ADEH. Albacete, Espanha, 18 a 21 de Junho de 2013
- RODRIGUES, I. R. C. (2012). *A população portuguesa por nível de escolaridade, sexo e grupo etário: uma análise prospetiva para 2001-2031*. Tese de Mestrado em Bioestatística. Lisboa: Universidade de Lisboa
- RODRIGUES, T. (1998). "A demografia de Espanha e Portugal. Portugal nos dois últimos séculos: as assimetrias de crescimento regional", in: *Los 98 Ibericos y el mar: La sociedad y la economía en la Península Ibérica*, volume 4. Madrid: Sociedad Estatal Lisboa, pp.144-146
- RODRIGUES, T. (2001). *Os factores de mudança no Portugal das regiões (séculos XIX e XX)*. Porto: CEPESE, pp.173-190
- RODRIGUES, T. (2007). "As Correntes Migratórias Internacionais e a Europa", in: *Lusíada Revista de Relações Internacionais*, n.º6-8. Porto: pp.31-56
- RODRIGUES, T. (2010). *Dinâmicas migratórias e riscos de segurança em Portugal*. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional
- RODRIGUES, T. (2011). "A população portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade", in: *Revista População e Sociedade*, n.º 18. Porto: pp.17-37
- RODRIGUES, T. (2012). "O Futuro (in)Certo das Dinâmicas Demográficas em Portugal", in: A. Lopes, N. Teixeira, V. Viana (coord.). *Contributos para Um Conceito Estratégico de Defesa Nacional*. Atena, n.º28. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp.205-230
- RODRIGUES, T. (2015). *Demografia, Prospetiva e Planeamento* (ebook). Mestrado em Estatística para a Saúde, IHMT/FCT/FCSH/ENSP/NOVA Medical School/NOVA IMS-UNL [documento não acessível]
- RODRIGUES, T., ALVES, H., FERNANDES, O. (2010). "Tipologias Regionais do Envelhecimento da População Portuguesa (1900- 2005). O envelhecimento na base". Comunicação apresentada na sessão "Vejez y envejecimiento en la Península Ibérica desde una perspectiva comparada (siglos XVIII-XX)", no IX Congresso da ADEH. São Miguel, Açores, Portugal, 16 a 19 de Junho de 2010
- RODRIGUES, T., FERREIRA, S., GARCÍA, R. (2015). *La inmigración en la Península Ibérica y los dilemas de la seguridad (1990-2030)*. Madrid: Instituto Universitario General Gutiérrez Mellado
- RODRIGUES, T., HENRIQUES, F. (2012). *Prospetiva Demográfica* (ebook. em colab.). Licenciatura em Estatística e Gestão de Informação, ISEGI, UNL [Consultado em: 2 novembro 2015].
- RODRIGUES, T., LEÃO, C. (2014). "A saúde em Portugal. Atores e temporalidades", in: T. Rodrigues, M.R. Martins (coord.). *Envelhecimento e Saúde: Prioridades Políticas num Portugal em Mudança*. Lisboa: Instituto Hidrográfico/CEPESE, pp.33-70
- RODRIGUES, T., MARTINS, M.R (coord.) (2014). *Envelhecimento e Saúde: Prioridades Políticas num Portugal em Mudança*. Lisboa: Instituto Hidrográfico/CEPESE
- RODRIGUES, T., MOREIRA, M. J. G. (2009). "Realidades Demográficas", in: T. Rodrigues et al. (coord.). *Regionalidade Demográfica e Diversidade Social*. Porto: Afrontamento, pp.77-110
- RODRIGUES, T., MOREIRA, M. J. G. (2010). "Portugal e Espanha. Mudança Social e Produção de Bem-estar". CEPESE – Linha População e Prospetiva (Working Paper) [Consultado em: 2 novembro 2015].
- RODRIGUES, T., MOREIRA, M. J. G. (2011). "Portugal e a União Europeia: mudanças sociais e dinâmicas demográficas", in: T. Rodrigues, R. Garcia (coord.). *Espanha e Portugal. Crise e Convergência na União Europeia*. Lisboa: Tribuna da História, pp.29-48
- RODRIGUES, T., PINTO, M. (1996a). "Migrações internas", in: F. Rosas, J.M.Brandão (dir.). *Dicionário de História do Estado Novo*, volume II. Lisboa: Círculo de Leitores, pp.561-565
- RODRIGUES, T., PINTO, M. (1996b). "1981-1991: as tendências recentes da evolução populacional portuguesa", in: *História*, N.º 26. Lisboa: pp.44-53
- RODRIGUES, T., PINTO, M. (2002). "Migrações no Portugal no Século XX", in: *Ler História*, n.º 43. Lisboa: ISCTE, pp.179-203

- ROSA, M. J. V. (2012). *O Envelhecimento da Sociedade Portuguesa*. Coleção Ensaios da Fundação Francisco Manuel dos Santos. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos
- ROSA, M. J. V., CHITAS, P. (2010). *Portugal: Os Números*. Lisboa: FFMS
- ROSA, M. J. V., SEABRA, H., SANTOS, T. (2004). *Contributos dos "Imigrantes" na Demografia Portuguesa: O papel das populações de nacionalidade estrangeira*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME)
- ROWE, G *et al.* (1999). "The Delphi Technique as a Forecasting Tool: Issues and Analysis", in: *International Journal of Forecasting*, volume 15, pp.353-375
- SAKARYA, B. (2007). *From Delphi to Scenario by Using Cluster Analysis: Turkish Foresight Case*. Tese de Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Middle East Technical University
- SANDERSON, W.C., SHERBOV, S. (2010). "Remeasuring aging", in: *Science*, volume 239, pp.1287-1288
- SANTANA, P. (2000). "Ageing in Portugal: regional inequities in health and health care", in: *Social Science & Medicine*, volume 50 (7-8), pp.1025-1036
- SANTANA, P. (2002). "Poverty, social exclusion and health in Portugal", in: *Social Science & Medicine*, volume 55, pp.33-45
- SANTANA, P. (2005). *Geografias da Saúde e do Desenvolvimento: Evolução e Tendências em Portugal*. Coimbra: Almedina
- SANTANA, P., VAZ, A., FACHADA, M. (2004). "O estado de saúde dos Portugueses: uma perspectiva espacial". *Revista de Estudos Demográficos*, 36, pp.5-28
- SANTIS, G. (1997). *Demografia ed Economia*. Bologna: Il Mulino, pp.51 -54
- SCARPETTA, S. (2014). "Editorial", in: OECD. *OECD Employment Outlook 2014*, OECD Publishing. [Consultado em: 2 novembro 2015] Disponível em: http://dx.doi.org/10.1787/empl_outlook-2014-2-en
- SEF (2014). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2013*. Lisboa: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. [Consultado em: 5 novembro 2015] Disponível em: http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2013.pdf
- SEFSTAT, Portal de Estatística (2015). "População Estrangeira Residente em Portugal". [Consultado em: 5 novembro 2015] Disponível em: <http://sefstat.sef.pt/distritos.aspx>
- SERRÃO, J., OLIVEIRA MARQUES, A.H. (1990). *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*. *Nova História de Portugal*. (coord. Fernando Rosas). Lisboa: Editorial Presença
- SKULMOSKI, GJ *et al.* (2007). The Delphi Method for Graduate Research. *Journal of Information Technology Education*, [Consultado em: 2 novembro 2015]
- STURARI, R. (2008). *Metodologia de Descrição de Cenários*. Sagres: Política e Gestão Estatística Aplicadas. [Consultado em: 2 novembro 2015]. Disponível em: http://www.teraits.com/pitagoras/marcio/pgp/p_metodologia.pdf
- UNITED NATIONS (2013). *International Migrant Stock: The 2013 Revision*. Nova Iorque. [Consultado em: 2 novembro 2015] Disponível em: <http://esa.un.org/unmigration/TIMSA2013/migrantstocks2013.htm?mtotals>
- UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (2014). *Human Development Report 2014. Sustaining Human Progress: Reducing Vulnerabilities and Building Resilience*. New York
- UNITED NATIONS SECRETARIAT (2006). *World Population Prospects: The 2006 Revision e World Urbanization Prospects: The 2005 Revision*. [Consultado em: 2 novembro 2015]
- VALLIN, J., MESLÉ, F. (2004). "Convergences and divergences in mortality. A new approach to health transition", in: *Demographic Research*, Special Collection, 2(2), pp.12-44
- VAN DE KAA, D.J. (1987). "Europe's second demographic Transition", in: *Population Bulletin*, n.º 42, pp.1-57
- VAUPEL, J. W. (2010). "Biodemography of human aging", in: *Nature*, 464, pp.536-542
- VEIGA, T. (2004). *A População Portuguesa no Século XIX*. Economia e Sociedade 2. Porto: CEPESE e Edições Afrontamento, pp.23-47
- VEIGA, T. R. (2003). "A população portuguesa no último século: permanências e mudanças", in: *Ler História*, n.º45. Lisboa: ISCTE, pp.91-101
- VEIGA, T. R. (2004). "As correntes migratórias internacionais e a Europa", in: *Revista Cultura*, 19. Lisboa: FCSH-UNL, pp.235-269
- VEIGA, T. R., MOREIRA, M. J. G., FERNANDES, A. A. (2004). "Social changes and better health conditions of the Portuguese population 1974-2000", in: *Hygiea Internationalis*, 4 (4), pp.255-275

- VEIGA, T., HENRIQUES, F. (2003). "Os censos de 1991 e 2001 na perspectiva do utilizador – algumas reflexões globais", in: *Revista de Estudos Demográficos*, 34, Lisboa: INE, pp.5-15
- VEIGA, T., HENRIQUES, F. (2004). "A conquista da modernidade: um processo regional diferenciado". Comunicação apresentada no Congresso da Associação Portuguesa de Demografia. Lisboa
- VINTÉM, J.M. (2008). "Inquéritos Nacionais de Saúde: auto-percepção do estado e saúde: uma análise em torno da questão de género e da escolaridade", in: *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, volume 26 (2). Lisboa
- VINUESA, J., ZAMORA, F., GÈNOVA, R., SERRANO, P., RECAÑO, J. (1994) *Demografia, Análisis y Proyecciones*. Espacios y Sociedades. Madrid: Editorial Síntesis
- WALL, K., AMÂNCIO, L. (2007). *Família e Género em Portugal e na Europa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais
- WALL, K., ABOIM, S., CUNHA, V. (coord.). (2010). *A vida familiar no masculino: negociando velhas e novas masculinidades*. Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego
- WEHRICH, H. (1982). "The Tows Matrix, A Tool for Situational analysis", in: *Long Range Planning*, volume 15 (2), p. 54. [Consultado em: 5 Julho 2010]
- WEINER, M., RUSSELL, S. (ed.) (2001). *Demography and National Security*. New York: Oxford Berghan Books
- WESTERGAARD, H. (1882). *Journal of Institute of actuaries*. Grã-Bretanha: Universidade de Oxford
- WORLD BANK (2010). *Migration and Remittances Factbook 2011*, 2.^a ed. Washington: The World Bank

TÍTULO

(re)birth, Desafios demográficos colocados à sociedade portuguesa

COORDENAÇÃO

Plataforma para o Crescimento Sustentável (PCS)

STEERING COMMITTEE

Dália Costa (Coordenadora)

Nilza de Sena

Pedro Neves Ferreira

INVESTIGADORAS | AUTORAS

Teresa Ferreira Rodrigues

Filipa Castro Henriques

2017

© PCS, Plataforma para o Crescimento Sustentável

Wilfried Martens Centre for European Studies



Esta é uma publicação conjunta do Wilfried Martens Centre for European Studies e da Plataforma para o Crescimento Sustentável. Esta publicação recebeu financiamento do Parlamento Europeu. O Wilfried Martens Centre for European Studies, a Plataforma para o Crescimento Sustentável e o Parlamento Europeu não assumem responsabilidade por factos ou opiniões expressos nesta publicação ou em qualquer outra utilização posterior da informação nela contida. A responsabilidade recai exclusivamente sobre os autores da publicação.

